

**Projeto SOS Azulejo. A salvaguarda patrimonial  
vista através do jornal Público (2006-2021)**

**Helena Cristina Alves Ferreira**

**Dissertação de Mestrado em Património**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

**Abril 2023**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Património, realizada sob a orientação científica da Doutora Carla Alferes Pinto

## **Resumo**

O azulejo é utilizado há centenas de anos em Portugal e a sua importância patrimonial é reconhecida nacional e internacionalmente, importando assim também perceber os elementos que contribuem para a sua salvaguarda. É neste sentido que surge o projeto SOS Azulejo, em 2007, procurando combater a grave destruição deste património, e deste modo, salvaguardá-lo. Esta dissertação analisa a maneira como o jornal Público noticiou a destruição do património azulejar na área metropolitana de Lisboa entre os anos 2006 e 2021, diagnosticando a situação (através do levantamento dos dados relacionados com o vandalismo, considerando-se como tal atos que propositadamente danificam bens públicos ou privados alheios, a incúria, que se refere à perda de bens por desleixo, e não por um ato propositado e direcionado para a destruição desse bem, e o furto) e como o projeto SOS Azulejo é mencionado enquanto agente interveniente nas situações de salvaguarda (nomeadamente os atos de identificação, classificação, documentação, proteção, valorização, conservação, preservação, investigação, pesquisa, educação, formação, sensibilização, transmissão, divulgação e promoção de património), tendo estes atos selecionados com base na leitura da Lei n.º 107/2001 (8 de setembro). Da recolha de dados e análise conclui-se que o projeto SOS Azulejo parece ter um impacto positivo, com uma diminuição de casos de destruição e um aumento de casos de salvaguarda, e maior intervenção da população em ambos os tipos de situações e no alerta de casos de destruição, a serem verificados depois da criação do SOS Azulejo.

**Palavras-chave:** Património; Identidade; Estrutura de gestão; Salvaguarda; Cidadania

## **Abstract**

The tile has been used for hundreds of years in Portugal and its heritage importance is nationally and internationally recognized, so it is also important to understand the elements that contribute to its safeguard. It is in this sense that the SOS Azulejo project appears in 2007, seeking to combat the serious destruction of this heritage, and in this way, to safeguard it. This dissertation analyzes the way in which Público newspaper reported the destruction of the tile heritage in the Lisbon metropolitan area between 2006 and 2021, diagnosing the situation (through the collection of data related to vandalism, considering as such acts that purposely damage other public or private goods, negligence, which refers to the loss of goods due to negligence, and not by a purposeful act directed towards the destruction of that good, and theft) and how the SOS Azulejo project is mentioned as an intervening agent in situations of safeguarding (namely the acts of identification, classification, documentation, protection, valorization, conservation, preservation, investigation, research, education, training, awareness, transmission, dissemination and promotion of heritage), having these acts selected based on the reading of n. 107/2001 (8 September). From the data collection and analysis, it is concluded that the SOS Azulejo project seems to have a positive impact, with a decrease in cases of destruction and an increase in cases of safeguard, and greater intervention by the population in both types of situations and in the alert of cases of destruction, to be verified after the creation of SOS Azulejo.

**Keywords:** Heritage; Identity; Management structure; Safeguard; Citizenship

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
Enquadramento conceptual .....	10
Objetivos e metodologias de investigação .....	14
<b>Capítulo 1 – Estado da arte .....</b>	<b>17</b>
1.1. – O azulejo como património identitário português .....	17
1.2. – A evolução do conceito de salvaguarda patrimonial do azulejo .....	21
<b>Capítulo 2 – O projeto SOS Azulejo .....</b>	<b>27</b>
2.1. – Os objetivos do projeto SOS Azulejo .....	27
2.2. – Os agentes intervenientes e a estrutura de gestão .....	33
<b>Capítulo 3 – O jornal Público e a informação sobre destruição, o alertar para a mesma e a salvaguarda do património azulejar na área metropolitana de Lisboa</b>	<b>37</b>
3.1. – Levantamento das notícias (2006-2021) .....	37
3.1.1. – Diagnóstico com base nas categorias e agentes intervenientes .....	40
3.2. – Análise dos resultados .....	68
3.2.1. – Um ano antes do projeto SOS azulejo (2006) .....	68
3.2.2. – 14 anos do projeto SOS Azulejo (2007-2021) .....	72
<b>Conclusão .....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>119</b>
Obras de Referência:.....	119
Legislação: .....	124
Periódicos: .....	126

<b>Anexos.....</b>	<b>127</b>
Anexo 1 – Gráficos .....	127
Anexo 2 – Entrevista à coordenadora do projeto SOS Azulejo, Dr. <sup>a</sup> Leonor Sá.....	133

## **Siglas e Acrónimos**

AML - Área Metropolitana de Lisboa

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

ATL - Associação de Turismo de Lisboa

Az – Rede de Investigação em Azulejo (ver RIA)

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

DGPE - Direção-Geral do Património do Estado

DGTF - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

GNR - Guarda Nacional Republicana

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHA-CI-FLUL - Instituto de História da Arte, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IP - Infraestruturas de Portugal

IPJCC - Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

IPT - Instituto Politécnico de Tomar

ISPJCC - Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais

MNAz - Museu Nacional do Azulejo

MPJ - Museu de Polícia Judiciária

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PISAL - Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa

PJ - Polícia Judiciária

PSP - Polícia de Segurança Pública

REFER - Rede Ferroviária Nacional

RIA - Rede de Investigação em Azulejo (ver Az)

RMUEL - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa

RTEACJMSS - Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Introdução

A produção e utilização de azulejo em chãos e paredes em Portugal é centenária e o reconhecimento da sua importância patrimonial é demonstrada por inúmeros aspetos, entre os quais se podem destacar a existência de um Museu Nacional do Azulejo; pela formalização da candidatura do azulejo português a património mundial da UNESCO (anunciada em 2015); a visível abrangência do uso da placa cerâmica no território nacional e pela maneira como é constantemente utilizado na promoção turística e identitária (Menezes 2015).

O projeto SOS Azulejo, criado em 28 de fevereiro de 2007, surgiu tendo em vista o combate às formas mais comuns de destruição do património azulejar, designadamente, a vandalização (considerando como tal os atos que propositadamente danificam bens públicos ou privados alheios), a incúria (referente à perda de bens por desleixo e não por um ato propositado e direcionado para a destruição desse bem) e o furto. Criado por iniciativa e coordenação do Museu de Polícia Judiciária (daqui em diante MPJ), uma dependência do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (daqui em diante IPJCC), atual Escola de Polícia Judiciária, visa alcançar três objetivos principais na prossecução da sua missão: a prevenção criminal do furto de azulejos, a ação de conservação preventiva sobre o património azulejar e a sensibilização para a valorização do azulejo.

Não obstante a importância e valorização identitária e a existência de instituições e mecanismos judiciais para auxiliar o processo de salvaguarda patrimonial, o azulejo continua a ser alvo preferencial de destruição. Ainda que as explicações sejam muitas e complexas, esta dissertação pretende contribuir para a compreensão do fenómeno através do levantamento e análise da maneira como a destruição (especificamente, fenómenos de vandalização, incúria e furto), quem alerta para estas situações, como as ações de salvaguarda de azulejos na zona metropolitana de Lisboa têm sido reportadas no jornal Público, se o projeto SOS Azulejo surge interventivamente nesse processo e qual o impacto que tem. Com este diagnóstico procura-se aferir constantes e perceber alterações, fornecendo explicações para as mesmas.

Inicialmente, tinha-se pensado em realizar também um diagnóstico sobre os limites de atuação do projeto SOS Azulejo na área metropolitana de Lisboa, mas a

informação recolhida durante o levantamento de notícias demonstrou ser pouco reveladora sobre este assunto, tornando difícil tirar ilações.

Nesta dissertação a categoria salvaguarda de azulejos engloba os atos de identificação, classificação, documentação, proteção, valorização, conservação, preservação, investigação, pesquisa, educação, formação, sensibilização, transmissão, divulgação e promoção de património, de acordo com a normativa constante na lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece a política e o regime de protecção e valorização do património cultural português.

### **Enquadramento conceptual**

Por um período de cerca de cinco séculos o azulejo “não só se difundiu pela maior parte do território nacional como a sua utilização se alargou em quantidades impressionantes às ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira e à antiga colónia do Brasil (onde se enraizou), bem como a outros territórios coloniais de África (Cabo Verde, Angola) e do Oriente (Goa), transportado como lastro nos navios.” (Meco 1986: 11-12), dando ao azulejo português uma presença, mais ou menos constante, nos cinco continentes e construindo uma marca que foi adquirindo reconhecimento. A valorização nacional do azulejo recua à sua utilização constante ao longo dos tempos, alargando-se desde o século XVIII à cobertura total de fachadas e à capacidade de adaptação que, enquanto material de revestimento resistente, barato e flexível, tem demonstrado (Meco 1989). O século XX trouxe o contributo erudito e científico ao reconhecimento da importância e estudo do azulejo, sobretudo através da ação de João Miguel dos Santos Simões (1909–1972) e do seu estudo sistemático da azulejaria portuguesa. Fruto do labor exaustivo de Santos Simões, centenas de azulejos foram recolhidos e conservados por todo o país, servindo também de matéria para comunicações e publicações que foi fazendo, e que alimentaram a rede de contatos pessoais e profissionais que foram dando relevância ao azulejo enquanto tema de estudo, e que teriam um forte impacto na

realização do 1.º Simpósio Internacional de Azulejo em Lisboa no ano de 1971 (Monteiro 2018).<sup>1</sup>

A valorização do azulejo como objeto de estudo nas artes e na cultura portuguesas foi acompanhada por um empenho estatal desde 1965, ainda que houvesse que esperar até 1980 para a criação do Museu do Azulejo (hoje Museu Nacional do Azulejo). De lá para cá, o azulejo tornou-se referência na imagem de Portugal e fenómeno identitário (Peralta e Anico 2005; Carvalho *et al.* 2021), tendo a comissão nacional da UNESCO manifestado o interesse em formalizar a candidatura do azulejo português a património mundial em 2015. Desta intenção, e para apoiar o processo de candidatura, resultou a criação do projeto de investigação AzuRe financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com início em 1 de junho de 2016 e a duração de 36 meses. O AzuRe tem vindo a apresentar os resultados do projeto nas publicações online da série *Studies in Heritage Glazed Ceramics*, com os primeiros dois números a serem publicados em fevereiro e novembro de 2019 e os outros dois em dezembro de 2021 e janeiro de 2022, fazendo os últimos dois parte de uma série especial de quatro volumes dedicada ao património azulejar em majólica renascentista do Palácio e Quinta da Bacalhôa (*Studies in Heritage Glazed Ceramics 2022*: <http://glazedceramics.lnec.pt/>, consultado no dia 26 de abril de 2023). Devido à interrupção do trabalho da *Studies in Heritage Glazed Ceramics* durante quase dois anos devido à pandemia de COVID-19, a publicação da série sofreu atrasos estando outros dois volumes previstos para ano de 2022 e/ou início de 2023, que até ao momento ainda não foram publicados.

O esforço de valorização patrimonial do azulejo por parte da comunidade científica era já visível desde 2006 aquando da criação da Rede de Investigação em Azulejo (RIA), entretanto desenvolvido e renomeado Az, que pretende reunir e “desenvolver a investigação sobre azulejo, quer do ponto de vista da investigação fundamental, quer da investigação aplicada, recorrendo ainda às novas tecnologias hoje ao dispor das humanidades, que permitem organizar, sistematizar, cruzar dados e, em última análise, gerar novo conhecimento” (ARTIS 2022:

---

<sup>1</sup> Para uma biografia atualizada de Santos Simões, contributos para o conhecimento do património azulejar português e reconhecimento atualizado do seu trabalho, ver os resultados do projeto DIGITILE: Biblioteca de Azulejaria e Cerâmica Portuguesas em <https://digitile.gulbenkian.pt> (consultado em 24 de agosto de 2022).

<http://www.artis.letras.ulisboa.pt/pagina,7,121.aspx>, consultado no dia 14 de outubro de 2022).

Paralelamente, verifica-se um empenho público e governamental com a promulgação e publicação de um conjunto de leis e resoluções da Assembleia da República destinadas a salvaguardar e valorizar o azulejo português, nomeadamente, a Lei n.º 79/2017 de 18 de agosto, que estabelece os mecanismos de proteção do património azulejar, e as Resoluções n.º 144/2017, que consagram o dia 6 de maio como Dia Nacional do Azulejo, e n.º 145/2017 (ambas de 6 de julho), que reafirma e reforça o papel do Governo na proteção e valorização do património azulejar português.

Antecipando o próprio aparelho legislativo e face à necessidade de salvaguarda deste património, surgiu em 28 de fevereiro de 2007 o projeto SOS Azulejo, por iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, e que visa alcançar três objetivos principais: a prevenção criminal do furto de azulejos, desenvolver uma série de ações de conservação preventiva sobre o património azulejar e a sensibilizar a população e os organismos tutelares para a valorização do azulejo (Sá 2016).<sup>2</sup>

Através da identificação e caracterização das principais tipologias de furto e vandalismo de azulejos foi possível ao projeto apontar medidas de prevenção e conselhos aos proprietários de azulejos, disponibilizando-os para consulta no site do SOS Azulejo. Muitos destes crimes são potencializados por os azulejos estarem em locais com pouca vigilância e segurança – facilitando o acesso e com exemplares soltos ou a começarem a soltarem-se das paredes, sendo assim fáceis de remover – o que, junto com a falta de documentação com informação mínima sobre os exemplares, faz com que os conselhos do Projeto vão no sentido de os proprietários tomarem medidas de aumento de vigilância e segurança dos locais onde se encontram os azulejos. O SOS Azulejo propõe também a realização de um inventário simples, ao alcance de todos e que se formaliza através da fotografia e documentação das características dos azulejos (aspetos que incluem as medidas, a quantidade, possíveis marcas distintivas, danos ou marcas de fabrico). Esses dados podem ajudar as autoridades, em caso de furto, a encontrar, recuperar e devolver os exemplares aos seus proprietários. Esta ação preventiva proposta pelo SOS Azulejo

---

<sup>2</sup> O Museu de Polícia Judiciária funciona numa dependência do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC), atual Escola de Polícia Judiciária, em Loures.

resulta do reconhecimento de que os azulejos furtados são mais facilmente recuperados e, potencialmente, também os criminosos serão mais facilmente identificados, funcionando, portanto, como elemento dissuasor do furto de azulejos (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado no dia 7 de outubro de 2022).

No site do Projeto SOS Azulejo são também divulgadas ações de conservação preventiva. Enquanto medidas e ações indiretas, ou seja, que não interferem com os materiais, estrutura e aparência do bem ou conjunto de bens que se pretende conservar, tomadas com o objetivo de impedir ou minimizar a deterioração ou perda do bem ou bens (Barranha 2016), o projeto salienta a importância da identificação e registo de os conjuntos azulejares e a sua apropriada limpeza, caso estejam em relativo bom estado de conservação. O SOS Azulejo sensibiliza para a valorização do azulejo, aproveitando a sua proximidade com a população para alertar para a falta de reconhecimento por parte desta para algo tão presente, e que, sendo dado por garantido, é descurado (Kisić e Tomka 2018: 44).

Em Portugal, os movimentos de cidadãos sempre tiveram um papel relevante na consciencialização e salvaguarda do património, como adiante se referirá no ponto 1.2 desta dissertação, pelo que o projeto SOS Azulejo, ao congrega as intenções e esforços da academia e das entidades com competências criminais da sociedade portuguesa, confere uma escala inovadora às questões patrimoniais, não por acaso e como se tem vindo a defender, relacionado com o azulejo, devido ao seu referencial identitário (Sá 2016).

Apesar de fortemente ancorado numa apreciação artística e histórica, o fator identitário atribuído ao azulejo consubstancia-se sobretudo no que Peralta e Anico consideram o “grau de identificação” (2005: 2) das comunidades socialmente homogêneas que os leva a estabelecer laços de pertença. Ou seja, tendo em conta a perceção da diferença e da semelhança, a identidade é reconhecimento e pertença. Ao escolhermos símbolos e representações que nos categorizem e nos apresentem aos outros, “imaginamo-nos coletivamente” (Peralta e Anico 2005: 2). Assim, “a construção da identidade é sempre um acto de imaginação que depende da imbricação em contextos específicos”, pelo que a sua expressão histórica, social e cultural está em constante revisão, “o que permite enfatizar o carácter relacional e situacional da identidade” (Peralta e Anico 2005: 2). Neste sentido, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com

azulejos, por exemplo, em matéria de intervenção urbana e pública (Menezes 2017b; Menezes 2021), mostra a sua capacidade de reinvenção e de intervenção plástica numa contemporaneidade que não se compadece com o património explicado historicamente.

Consideramos, portanto, que é vital que as pessoas reconheçam o azulejo como património que precisa de ser salvaguardado, tomando a iniciativa de o proteger e valorizar ativamente em sociedade, mas também ajudando as autoridades a fazê-lo, estando atentas a possíveis situações de furto, vandalismo e incúria, assim como ao tráfico de exemplares roubados.

### **Objetivos e metodologias de investigação**

Subjacente à realização desta dissertação está o questionar sobre as razões que levam a que um património tão próximo e significativo quanto o azulejo seja também alvo de sistemática destruição. Atendendo ao fator proximidade, escolheu-se analisar as notícias reportados num jornal de grande circulação em Lisboa, o Público, que tendo uma página “Local” permitia a divulgação deste tipo de informação. Foi analisado um período de 15 anos, entre o dia 28 de fevereiro de 2006, exatamente um ano antes da criação do Projeto SOS Azulejo, e o dia 28 de fevereiro de 2021, tendo esta cronologia sido escolhida porque permitia a reconhecer alterações nos padrões de notícias, ao mesmo tempo que fornecia uma ideia do panorama antes do início do Projeto, tendo como propósito perceber até que ponto a existência do projeto SOS Azulejo teve impacto na sensibilização da população e consequente diminuição da destruição azulejar. Optou-se por cessar a recolha de notícias em 2021, exatamente 15 anos após a criação do SOS Azulejo, porque coincide, grosso modo, com o fim da pandemia e o regresso às atividades regulares da vida urbana, período que influenciou o tipo de notícias registadas no jornal Público.

Inicialmente a intenção era a de registar notícias que fossem apenas referentes à cidade de Lisboa, no entanto, durante a identificação e recolha verificou-se que seria mais vantajoso aumentar o espetro de análise devido ao diminuto número de notícias encontrado. Assim, e considerando também que a própria seção “Local” do jornal Público abrangia a área metropolitana de Lisboa (AML), decidiu-se ampliar o espetro de análise a essa realidade geográfica. A AML abrange dezoito concelhos: Alcochete, Almada,

Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

Optou-se também por não diferenciar as ações de salvaguarda patrimonial individualmente (e com base no que está disposto na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro), pelo facto das notícias encontradas apresentarem, muitas vezes, pouca informação, dificultando a sua distinção e caracterização, ou por estarem nelas presentes mais de um ato de salvaguarda.

Por fim, entre os inúmeros atos de destruição de azulejos identificados pelo Projeto SOS Azulejo, foram escolhidos o vandalismo, a incúria e o furto por serem os que surgiam mais frequentemente nos dados compilados na análise do jornal Público e, portanto, mais passíveis de fornecer informação compilável e validada para o diagnóstico subjacente à realização desta dissertação.

Os objetivos, tarefas e respetivas metodologias desenvolvidas nesta dissertação foram os seguintes:

- 1) Documentar a relação identitária com o azulejo e o conceito de salvaguarda aplicado ao mesmo, através da pesquisa, leitura e interpretação de bibliografia crítica;
- 2) Levantamento das notícias do jornal Público sobre vandalismo, incúria ou furto de azulejo na área metropolitana de Lisboa, assim como das medidas de salvaguarda, através da colocação da informação numa grelha Excel;
- 3) Seleção da amostra em função da análise dos parâmetros recolhidos na grelha Excel;
- 4) Análise dos dados quantitativos construindo gráficos de linhas e circulares em Excel, com base na grelha realizada anteriormente;
- 5) Análise interpretativa dos dados recolhidos com base nos gráficos criados em Excel;
- 6) Realização de uma entrevista à Dr.ª Leonor Sá, coordenadora do Projeto SOS Azulejo;
- 7) Perceber e concluir quais são os efeitos positivos no combate à destruição, através da interligação dos conceitos e medidas propostos pela bibliografia especializada e dos resultados do levantamento das notícias, bem como da análise à entrevista com a Dr.ª Leonor Sá;

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao estado da arte, nomeadamente, ao azulejo como património identitário português e à evolução do conceito de salvaguarda patrimonial aplicado ao azulejo. O segundo capítulo apresenta uma história resumida do projeto SOS Azulejo, os seus objetivos e formas de atuação, agentes intervenientes e estrutura de gestão, bem como a sua relação com projetos e redes de investigação. A terceira parte é dedicada ao jornal Público e ao mapeamento das notícias que reportam a destruição e salvaguarda do património azulejar em Lisboa, dividindo-se em dois pontos: um capítulo dedicado ao diagnóstico das notícias com base nas categorias e agentes intervenientes e a consequente análise dos resultados referentes ao período entre um ano antes do projeto SOS Azulejo e aos 14 anos do projeto SOS Azulejo que se seguem até fevereiro de 2021, data que assinala o fim da recolha de notícias.

O material recolhido foi tratado em gráficos, organizados por ordem cronológica, que se podem consultar no anexo. A entrevista realizada à coordenadora do Projeto SOS Azulejo, Dr.<sup>a</sup> Leonor Sá, encontra-se na íntegra também no Anexo 2 da dissertação. A entrevista foi pensada para ser realizada presencialmente, mas devido inicialmente às restrições pandémicas e depois a questões pessoais e de agenda da entrevistada, efetivou-se por escrito.

A organização dos dados, gráficos, tabelas e quadros comparativos apresentados na dissertação foram realizados com o programa Microsoft Excel.

A norma bibliográfica utilizada seguiu as regras do estilo de Chicago, optando-se por manter as notas de rodapé para informação acessória à referência bibliográfica.

## Capítulo 1 – Estado da arte

### 1.1. – O azulejo como património identitário português

Segundo Peralta e Anico identidade “pode ser definida como o grau de identificação e solidariedade que um indivíduo tem com o grupo a que pertence, baseado na percepção partilhada pelos membros de uma comunidade da homogeneidade social do *Nós* por oposição a *Eles*” (2005: 2). Ou seja, tendo em conta a percepção da diferença e da semelhança, a identidade é reconhecimento e pertença. Ao escolhermos símbolos e representações que nos categorizem e nos apresentam aos outros “imaginamo-nos coletivamente” (2005: 2). Assim, “a construção da identidade é sempre um acto de imaginação que depende da imbricação em contextos específicos” (2005: 2) pelo que a sua expressão histórica, social e cultural está em constante revisão, “o que permite enfatizar o carácter relacional e situacional da identidade” (2005: 2).

O património é também algo em constante construção, existindo a cada momento “património que é escolhido e a que é conferido um significado e uma intenção específicas” (Peralta e Anico 2005: xv), pelo que a inclusão de um elemento nas referências patrimoniais de um coletivo não é algo arbitrário, já que durante este processo o(s) património(s) podem apresentar um número quase infinito de possibilidades enquanto um “bem identitário comum” (Filipe *et al.* 2018: 422). Em *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como género de discurso*, José Reginaldo Santos Gonçalves considera igualmente que “os patrimónios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento” (2007: 155).

Sendo “todo o património datado e deliberado” (Peralta e Anico 2005: xv) e estando em constante reatualização, é necessário que a sociedade se empenhe na salvaguarda e valorização do que lhe é determinante enquanto ato de cidadania, uma vez que a construção patrimonial resulta “de uma escolha permanente entre um potencial quase ilimitado de objectos e valores herdados (...) ou imaginados” (2005: xv). A noção de património como algo construído socialmente e que está em permanente reatualização que permitem a um coletivo ou a um indivíduo exprimir a sua identidade (Gonçalves 2007: 155), fomenta então a coesão e a integração dentro de um coletivo “desenvolvendo

novas sinergias em bases culturais simultaneamente selectivas e simbólicas” (Peralta e Anico 2005: xv) que potenciam uma noção de identidade comum e partilhada.

É neste âmbito que se pode entender o património como um fator identitário, a um tempo, por ser construído coletivamente e validado contemporaneamente e, a outro porque algumas das suas expressões mais persistentes no imaginário constituem elas mesmo expressões de identidade (Choay 2014 [1992]).

Se é certo que tanto identidade quanto património são fenómenos em constante revisão e construção, não será menos verdade afirmar que, mesmo quando assim não percecionado, o azulejo tem acompanhado com persistência e grande capacidade de renovação a história e artes portuguesas (Menezes 2015; Menezes 2021; Carvalho *et al.* 2021). Como já Virgolino Ferreira Jorge identificara, o património arquitetónico e os conjuntos históricos, nos quais o património azulejar se inscreve, são lugares privilegiados para a relação da identidade com o património (Jorge 2000; Barranha 2016: 35-36).

Reconhecendo a importância do património como fator identitário já a Constituição da República Portuguesa de 1976, no seu capítulo 3, artigo 78º, ponto 2, alínea c), o consagrava enquanto elemento tanto da identidade nacional portuguesa como da identidade cultural comum do país.

Datada de 2001, a atual lei que regula as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro) fornece a informação considerada nesta dissertação para a definição de atos de salvaguarda patrimonial, isto é, os atos de identificação, classificação, documentação, proteção, valorização, conservação, preservação, investigação, pesquisa, educação, formação, sensibilização, transmissão, divulgação e promoção de património.

O reconhecimento nacional do azulejo enquanto património português surge em 1965, aquando da criação do Museu do Azulejo, então anexo do Museu Nacional da Arte Antiga (Ministério da Educação Nacional 1965), para quinze anos depois, em 1980, ser proposto a sua autonomização, devido ao seu desenvolvimento e projeção, sobretudo porque esse objeto era cada vez mais requisitado para a realização de exposições itinerantes fora do país. Verificou-se também uma ação de assistência e divulgação a nível nacional que culminou com a mencionada criação do Museu Nacional do Azulejo, em

dependência do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), atual Direção Geral do Património Cultural (DGPC), destinando-se a apresentar exemplares das coleções representativas da evolução da faiança e do azulejo português, competindo-lhe também prestar assistência, dar pareceres especializados e realizar o inventário das espécies do património nacional tendo em vista a conservação, o estudo e a divulgação da faiança e dos azulejos portugueses (Presidência do Conselho de Ministro 1980).

Segundo este último decreto, os valores conferidos ao azulejo para que fossem considerado património são a memória e a antiguidade, presentes no dever do museu em apresentar “exemplares das coleções representativas da evolução da faiança e do azulejo portugueses”, e de conservar e restaurar as peças “de modo a manter o seu estado e a sua integridade histórica”, assim como na necessidade de constituir “um centro de estudos da história e da técnica da faiança e dos azulejos” (Presidência do Conselho de Ministro 1980: 2925) dentro do museu.

Que os valores reconhecidos nesse decreto sejam os da memória e da antiguidade podem ser explicados pelo facto de, apesar do azulejo não ter origem portuguesa, nenhum outro país no continente europeu ter dado a este material um tratamento tão expressivo e original, adaptado a condicionalismo específicos, nomeadamente económicos, sociais e culturais, nem uma utilização tão complexa e dilatada, que transcende o papel decorativo, como em Portugal (Meco 1986).

Essa originalidade foi acrescida pela intensidade de utilização do azulejo no país por um período de cerca de cinco séculos, tendo este sido utilizado ininterruptamente desde que os primeiros exemplares foram importados da Andaluzia, no final do século XV, até à atualidade. Durante este período o azulejo não só se difundiu pelo território nacional continental como se alargou às ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, e a antigas colónias/territórios portugueses, nomeadamente o Brasil, Cabo Verde, Angola e Goa (Matos *et al.* 2015; Meco 1986; Meco 1989).

Durante estes séculos de utilização ininterrupta o azulejo português demonstrou, além de uma originalidade sem paralelo na Europa enquanto legado artístico, uma capacidade de renovação exemplar, adaptando-se às mutações dos gostos, das modas e das novas expressões estéticas, ajustando-se às transformações sociais e às diferenciadas clientelas, retratando temas eruditos (religiosos e profanos), registos da vida real ou

adaptações das expressões de outras artes, como a ornamentação arquitetónica, o trabalho em metal ou os têxteis (Matos *et al.* 2015).

Apesar da individualidade e variedade da sua utilização em Portugal, o azulejo não foi concebido enquanto criação autónoma do suporte arquitetónico, verificando-se desde cedo um recurso a cenografias e ao revestimento total, apresentando-se muitas vezes em escala monumental, e que fizeram com que o azulejo perdesse o seu carácter original de tapeçaria cerâmica e que a arquitetura ganhasse uma estrutura têxtil, plena de efeitos dramáticos ou decorativos revestidos de originalidade (Matos *et al.* 2015; Meco 1986; Meco 1989).

Devido à sua durabilidade, originalidade e capacidade de adaptação às diferentes exigências da sociedade portuguesa ao longo dos séculos, o azulejo português é dotado de uma importância identitária que o torna relevante para o património português, distinguindo-se ainda de outros patrimónios nacionais pela disseminação pelo país, não se encontrando circunscrito a uma região geográfica específica, e por ser um importante incentivo de turismo cultural.

Seria durante o século XX que os trabalhos eruditos e científicos conduzidos por João Miguel dos Santos Simões dariam total reconhecimento e importância ao estudo do azulejo. Tendo começado a estudar a azulejaria portuguesa cerca de 1943, fora desde cedo um forte apoiante do reconhecimento do azulejo como uma categoria de classificação autónoma da cerâmica, defendendo inclusive a sua independência museológica na forma da criação de um museu dedicado ao azulejo. Anos mais tarde, e apesar de não concretizado, a sua tese vingaria, tendo-lhe sido dada a tarefa de montar um museu dedicado ao azulejo após o sucesso da 6ª *Exposição Temporária de Azulejo* realizada no Museu Nacional de Arte Antiga em 1947 (Monteiro 2018: 47).

A nível académico existem também diversos trabalhos que reconhecem o azulejo enquanto património nacional. Um dos mais recentes regista-se no debate levado a cabo entre Rosário Salema de Carvalho e Alexandre Pais intitulado *O azulejo português: património, memória e identidade* (traduzido para português pela autora), mediado por Alexandra Curvelo. Nas palavras desta última, o azulejo, assim como o fado, apresenta-se como elemento essencial «de uma imagem e de um discurso construído na identificação de traços característicos da cultura portuguesa, e mesmo de um modo de

“ser” português» e que enquanto portador “de um considerável imaginário e simbolismo” está enraizado “na ideia e no imaginário de um património nacional, memória e identidade cultural” (Carvalho *et al.* 2015: 41; traduzido para português pela autora) alimentadas por ele. Para os dois participantes deste debate é impossível não se associar ao azulejo português os conceitos de património, memória e identidade. Alexandre Pais adverte para que se não convoquem lógicas nacionalistas de ordem política ao considerar a associação do termo identidade ao azulejo, pelo que prefere comprovar a associação do azulejo à identidade nacional através de fatores externos ao país, nomeadamente, o reconhecimento e interesse internacional da excecionalidade do azulejo enquanto “fenómeno cultural e artístico”, demonstrado igualmente pelo facto de o Museu Nacional do Azulejo ser, dos museus afetos à DGPC, aquele que tem “maior percentagem e maior diversidade de visitantes estrangeiros” (Carvalho *et al.* 2015: 55; traduzido para português pela autora), cerca de 82%.

A partir de um olhar antropológico, Marlucci Menezes tem escrito diversos textos que procuram estudar os “processos sociais de valorização do património cultural” (Menezes 2015: 1) e, mais especificamente, o património azulejar, refletindo sobre o surgimento de “um novo fenómeno social de uso” e “a apropriação de uma «ideia» de azulejo” (Menezes e Blum 2016: 26), que tem contribuído para a valorização geracional e a emergência de “alguns aspetos contemporâneos da patrimonialização da cultura azulejar” (Menezes 2017a: 211; 2017b: 95). Entre estes, destaca os aspetos que têm contribuído para a reutilização do ancestral azulejo no âmbito da “(re)invenção do espaço urbano a partir de lógicas cocriativas”, permitindo “o aumento de sensibilidades coletiva com o património e o ambiente urbano” (Menezes 2021: 1).

## **1.2. – A evolução do conceito de salvaguarda patrimonial do azulejo**

De acordo com a *Recomendação de Nairobi* (1976) entende-se por salvaguarda “a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento” (UNESCO 1976: art.º 1, alínea c).

A utilização da palavra salvaguarda, ou seja, a defesa, a proteção, o livrar do perigo de alguém ou algo, em documentos relacionados com o património não constituía novidade, mas a *Recomendação de Nairobi* foi o primeiro documento a chamá-la para o

título, reconhecendo a abrangência e universalidade do significado da palavra, sem que no mesmo estejam implicados atos e conhecimentos técnicos. Com efeito, logo na introdução do documento, refere-se expressamente que os conjuntos históricos têm “grande importância para as populações que procuram preservar a sua verdadeira dimensão cultural e a sua identidade” (UNESCO 1976:1), dando ênfase ao papel das populações na vontade e responsabilidade de salvaguardar o património.

Não obstante a abrangência da palavra salvaguarda, a sua utilização patrimonial esteve desde o início associada ao edificado e aos conjuntos urbanos, justificando-se assim a sua utilização no âmbito desta dissertação sobre o projeto SOS Azulejo.<sup>3</sup> O facto de o azulejo ser sobretudo uma placa de cerâmica utilizada para revestimento arquitetónico (parietal, no chão ou em tetos), dentro e fora dos edifícios (Museu Nacional do Azulejo *et al.* 2007: 11), atesta a relação de proximidade na salvaguarda de um e outro bens patrimoniais.

Foi, aliás, este o sentido da lei n.º 79/2017 (de 18 de agosto) que, vindo preencher a lacuna especificamente relacionada com a proteção do património azulejar, o fazia enquanto décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, demonstrando a ligação desta cerâmica identitária à arquitetura e aos conjuntos históricos.

Por outro lado, e sendo o azulejo um objeto quotidiano e ancestralmente próximo das pessoas, o projeto SOS Azulejo reconheceu desde logo a necessidade da sua defesa e proteção. Motivo pelo qual a sensibilização para a valorização e defesa do azulejo foi desde o início uma das grandes vertentes da atuação do SOS Azulejo, estando diretamente envolvido com as entidades e organismos públicos que protegem e classificação este património, e divulgando e participando ativamente em iniciativas de sensibilização, como a AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO, atividade anual com a participação de centenas de escolas no país inteiro, e que decorrendo no início de maio (tendo passado desde 2017 a coincidir com o dia nacional do azulejo – 6 de maio), e o site do projeto, no qual se encontram conselhos práticos de prevenção criminal e conservação preventiva, exemplos de boas práticas e divulgação de casos de incúria, vandalismo e roubo. O site inclui ainda uma base de dados com imagens e identificação sumária de azulejos furtados, de modo a impedir a sua fácil circulação no mercado ao mesmo tempo que age como elemento

---

<sup>3</sup> Para a história do desenvolvimento das ideias em torno do conceito de salvaguarda em Portugal ver, Custódio *et al.* 1993 e Custódio 2010.

dissuasor do furto de azulejos (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado no dia 7 de outubro de 2022).

De alguma forma, o projeto SOS Azulejo, que reúne parceiros da academia e órgãos da polícia criminal, replica a preocupação que recua à segunda metade do século XIX quanto às maneiras de operacionalizar a defesa do património, designadamente, através dos movimentos de cidadãos e da criação de organizações corporativas ligadas ao setor patrimonial (Magrinho 2016). Segundo Sofia Magrinho, o facto de se terem constituído vários movimentos de cidadãos com o objetivo de salvaguardar o património durante o século XIX e a primeira metade do século XX criou uma tradição “capaz de sustentar uma alargada acção da sociedade civil” (Magrinho 2016: 43) no período pós-25 de abril de 1974.

Estava assim criado o lastro para o alinhamento das políticas portuguesas de salvaguarda com as diretrizes internacionais, concretamente, logo em 1976 no âmbito da publicação da nova Constituição da República Portuguesa, cujo artigo 78.º consagrava o dever do cidadão em “preservar, defender e valorizar o património cultural” (Assembleia Constituinte 1976: art.º 78, ponto 1) e o dever do Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, de “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum” (Assembleia Constituinte 1976: art.º 78, ponto 2, alínea c), reconhecendo assim o património cultural como elemento da identidade cultural comum portuguesa. Seria também na Constituição da República Portuguesa de 1976 que, pela primeira vez, se introduz a expressão património cultural no ordenamento jurídico português (Lopes 2017: 28), que até essa data era referido como património artístico, histórico e arquitetónico.

Neste período verifica-se um aparecimento em larga escala de associações de defesa do património que aproveitavam o novo enquadramento legal proporcionado pela Constituição de 1976, depois de fortes constrangimentos durante o período do Estado Novo (Magrinho 2016). O mesmo fenómeno já ocorria um pouco por toda a Europa ocidental, que desde o período entre as duas guerras mundiais começara a acordar para a necessidade de se salvaguardar, conservar e criar legislação (preocupação que derivava em muito da destruição causada pela guerra) e de internacionalizar as políticas e instrumentos de proteção patrimonial. Apesar de estes acontecimentos não terem passado ao lado da sociedade portuguesa, esta só viria a juntar-se a estes esforços de salvaguarda

após o 25 de Abril de 1974, uma vez que o contexto político em Portugal durante o Estado Novo não manifestava abertura a essas novas ideias. Não obstante as dificuldades político-diplomáticas levantadas à intervenção e participação portuguesa nas organizações de referência internacionais, as estratégias e convenções-quadro eram conhecidas e discutidas pelos técnicos e pelas associações que atuavam no terreno e se formaram após a revolução, tendo dado contributos fundamentais para o desenvolvimento e crescimento da intervenção cidadã no património, concretamente, nos encontros nacionais que ocorreram em 1978, 1980 e 1986 (Magrinho 2016).

Nas décadas que se seguiram o país continua a criar legislação e instituições para salvaguarda patrimonial, como é o caso do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), criado em 1980, através do decreto-lei n.º 59/80 de 3 de abril, com competências na salvaguarda do património português, através do planeamento e da promoção de “pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, proteção e salvaguarda dos bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural do País” (Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura 1980: artigo 9, alínea a). Este decreto previa também o apoio à criação e funcionamento de organismos da área da salvaguarda patrimonial nacional, e a definição de linhas condutoras para a salvaguarda do património português, patentes nas alíneas b) e c) do mesmo (Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura 1980).

Em 2001 surge a lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, através da lei nº107/2001 de 8 de setembro, que explicita com mais pormenor a definição de património cultural português e que valores “de civilização ou de cultura” (Assembleia da República 2001: artigo 2, ponto 1) devem estar presentes para assim serem classificados. Afirma ainda no seu artigo 1 que o património cultural é “realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional” (Assembleia da República 2001: artigo 1, ponto 1), reconhecendo assim o património enquanto elemento da identidade nacional.

Através do decreto-lei nº.138/2009 de 15 de junho é criado o Fundo de Salvaguarda do Património com o objetivo de financiar medidas de proteção e valorização de “imóveis, conjuntos e sítios integrados na lista do património mundial” (Ministério da Cultura 2009: artigo 3, alínea a) e “bens culturais classificados, ou em vias de

classificação, como de interesse nacional ou de interesse público em risco de destruição, perda ou deterioração” (Ministério da Cultura 2009: artigo 3, alínea b).

Este fundo é importante para a salvaguarda patrimonial do azulejo uma vez que, uma parte considerável do mesmo se encontra integrado em edifícios, tanto no interior como no exterior, enquanto revestimento arquitetónico (Museu Nacional do Azulejo *et al.* 2007) e, como tal, a salvaguarda desses edifícios contribui para a salvaguarda dos azulejos que neles se encontram.

Esta forte ligação do azulejo ao edificado e à envolvente urbana beneficiou com as resoluções consagradas na Carta de Siena (2014) que alargou e conceptualizou a ideia de paisagem para além do enquadramento do ambiente natural, mencionando aspetos de criação e interligação ao património que contribuem para a construção de uma paisagem específica e cultural.

Esta Carta veio igualmente introduzir a ideia de um novo modelo de proteção do património cultural, propondo que os museus assumam formalmente o papel de centros de proteção cultural, apoiando-se numa rede ampliada de museus, arquivos, bibliotecas e instituições culturais, que permitiria garantir a participação ativa dos cidadãos na salvaguarda e gestão do património cultural, que não pode ser garantida apenas pelos organismos públicos devido à dimensão desse património.

É nestes moldes que dois dos projetos do MPJ são protagonistas das recomendações da Carta de Siena: o projeto Igreja Segura – Igreja Aberta, criado em 2003, e o projeto SOS Azulejo, criado em 2007, devido ao seu envolvimento na proteção de paisagens culturais (nomeadamente na salvaguarda das igrejas e azulejos) e à sua interdisciplinaridade. Estes dois, fazem parte de um conjunto de três projetos criados pelo MPJ para a prevenção criminal e proteção do património cultural, a que se junta também o Catálogo Nacional e Levantamento de Bens Culturais Roubados de Coleções Públicas Portuguesas, criado em 1996 (Sá 2018; Sá 2022).

Em 2012 verificou-se nova alteração da orgânica de gestão do património português, sendo criada a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) através do decreto-lei n.º 115/2012 de 25 de maio, no qual se reforçava a missão de gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integram o património

cultural português, agora com uma visão mais holística e alinhada com as estratégias internacionais, e que integrava o imóvel, o móvel e o imaterial. Assim sendo, é atualmente, a principal entidade do estado responsável pela salvaguarda do património cultural português.

Nos últimos anos têm aumentado o número de teses defendidas nas universidades portuguesas que têm por tema o azulejo português, maioritariamente através de abordagens monográficas, de estudos de determinados conjuntos azulejares, mas também de trabalhos com uma visão mais patrimonial sobre o azulejo. Um destes últimos casos é a tese de mestrado em museologia e património cultural de Patrícia Sarrico, *Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: dinâmicas para a sua salvaguarda* de 2009, na qual a autora aponta as “dinâmicas de salvaguarda, promoção e revitalização do património azulejar de Aveiro” (Sarrico 2009: 4) presentes no Plano de Preservação e Salvaguarda do Azulejo de Aveiro apresentado pela Câmara Municipal, onde estão incluídas medidas como a criação de um banco de azulejo local, da Carta do Património Cultural de Aveiro e da Carta do Azulejo, integrada na anterior. Esta tese é relevante porque estuda as dinâmicas da salvaguarda patrimonial do azulejo português em Aveiro.

Outro caso é a tese em museologia de Patrícia Nóbrega Pereira, *O Azulejo enquanto objeto museológico* de 2013, onde a autora começa por realizar uma reflexão sobre as questões patrimoniais dos séculos XIX e XX, e procura enquadrar o azulejo e preservação da azulejaria portuguesa nesse contexto, apesar do seu foco ser museológico. Igualmente, demonstra um reconhecimento das questões patrimoniais e de salvaguarda azulejar português.

## Capítulo 2 – O projeto SOS Azulejo

### 2.1. – Os objetivos do projeto SOS Azulejo

Criado a 28 de fevereiro de 2007 através de um protocolo assinado pelo ISPJCC, Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP). O SOS Azulejo considerava no texto fundador que “O Património Azulejar português é de uma riqueza e valor incalculáveis, ocupando um lugar de relevo não só no Património Histórico e Artístico do nosso país, como no Património da Humanidade, destacando-se pela sua qualidade, quantidade e pela sua especificidade de estilos, materiais e técnicas” (ISPJCC 2007: 1). Como tal, urgia agir na defesa e perseveração do património azulejar, de forma a transmitir esse legado às gerações futuras.

Devendo-se sobretudo à iniciativa e conseqüente coordenação do MPJ, funciona numa dependência do IPJCC, atual Escola de Polícia Judiciária. Sendo a Polícia Judiciária um órgão com competências criminais, e não obstante o cunho patrimonial do SOS Azulejo, a criação deste projeto tinha na origem características diferentes das dos movimentos de cidadãos que foram sendo fundamentais para a consciencialização e salvaguarda do património português desde o século XIX. Com efeito, trata-se de um protocolo que atua na área criminal, tendo uma perspetiva sobretudo preventiva, unindo as valências policiais e patrimoniais através da gestão direcionada do Museu, sendo da sua responsabilidade a coordenação do projeto e comunicação entre as diferentes instituições que dele fazem parte, assim como a gestão dos apoios dedicados a este. As competências de cada um dos agentes intervenientes no projeto serão abordadas no ponto 2.2. desta dissertação.

Segundo o programa o projeto SOS Azulejo tem sete objetivos:

1) a sensibilização para a crescente perda de património azuleja e para a grande necessidade de serem tomadas medidas a curto, médio e longo prazo em ordem a combater essa perda;

2) a identificação e divulgação das principais causas da perda do património azulejar tanto a nível criminal como de conservação;

3) a identificação, implementação, incentivação e divulgação de medidas eficazes (e o mais simples possível) de prevenção criminal e conservação, de modo a impedir o furto, vandalismo e incúria sobre os azulejos e painéis de azulejos: normas e medidas de segurança e conservação preventiva; fiscalização de possíveis locais de venda de azulejos furtados como antiquários e feiras; e a inventariação do património azulejar nacional;

4) a divulgação de imagens de azulejos furtados procurados pela polícia em ordem a dificultar a circulação e facilitar a sua identificação e recuperação;

5) a contribuição para o desenvolvimento e divulgação de investigação científica e de práticas profissionais de conservação e restauro de azulejos, através da elaboração e publicação de um Manual de Conservação e Restauro de Azulejos Históricos e Artísticos;

6) a criação de ferramentas e suportes da divulgação necessários para divulgar os conteúdos do projeto;

7) a organização e/ou promoção de eventos sobre problemáticas relacionadas com o projeto, como seminários, workshops, ações de formação e exposições. (ISPJCC 2008: 7).

O site do projeto SOS Azulejo condensa os sete objetivos apresentados em cima, e que constam no programa deste, em três áreas de atuação, nomeadamente, a prevenção criminal, a conservação preventiva e a sensibilização para a valorização do azulejo, de modo a combater a destruição do património azulejar.

A primeira consiste na identificação das principais tipologias de furto e vandalismo de azulejos e as suas características, de modo a permitir apontar possíveis medidas de prevenção e conselhos aos proprietários de azulejos, que possam dissuadir roubo e destruição, e ajudar as autoridades a identificar e recuperar azulejos roubados.

A segunda área de atuação consiste no aconselhamento de algumas ações preventivas (Barranha 2016) que podem ser tomadas para ajudar a impedir a deterioração e perda de património azulejar.

Em relação à última das áreas, a valorização do azulejo, consiste em, através das ações e iniciativas e da informação disponibilizada pelas plataformas digitais do projeto, despertar nas pessoas um reconhecimento de que o azulejo é património de proximidade (Kisić e Tomka 2018: 44) e que precisa de ser valorizado e protegido.

Apesar do recurso a competências na área criminal, as entidades envolvidas no projeto SOS Azulejo tiveram desde cedo a noção de que havia necessidade de uma lei específica para a proteção do património azulejar, uma vez que as leis existentes não acautelavam as características materiais e culturais específicas do azulejo. Tendo em conta que uma parte considerável do património azulejar português se encontra enquadrado como parte do revestimento de imóveis, mas não é a estrutura arquitetónica em si, a pressão urbanística teve um papel relevante nesta constatação.

Assim sendo, o Projeto propôs ao Departamento de Urbanismo do Município de Lisboa, uma alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL), que este aceitou e implementou em 2013 conforme o Aviso n.º 5147/2013, de 16 de abril. Esta alteração impedia a demolição de fachadas com azulejos e a sua remoção, salvo em casos devidamente justificados pelo seu diminuto ou ausente valor patrimonial e autorizados pela Câmara Municipal de Lisboa. O projeto com dezenas de alterações ao RMUEL “foi submetido a discussão pública entre 30 de setembro e 14 de novembro de 2011 e entre 20 de julho e 24 de setembro de 2012” (Município de Lisboa 2013: 12491).

Este processo culminaria na apresentação pelo projeto SOS Azulejo de 3 propostas à 12.ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa em fevereiro de 2016, nomeadamente, a criação do Dia Nacional do Azulejo no dia 6 de maio; a criação de duas medidas legislativas para adotar a nível nacional a regulamentação adotada pela Câmara Municipal de Lisboa em 2013 e que impede a demolição de fachadas com azulejos e sua respetiva remoção; a criação de legislação nacional que limitasse “a venda de azulejos até 1960 a estabelecimentos obrigados por lei a comunicar à PJ a sua compra e venda” (Escola de Polícia Judiciária 2016: 3); e a inserção do património azulejar português no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) enquanto eixo ou produto gerador de fortes dinâmicas próprias (Escola de Polícia Judiciária 2016).

O ano de 2017 traria, em consequência, alterações significativas na maneira como o sistema legislativo compreende e protege o património azulejar, com a publicação de uma série de resoluções e leis que passaram a especificar as peculiaridades e a salvaguarda do azulejo. Logo no dia 6 de julho foram emitidas duas Resoluções pela Assembleia da República: a n.º 144/2017, que consagra, como já vimos, o dia 6 de maio como Dia Nacional do Azulejo; e a n.º 145/2017, que recomenda ao Estado a proteção e

valorização do património azulejar português. Igualmente fruto deste esforço do SOS Azulejo e das entidades envolvidas na salvaguarda desse património, foi publicada a Lei n.º 79/2017 de 18 de agosto, que estabelece mecanismos de proteção do património azulejar, numa alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro), determinando que operações de remoção de azulejos de fachada estão sujeitas a licença administrativa, mesmo no interior dos edifícios, podendo o pedido de licenciamento ser indeferido caso a operação urbanística implique a demolição de fachadas revestidas a azulejos e/ou a remoção de azulejos de fachada, à exceção de casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal, pela ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes (Assembleia da República 2017c).

Para além das medidas concretas de legislação apresentadas à Assembleia da República, o projeto SOS Azulejo conta com outras ações e iniciativas para a proteção e valorização do património azulejar, conforme se pode ver no site (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado no dia 7 de outubro de 2022) e, concretamente, na página no Facebook criada a 11 de janeiro de 2010, na qual é divulgada informação sobre o projeto e seus objetivos:

- Imagens de azulejos furtados (de modo a impedir que circulem facilmente no mercado);
- Conselhos práticos nas suas três áreas de atuação (identificação, aconselhamento, valorização), particularmente, nas maneiras de impedir a destruição e facilitar o trabalho da polícia na recuperação de azulejo em caso de furto, e para, através de simples ações, impedir ou minimizar a deterioração destes;
- Divulgação de boas práticas de salvaguarda do património azulejar português, de modo a divulgar e disseminar, bem como notícias de casos de destruição/perda de azulejos.

Para além destes instrumentos de visibilidade do SOS Azulejo e incentivo à salvaguarda do património azulejar, o projeto criou em 2010 os PRÉMIOS SOS AZULEJO. Destinados a galardoar os “melhores trabalhos, projetos, estudos, contributos, obras artísticas e ações de valorização e proteção do património azulejar português e/ou de origem/tradição portuguesa, a título individual, institucional ou coletivo, que tenham ocorrido até ao ano anterior” (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado a 7 de outubro de

2022), a entrega do prémio decorre desde 2011 no Palácio Fronteira em Lisboa, contando com o apoio da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

Também neste âmbito de ligação dos objetivos do projeto à sociedade, surgiram:

- Desde 2011 a AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO, uma ação pedagógica anual junto das escolas que pretende salientar a importância do património azulejar português, chamar a atenção para a sua destruição e alertar quanto à necessidade de salvaguardar esse património. E que, desde 2017, em consequência da Resolução n.º 144/2017, de 6 de julho, como já foi mencionado, coincide com o dia nacional do azulejo: 6 de maio. Esta Ação teve em 2019 o seu apogeu (com 163 escolas e participantes de Moçambique), tendo a sua continuidade sido gravemente condicionada no ano seguinte devido à pandemia (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado a 7 de outubro de 2022);
- Os seminários bianuais SOS Azulejo que se realizam desde 2008, em cooperação com câmaras municipais, nomeadamente, a de Aveiro, do Porto, de Lisboa, da Figueira da Foz, de Braga, de Ovar e de Vila Franca de Xira (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado a 7 de outubro de 2022), procurando dar formação no terreno sobre diversas questões ligadas aos diferentes e variados aspetos da proteção e valorização do património azulejar português. Contando, para tal, com a participação de prestigiadas personalidades e instituições portuguesas, como José Meco, e representantes das câmaras municipais participantes em cada edição (Projeto SOS Azulejo 2022; consultado a 7 de outubro de 2022).

Destas ações de formação no terreno surge também a oportunidade de o projeto encorajar e incentivar os serviços das câmaras municipais para a inventariação dos seus patrimónios azulejares e a criação de “bancos de azulejo”, de modo a não só estimular uma inventariação do património azulejar do município, mas também para que sejam guardados exemplares desse mesmo património, estimulando o estudo e implementação de medidas preventivas concretas nos diversos imóveis com património azulejar, de modo a agir para a sua proteção (Sá 2016; 2018).

No âmbito da atuação criminal da competência da PJ e do Museu, estabeleceu-se com a IP (Infraestruturas de Portugal; na altura assinado com a REFER – Rede Ferroviária

Nacional), protocolos e ações concretas de intervenção e colaboração no terreno, que pressupõem a inventariação do património azulejar ferroviário português e ação na prevenção criminal e conservação deste património disperso pelo país (IP Património 2021; consultado no dia 8 de outubro de 2022).

Em 2013 o Projeto foi galardoado com o grande prémio da European Heritage /Europa Nostra<sup>4</sup>, na categoria da Educação, Formação e Sensibilização, o único grande premio português (a distinção maior entre os premiados da categoria) até a atualidade. Aquando da atribuição do prémio, foram apresentadas as razões, que constam no seu site:

“O património cultural está cada vez mais sujeito a roubos e vandalismos, pelo que o Júri ficou especialmente satisfeito por reconhecer um projeto que deu resposta a esta preocupante tendência. O Projecto SOS Azulejo, ao facilitar a identificação e recuperação de azulejos roubados, resulta de uma cooperação eficaz entre um museu, organizações de património cultural, guarda republicana e polícia de segurança, bem como universidades e escolas locais. O fato de terem realizado tanto sem orçamento adicional é uma indicação da criatividade, paixão e dedicação das pessoas envolvidas.” (European Heritage /Europa Nostra 2022; consultado no dia 8 de outubro de 2022).

Em 2018 é publicado um dossier de consciencialização e boas práticas relacionadas com o património cultural comum que inclui um capítulo dedicado ao projeto SOS Azulejo (Kisić e Tomka 2018) onde se identifica que o maior problema com o SOS Azulejo se deparou aquando da sua criação foi a falta de reconhecimento pela população quanto ao valor patrimonial do azulejo. A proximidade e a presença ancestral, bem como a crescente apetência para a compra destes objetos em mercados paralelos ou internacionais, levou à criação de condições para o roubo deste património. A ação do SOS Azulejo veio mitigar esta situação (Kisić e Tomka 2018; Sá 2023), uma vez que pequenos gestos – como o estar atento às construções que têm azulejos nas fachadas, a comportamentos suspeitos, a denunciar locais de venda, informais ou não, de azulejos que foram furtados – podem desencorajar possíveis ladrões a roubarem este património.

---

<sup>4</sup> Os prémios Europa Nostra foram lançados em 1978, dando mais 650 prémios até 2001, tendo no ano seguinte formado uma parceria com a Comissão Europeia, criando-se assim em 2002 os European Heritage/Europa Nostra com o objetivo de identificar e promover as melhores práticas de conservação e valorização do património cultural, estimular intercâmbio de conhecimento dentro da Europa, aumentar a sensibilização da população e a sua valorização do património cultural europeu, e incentivar outras iniciativas através do exemplo (European Heritage /Europa Nostra 2022; consultado no dia 8 de outubro de 2022).

Dá também que a última das três áreas de atuação do projeto seja a sensibilização para a valorização do azulejo (Sá 2018).

## **2.2. – Os agentes intervenientes e a estrutura de gestão**

No protocolo do Projeto (2007) as seguintes entidades surgem como parceiras: o Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, atual Escola de Polícia Judiciária; o Instituto Politécnico de Tomar (IPT); o Instituto Português do Património Arquitetónico, atual Direção-Geral do Património Cultural; a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); a Guarda Nacional Republicana; e a Polícia de Segurança Pública.

Àquelas entidades juntaram-se na adenda de 2010 o Instituto de História da Arte, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA-CI-FLUL), no qual se integram os investigadores da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões (RTEACJMSS); e, na adenda de 2014, a Universidade de Aveiro.

O protocolo de 2007 e as adendas de 2010 e 2014 explicitam ainda as responsabilidades de cada entidade, cabendo assim à primeira entidade promotora do protocolo, o Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, atual Escola de Polícia Judiciária:

- a) a coordenação do projeto e a comunicação entre as partes intervenientes nesse;
- b) a contribuição para os estudos do património azulejar e criação de conteúdos pedagógicos e de divulgação do projeto, especialmente no que diz respeito à segurança preventiva, ou seja, o que se pode fazer para proteger este património e dissuadir possíveis atos criminosos;
- c) a promoção, junto com os parceiros, de todo o tipo de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento da salvaguarda do património azulejar português (como a divulgação de imagens de peças roubadas); o incentivo à fiscalização de possíveis locais de venda dessas mesmas peças (como feiras e antiquários) pelas entidades competentes; a elaboração de inventários e estudos sobre o património azulejar; a publicação de suportes educativos de conservação e segurança preventivas, para assim transmitir e ensinar à população o que se pode fazer, para evitar a destruição e perda deste

património; a divulgação do Projeto através de ações concretas, sejam de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc.;

d) a procura e gestão de apoios para a funcionamento do projeto.

Ao Instituto Politécnico de Tomar cabe:

a) a elaboração de conteúdos na área da preservação e conservação de azulejos para suportes de carácter pedagógico e de divulgação no âmbito do Projeto;

b) a participação na elaboração de estudos sobre o património azulejar, na publicação de suportes educativos, e na divulgação através das diversas ações do Projeto sejam de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc.;

c) o apoio e divulgação do projeto SOS Azulejo nos seus círculos de ação e influência.

Cabe à Direção-Geral do Património Cultural:

a) a colaboração na elaboração de estudos sobre o património azulejar, na publicação de suportes educativos, e na divulgação através das diversas ações do Projeto, sejam de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc.;

b) o apoio e divulgação do projeto SOS Azulejo nos seus círculos de ação e influência.

À quarta entidade que assinou o protocolo de 2007, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), cabe:

a) a divulgação e o encorajamento das câmaras municipais de todo o país para colaborarem e apoiarem o projeto nos seus respetivos municípios, através da participação dos seus técnicos nas ações pedagógicas e de sensibilização do Projeto, no seguimento de normas e aconselhamento fornecido pelo mesmo, na divulgação local deste e das suas ações, em apoios, na montagem de exposições itinerantes do projeto, na organização de bancos de azulejos no seu município, etc.

Cabe às últimas duas entidades envolvidas na assinatura do protocolo SOS Azulejo em 2007, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, as seguintes competências:

a) reforçar a fiscalização de feiras de velharias e outro tipo de mercados onde é normal encontrar azulejos furtados à venda de modo a impedir a sua comercialização;

b) o apoio e divulgação do projeto SOS Azulejo nos seus círculos de ação e influência;

c) a participação nas ações de sensibilização e de formação desenvolvidas no âmbito pelo Projeto (ISPJCC 2007).

Ao Instituto de História da Arte, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA-CI-FLUL), a sétima entidade a juntar-se ao protocolo na adenda de 2010, cabe:

a) a colaboração nos trabalhos especializados da investigação histórico-artística, iconográfica e iconológica dos conjuntos de azulejaria abraçados pelo projeto;

b) a participação na elaboração de monografias, catálogos, ensaios, textos de âmbito pedagógico e de suporte digital para sites, workshops, exposições, visitas guiadas, seminários, colóquios e outras iniciativas que divulguem o projeto e auxiliem a sua implementação e desenvolvimento;

c) a coordenação de ações de inventariação do património azulejar e cerâmico de iniciativa da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões que estejam relacionadas com o Projeto;

d) a incrementação, em sincronia com os outros participantes do Projeto, de ações pluridisciplinares de sensibilização (Escola de Polícia Judiciária 2010).

A rede RIA, inicialmente chamada Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, foi criada em 2006 no Museu Nacional do Azulejo, e em 2010 foi transferida para o âmbito do IHA-CI-FLUL passando a denominar-se *Az. Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo* (<https://redeazulejo.letras.ulisboa.pt/>; consultado a 10 de outubro de 2022).

No ponto 2 da Resolução da Assembleia da República nº145/2017, de 6 de julho, consta a necessidade de desenvolver um plano específico de proteção do património azulejar português junto de entidades que já estão a desenvolver esse trabalho, como é o caso do Az.

Por fim, à Universidade de Aveiro, oitava e a última das entidades a juntar-se ao projeto através da adenda de 2014, cabe:

a) a colaboração em trabalhos especializados de investigação abraçados pelo projeto;

b) a participação na elaboração de monografias, catálogos, ensaios, textos de âmbito pedagógico e de suporte digital para sites, workshops, exposições, visitas guiadas, seminários, colóquios e outras iniciativas que divulguem o projeto e auxiliem a sua implementação e desenvolvimento;

c) a coordenação de ações de inventariação do património azulejar e cerâmico de iniciativa da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões que estejam relacionadas com o Projeto (Escola de Polícia Judiciária 2014)

Apesar de só se ter juntando ao projeto em 2014, a Universidade de Aveiro já trabalhava e contribuía para a salvaguarda patrimonial do azulejo antes dessa data, tendo participado em edições anteriores a 2014 na AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO; recebendo em 2013, juntamente com a Câmara Municipal de Ovar, o Prémio Investigação Integrada; e contado com várias teses de mestrado e doutoramento realizadas na Universidade de Aveiro a serem galardoadas com prémios SOS Azulejo (Universidade de Aveiro 2022; consultado a 10 de outubro de 2022).

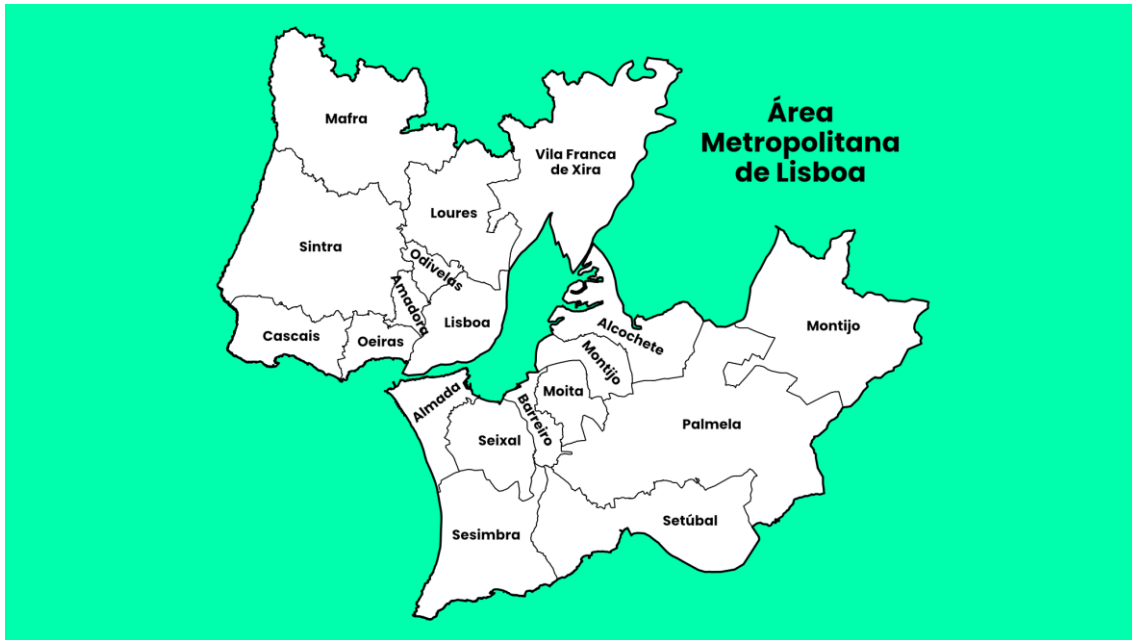
As oito entidades têm competências e responsabilidades específicas dentro do Projeto SOS Azulejo, focando-se nas três áreas de trabalho do mesmo, contando com a coordenação do MPJ, em dependência do IPJCC, que se encontra em constante contato com as entidades parceiras, organizando reuniões gerais trimestrais, onde os assuntos do projeto, novas tarefas e problemas são discutidos e atribuídos aos parceiros conforme as competências e valências específicas (ver Anexo 2).

## **Capítulo 3 – O jornal Público e a informação sobre destruição, o alertar para a mesma e a salvaguarda do património azulejar na área metropolitana de Lisboa**

### **3.1. – Levantamento das notícias (2006-2021)**

Como referido anteriormente, para a esta dissertação foi realizado um levantamento das notícias reportadas no jornal Público sobre situações de destruição e ações de salvaguarda patrimonial do azulejo na área metropolitana de Lisboa nos últimos 15 anos, desde 28 de fevereiro de 2006 (ano anterior ao da criação do projeto SOS Azulejo) a 28 de fevereiro de 2021. O objetivo é aferir constantes e perceber alterações (com que contornos) ao longo destes 15 anos e perceber os limites que são apontados à intervenção da equipa do SOS Azulejo. Assim foram recolhidas 67 notícias no jornal entre as datas referidas, sendo que destruição se refere ao furto, aos atos de vandalização – aqueles que propositadamente danificam bens públicos ou privados alheiros – e à incúria, ou seja, ações os que levam à perda de bens por falta de cuidado e não por um ato propositado e direcionado para a destruição desse bem.

Inicialmente a intenção era a de recolher o tipo de notícias em cima referidas, que fossem apenas referentes à cidade de Lisboa. No entanto, durante a análise dos 15 anos referidos de artigos do Público, chegou-se à conclusão que seria mais vantajoso aumentar o espetro de análise devido ao diminuto número de notícias encontrado. Assim, e tendo também em conta que a própria seção “Local” do jornal Público (edição de Lisboa) abrangia esta mesma área, decidiu-se mudar o espetro de análise da cidade de Lisboa para a área metropolitana de Lisboa, que abrange dezoito concelhos, nomeadamente Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.



**Imagem 1: Mapa de Área Metropolitana de Lisboa**

**Fonte: Lisboa Para Pessoas**

Seguiu-se a leitura das notícias e a recolha e organização dos dados para seleção e análise quantitativa em grelha de folha Excel. Procedeu-se à identificação de todo o tipo de ocorrências e à criação de campos na folha Excel com esses parâmetros (ver Gráfico 1). Os campos de análise tiveram em consideração a necessidade de mapear que tipo de destruição é mais frequentemente reportado, assim como se situações de salvaguarda são noticiadas; que intervenientes (destruidores e de salvaguarda) são mencionados; se o projeto SOS Azulejo é interveniente ou não; e, nos casos de destruição quem dá o alerta da situação (quando é possível identificar).

Quase todas as notícias levantadas têm autorias diferentes, apesar de existirem alguns autores que surgem com maior frequência. Treze deles surgem com mais de uma notícia escrita (variando entre as 2 e as 6 por cada) e 9 notícias não têm sequer autor identificado, correspondendo com probabilidade a comunicados e informação reportando episódios enviada diretamente para a redação.

A diversidade de autores e as próprias condicionantes do espaço que é utilizado no jornal para publicar as notícias faz com que estas se diferenciem grandemente entre si: algumas ocupando mais de uma página no jornal, outras apenas algumas linhas num canto de uma das páginas do “Local”; algumas apresentando informação específica outras

apenas com informação mais geral; algumas com um tom mais alarmista e lançando avisos outras num tom mais neutro. Estas grandes diferenças são transversais tanto nas notícias de salvaguarda como nas notícias que reportam destruição de azulejos, sendo por vezes difícil (ou impossível) identificar agentes ou mesmo caracterizar o grau de destruição e o tipo de salvaguarda.

Analisando as 67 notícias recolhidas de destruição e salvaguarda de património azulejar, foi possível organizá-las em quatro parâmetros distintos, nomeadamente, vandalismo de azulejos; incúria sobre os azulejos; roubo de azulejos e a salvaguarda patrimonial.

Escolheu-se apresentar a categoria de salvaguarda patrimonial em bloco, pelo fato das notícias encontradas apresentarem muitas vezes, e como já foi mencionado, pouca informação e/ou serem de difícil diferenciação por diversas categorias.

Apesar de não terem sido identificadas notícias para os anos de 2020 e 2021 que segundo os parâmetros definidos pudessem entrar no levantamento, optou-se por mantê-los neste estudo, uma vez que os dados seriam relevantes para avaliar o impacto dos efeitos da pandemia COVID 19 no Projeto SOS Azulejo, tão dependente da ação e contato com a população.

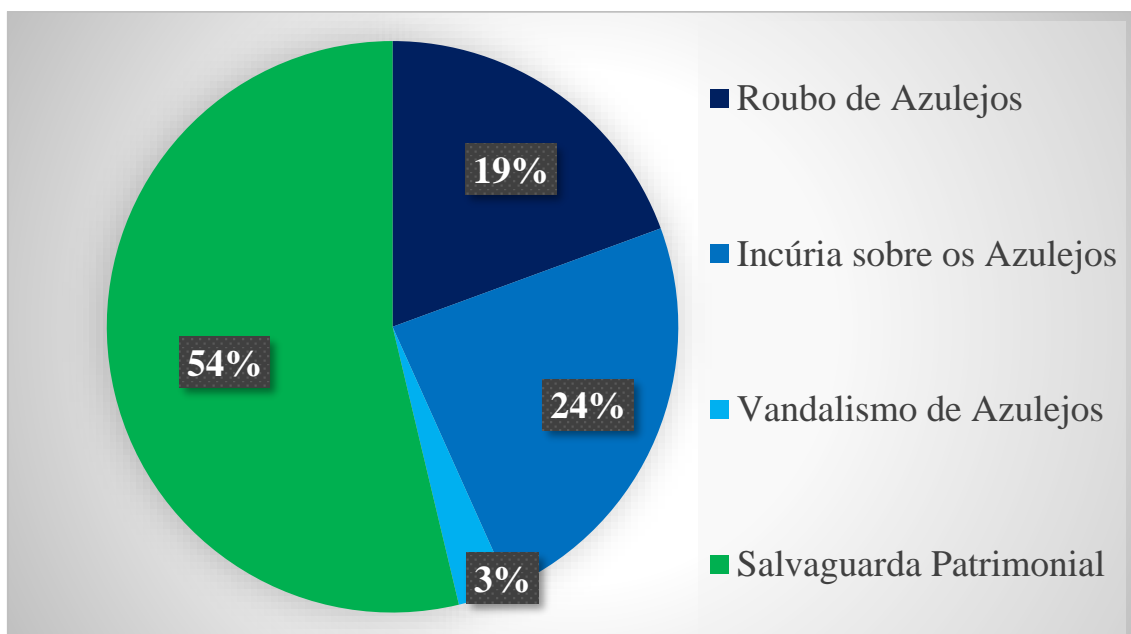
Os dados quantitativos recolhidos nas 67 notícias foram trabalhados em tabelas Excel e apresentados em gráficos de percentagens (com arredondamentos às unidades) e de linhas e, conseqüentemente, interpretados, de maneira a contribuir, por um lado, para a compreensão do fenómeno que leva a que, apesar da importância e valorização nacional dada ao azulejo e à existência de instrumentos de salvaguarda patrimonial, este continua a ser alvo de destruição, e se o SOS Azulejo é interveniente neste processo e o impacto que este tem. E, por outro, a identificação de constantes e alterações, fornecendo ainda explicações para as mesmas.

Para efeitos de uma melhor leitura, os gráficos e tabelas apresentados apresentam uma coerência de cores, utilizando-se a cor verde para aqueles que são referentes a categorias e intervenientes em situações de salvaguarda, a cor azul em categorias, intervenientes e agentes de alerta de situações de destruição, e a cor laranja para tabelas referentes a categorias e intervenientes no seu todo, ou seja, sem serem diferenciados em situações de destruição e salvaguarda.

Em relação aos gráficos de percentagens, também para facilitar a leitura destes, escolheu-se não representar os parâmetros com valor 0, e utilizar sempre o mesmo esquema de cores, com as mesmas variações de azuis para as categorias referentes a situações de destruição e o mesmo verde para a categoria de salvaguarda patrimonial, assim como o mesmo esquema de cores para cada interveniente (seja na totalidade de casos, nos casos de salvaguarda ou nos casos de destruição) e agentes de alerta de situações de destruição.

### 3.1.1. – Diagnóstico com base nas categorias e agentes intervenientes

Interpretando o gráfico 1 e a tabela 1, conclui-se que a maioria das notícias reportam questões de salvaguarda (36 notícias e 54% de ocupação do gráfico). E que, no campo da destruição azulejar, são a incúria sobre os azulejos (16 ocorrências para 24% do gráfico) e roubo de azulejos (com 13 treze notícias para 19% do gráfico) que mais se repetem.



**Gráfico 1 – Percentagens de incidência das categorias para o total das notícias recolhidas no jornal Público**

<b>Categorias</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	13
Incúria sobre os Azulejos	16
Vandalismo de Azulejos	2
Salvaguada Patrimonial	36
<b>Total</b>	<b>67</b>

**Tabela 1 – Categorias de destruição e salvaguada nas notícias recolhidas**

Comparando-se as situações de salvaguada (verde) e destruição (azul) patrimonial no gráfico 2, é ainda possível verificar uma tendência de subida dos primeiros, e de descida dos segundos, desde a criação do projeto SOS Azulejo em 2007.



**Gráfico 2 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguada**

Todavia, observa-se que existem picos e descidas abruptas nas situações de reporte de salvaguada e, conseqüentemente, de aumento dos casos de destruição. No entanto, acredita-se que tal aconteça por a amostra estar limitada a opções editoriais e ao espaço disponibilizado dedicado ao azulejo. Por exemplo, no caso específico do ano de 2019, na amostra apenas foram identificadas notícias de destruição, o que poderia levar a crer que existira um aumento significativo destas ações, interpretação contrariada na entrevista conduzida com a Dr.<sup>a</sup> Leonor Sá (ver Anexo 2) que afirmou que tal não corresponde à realidade.

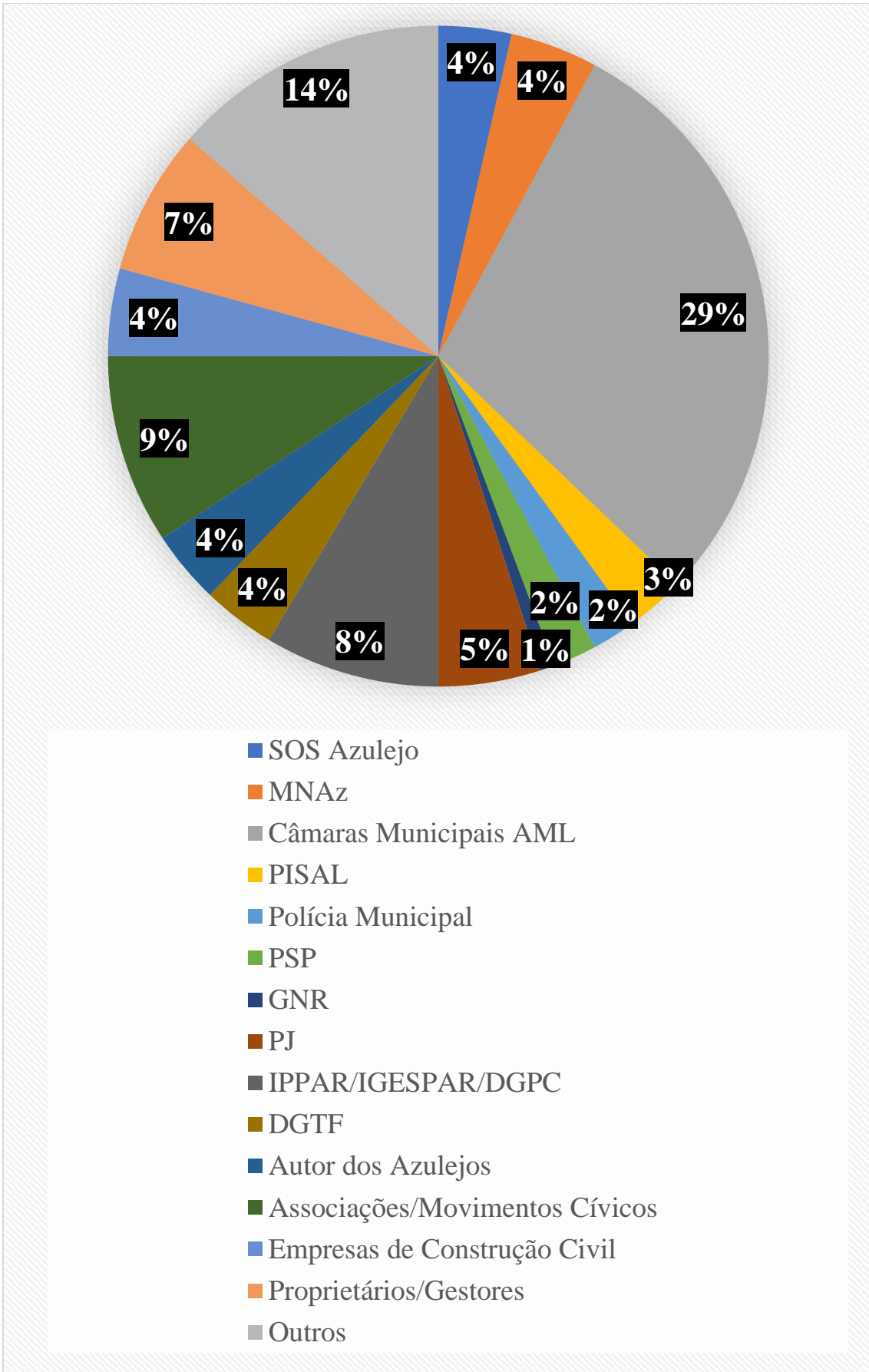
O levantamento das notícias permitiu também identificar 14 intervenientes nas ações de salvaguarda do património azulejar na área metropolitana de Lisboa, nomeadamente: o SOS Azulejo; o Museu Nacional do Azulejo (MNAz); as câmaras municipais da área metropolitana de Lisboa (AML) que surgiram no levantamento de notícias; o Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL); a Polícia Municipal (e aqui junta-se todas as Polícias Municipais da área metropolitana de Lisboa); a PSP; a GNR; a Polícia Judiciária (PJ); o Instituto Português do Património Arquitetónico/Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico/Direção-Geral do Património Cultural (IPPAR/IGESPAR/DGPC); a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF); o autor dos azulejos, ou seja, quem pintou os azulejos; as associações/movimentos cívicos, agrupadas invés de surgirem como entidades próprias devido ao fato de separadas, surgirem na sua maioria apenas uma vez; as empresas de construção civil, agrupadas pelo mesmo motivo das associações/movimentos cívicos; os proprietários/gestores de património azulejar, também eles agrupados pelas mesmas razões das associações/movimentos cívicos e das empresas de construção civil; e Outros, para intervenientes que surgem apenas uma vez (Instituto Politécnico de Tomar, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, Direcção-Geral do Património do Estado [DGPE], Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto de Polícia e Ciências Criminais, Junta de Freguesia de Arroios, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ordem dos Arquitetos, Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, Federação Portuguesa das Associações de Surdos, Universidade Nova de Lisboa, Fundação Buehler-Brockhaus, Museu Gulbenkian, Ministério da Educação, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Fundação Millennium BCP, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Associação de Turismo de Lisboa [ATL], Gabinete de Património Conservação e Restauro, Museu Nacional de Arte Antiga, Fundação Feira de Arte e Antiguidades de Maastricht e Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional).

Apesar de alguns dos intervenientes aqui mencionados também fazerem parte do projeto SOS Azulejo, são mencionados nas notícias autonomamente e não enquanto membros do Projeto.

A tabela 2 menciona os agentes de salvaguarda mais mencionados (pelo menos uma referência), agrupando em Outros os intervenientes que se acabou de elencar e que não constam na tabela.

<b>Intervenientes</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	5
MNAz	6
Câmaras Municipais AML	41
PISAL	4
Polícia Municipal	3
PSP	3
GNR	1
PJ	7
IPPAR/IGESPAR/DGPC	12
DGTF	5
Autor dos Azulejos	5
Associações/Movimentos Cívicos	13
Empresas de Construção Civil	6
Proprietários/Gestores	10
Outros	19
<b>Total</b>	<b>139</b>

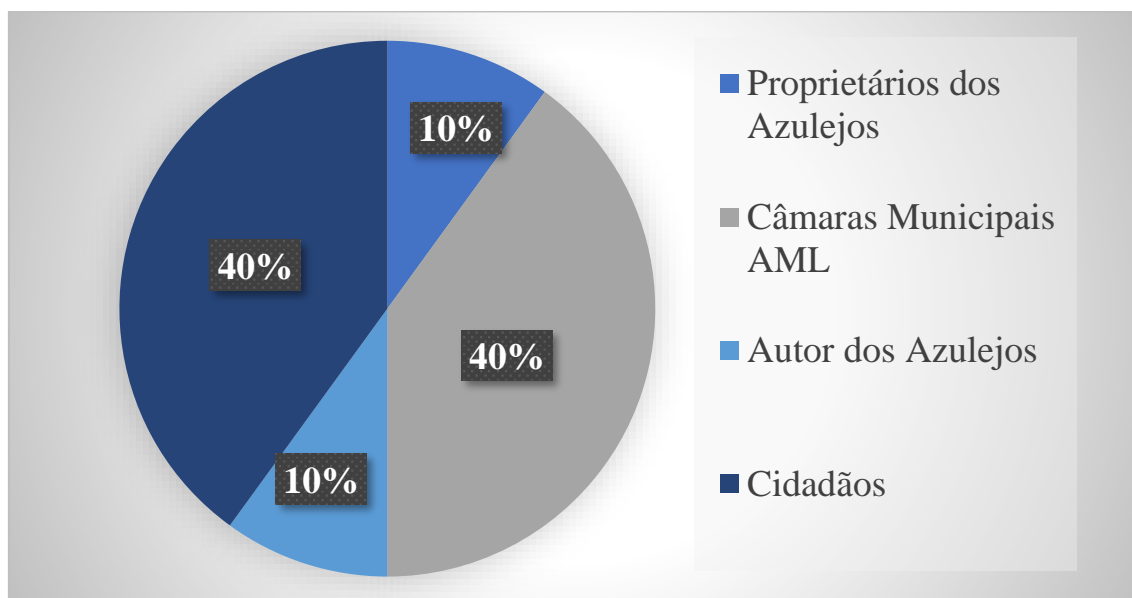
**Tabela 2 – Intervenientes em ações de salvaguarda na totalidade de casos reportados pelas notícias do Público**



**Gráfico 3 – Percentagens dos intervenientes nas ações de salvaguarda na totalidade de casos repostados no Público**

Apesar desta dissertação ir apenas analisar os dados referentes ao projeto SOS Azulejo, este gráfico fornece informação de extrema relevância e interesse. Por um lado, as entidades que mais frequentemente surgem como interlocutores das ações de salvaguarda são as Câmaras Municipais da AML (com 29% das 149 intervenções), seguida de Outros (14%), e das Associações/Movimentos Cívicos e do IPPAR/IGESPAR/DGPC, ambos com 9%. Surgindo o SOS Azulejo com apenas 4% das ocorrências registadas. Os dados são interessantes por si, e ainda que seja difícil extrair conclusões, não se pode deixar de referir que haverá um provável desconhecimento (ou desconfiança) da população e agentes quanto ao SOS Azulejo, para além de um certo conservadorismo da mesma na procura dos instrumentos de atuação pública sobre a salvaguarda do património, atribuindo à edilidade as responsabilidades que não se afetam ao Estado.

Por outro lado, foi possível recolher informação nas notícias do Público que nos dão dados sobre os alertas para situações de destruição de património azulejar, sendo identificados quatro grandes grupos, nomeadamente: os Proprietários dos Azulejos, as Câmaras Municipais AML, o Autor dos Azulejos e os Cidadãos.



**Gráfico 4 – Percentagens dos agentes intervenientes nos alertas de casos de destruição**

<b>Denúncia</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	2
Câmaras Municipais AML	8
Autor dos Azulejos	2
Cidadãos	8
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Tabela 3 – Agentes dos alertas de casos de destruição**

Analisando o Gráfico 4 e Tabela 3 é possível concluir que são os Cidadãos e as Câmaras Municipais da AML quem mais alerta para estas situações de destruição de património azulejar, ambos com 40%, o que equivale a 8 notícias cada, sendo que no total foram levantadas 20 notícias de destruição (entre 31 no total) onde se pode identificar quem deu o alerta para a situação. O que também significa que em muitos casos se pode identificar quem reporta estas situações, e que as autarquias e os cidadãos estão sensibilizados para a possibilidade de destruição do azulejo e necessidade de reportar estas situações, de forma a valorizá-lo e a evitar outras situações de perda destes.

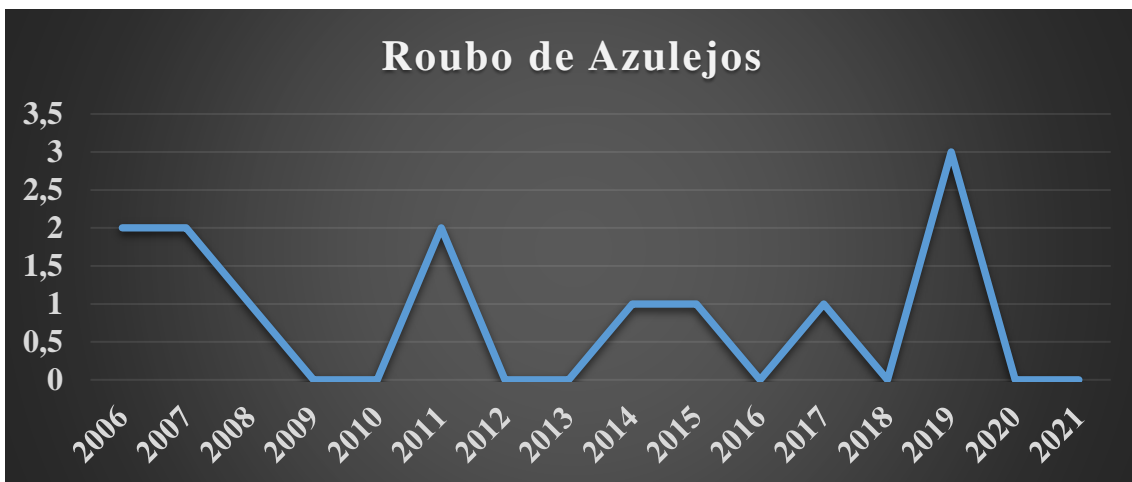
Depois de organizada e analisada a informação bruta recolhida no jornal Público, procedeu-se à seleção conforme os parâmetros mencionados antes e à consequente análise fina dos dados em função dos objetivos desta dissertação e do projeto SOS Azulejo: limitação das notícia que reportam destruição e salvaguarda à área metropolitana de Lisboa; SOS Azulejo e sua esfera de atuação como interventor na salvaguarda do património azulejar; parâmetros de análise resumidos aos diferentes aspetos da destruição (vandalismo, incúria e roubo) e da salvaguarda.

A primeira e também mais frequente categoria de casos de destruição, a incúria sobre os azulejos, com um total de 16 notícias, parece estar em tendência de descida desde a criação do projeto SOS Azulejo em 2007 (apesar de apresentar um pico em 2014), o que sugere que este está a ter sucesso na sua área de atuação de sensibilização para a valorização do azulejo.



**Gráfico 5 – Incúria sobre os Azulejos**

Também a segunda categoria mais frequente de casos de destruição, o roubo de azulejos, com 13 notícias, aparenta estar em tendência de descida desde a criação do Projeto, o que sugere que este está a ter sucesso na sua área de atuação de prevenção criminal, apesar de ter um grande pico de casos em 2019 (que é mesmo, dos 15 anos analisados, o que apresenta o maior número de ocorrências nesta categoria [3]).



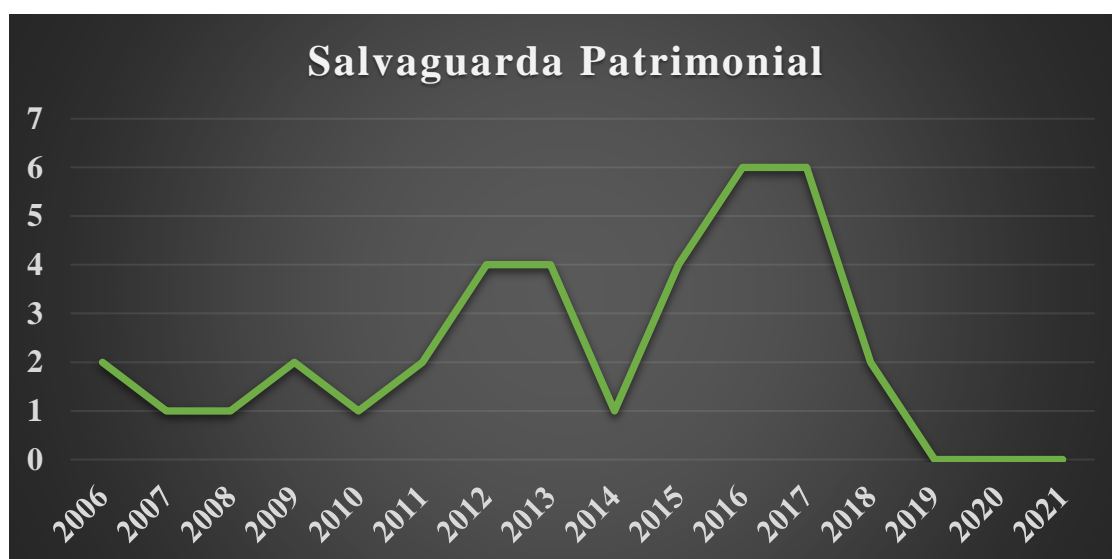
**Gráfico 6 – Roubo de Azulejos**

A terceira e também a menos frequente das categorias de destruição de azulejo, o vandalismo de azulejos, com apenas dois casos encontrados, o que torna difícil tirar ilações, parece igualmente estar em tendência de descida uma vez que apresenta apenas um caso de vandalismo de azulejos, em 2019, após a criação de projeto.



**Gráfico 7 – Vandalismo de Azulejos**

No caso da salvaguarda patrimonial, com 36 notícias, esta demonstra estar numa tendência de crescimento após a criação do SOS Azulejo, apesar de não se encontrar nenhuma notícias desde 2019, o que sugere ainda assim, que o projeto está a funcionar bem na sua área de atuação de sensibilização para a valorização do azulejo.



**Gráfico 8 – Salvaguarda Patrimonial**

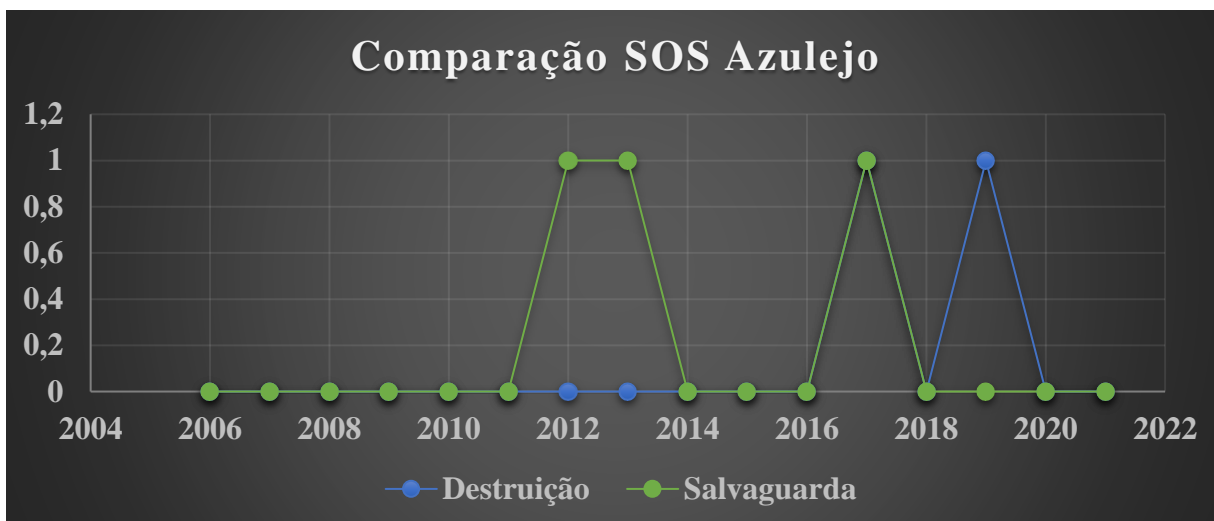
Aquando do levantamento das notícias no jornal Público, e procurando dados que permitissem concluir o impacto da criação e existência do Projeto SOS Azulejo, foi-se verificando que havia um número reduzido das mesmas. Assim, optou-se por fazer registo de todos os intervenientes mencionados nos textos das notícias e apresentar os dados, de maneira a fazer uma análise mais fundamentada.



**Gráfico 9 – Menções ao Projeto SOS Azulejo na totalidade de casos**

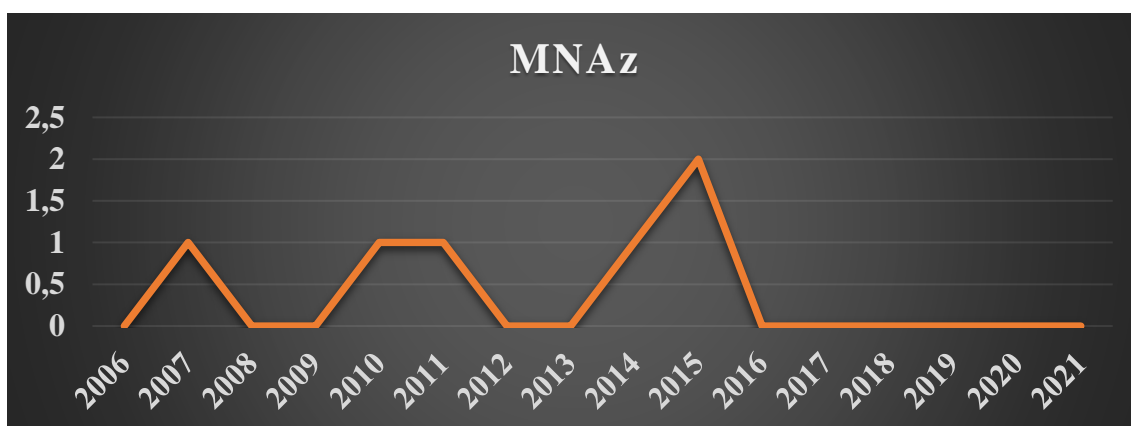
O SOS Azulejo surge como interveniente nas notícias levantadas apenas 5 vezes, sendo que a primeira ocorrência acontece em 2012, cinco anos após a sua criação, e a partir daí aparenta ser um interveniente recorrente.

Surge referenciado mais vezes em casos de salvaguarda (3) do que em casos de destruição (em 2017 e 2019), o que parece confirmar o papel interventor em situações que visam a salvaguarda patrimonial do azulejo através das suas diversas iniciativas, e em situações de destruição, onde não só pode eventualmente ajudar a recuperar azulejos furtados (ou pelo menos dificultar a sua circulação e venda), como também dissuadir futuras situações de vandalismo e incúria, através das diversas ações e iniciativas.

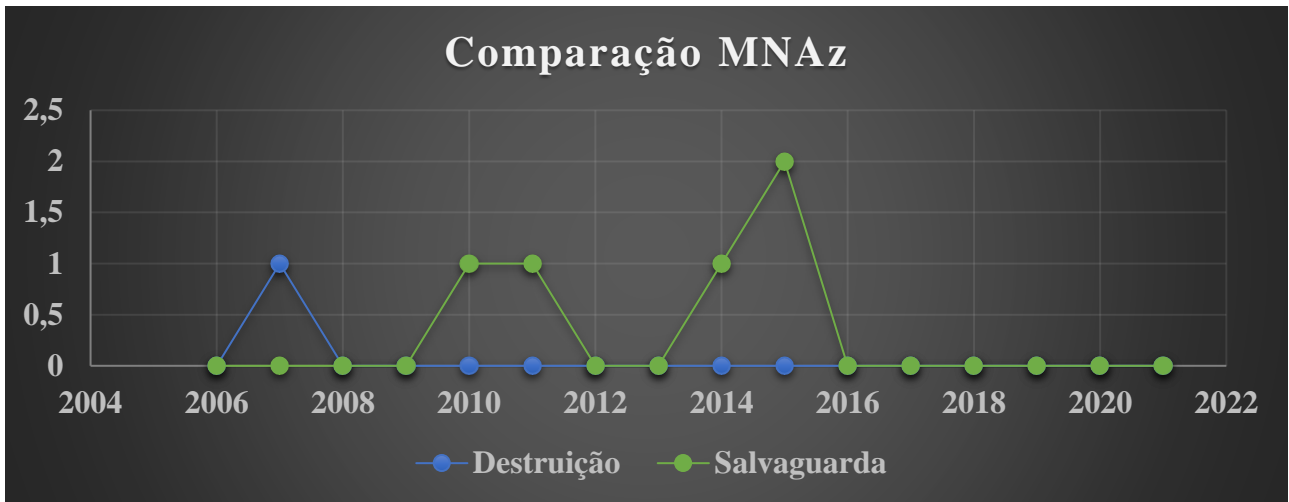


**Gráfico 10 – Comparação entre casos de destruição e de salvuarda em função da menção ao Projeto SOS Azulejo**

O MNAz surge com frequência até 2015, altura onde intervém pela última vez numa notícia, sendo que na maioria das vezes acontece no âmbito de casos de salvuarda patrimonial (5 vezes), e apenas uma vez em casos de destruição azulejar.

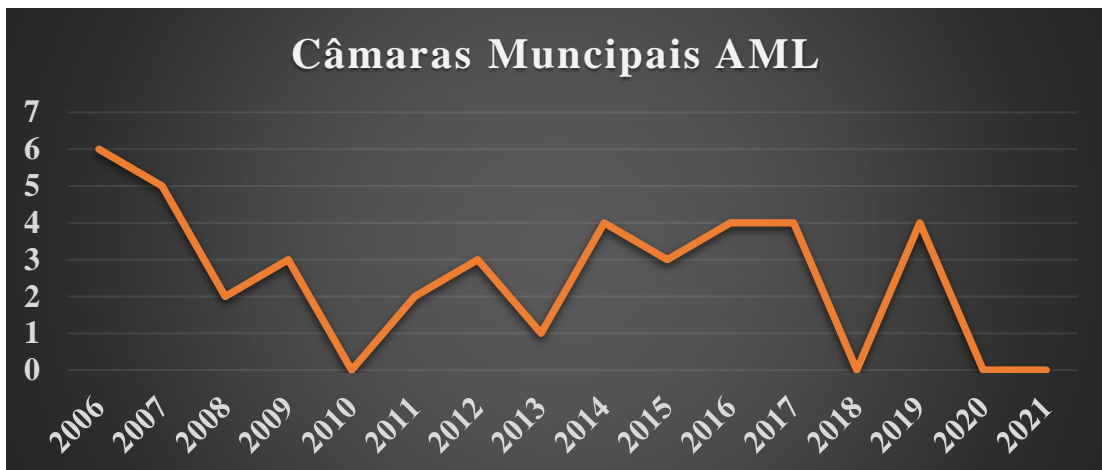


**Gráfico 11 – MNAz na totalidade de casos**



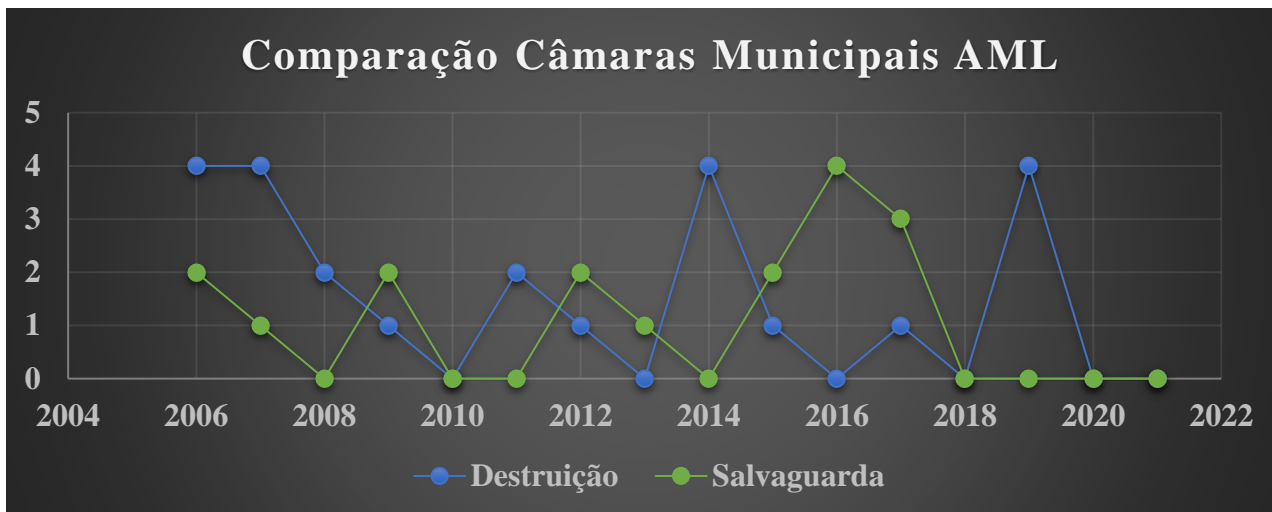
**Gráfico 12 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda reportando o MNAz**

As Câmaras Municipais da AML são as entidades que mais frequentemente surgem nas notícias, com intervenções em praticamente todos os anos, à exceção apenas de 2010, 2020 e 2021. Tendo em conta que em 2020 e 2021 não existiram notícias que se enquadrassem nos parâmetros do levantamento, resulta que o único ano em que as Câmaras Municipais da AML não intervieram seja 2010, o que sugere um forte empenho e participação das autarquias em questões relacionadas com o património azulejar.



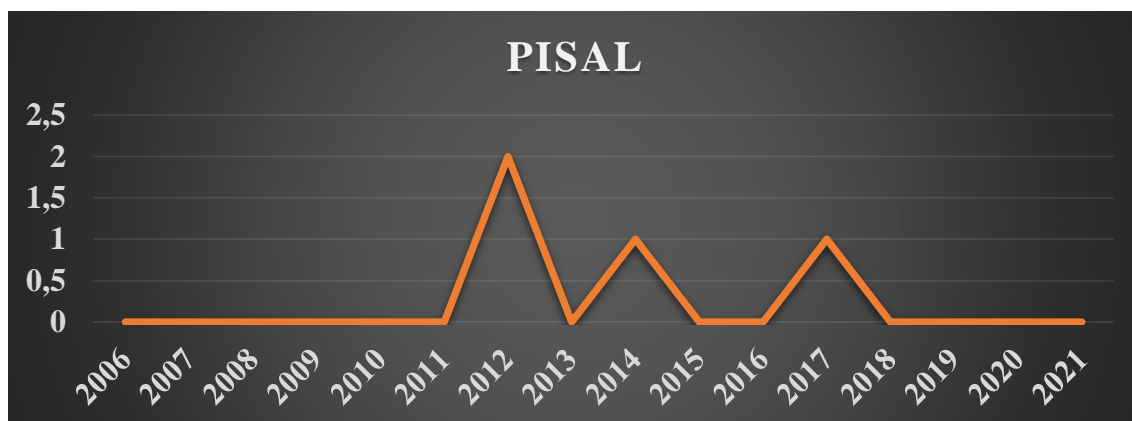
**Gráfico 13 – Menções às Câmaras Municipais da AML na totalidade de casos**

As Câmaras Municipais da AML intervêm mais vezes em situações de destruição (24 vezes) do que em situações de salvaguarda (17 vezes). No entanto, ao longo dos 15 anos analisados a participação na salvaguarda patrimonial parece estar a aumentar, enquanto a participação em casos de destruição parece estar a diminuir, o que pode sugerir um aumento da preocupação das câmaras municipais nas ações preventivas e na resolução de problemas associados ao património azulejar, designadamente, através de ações de sensibilização junto da população.



**Gráfico 14 – Comparação entre o reporte de casos de destruição e de salvaguarda que envolvem as Câmaras Municipais da AML**

No caso do PISAL, este é um interveniente constante entre 2012 – altura em que surge pela primeira vez, tal com o Projeto SOS Azulejo – e 2017, quando surge pela última vez. O PISAL foi criado em novembro de 2011, o que na verdade significa que desde a sua criação tem sido um interveniente recorrente, sobretudo, em situações de salvaguarda (3) e apenas uma vez em casos de destruição de património azulejar.



**Gráfico 15 – Menção ao PISAL na totalidade de casos reportados**

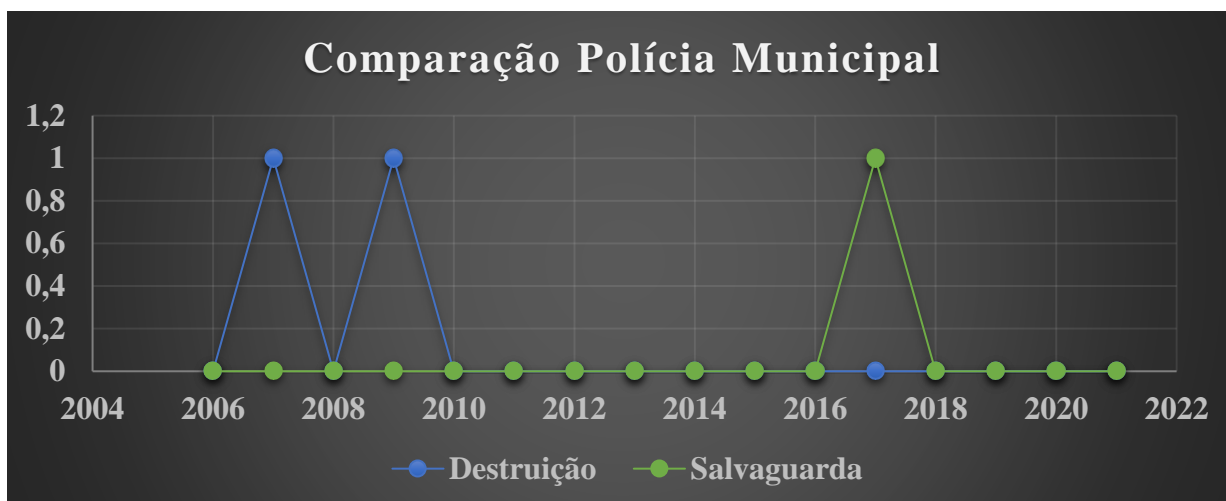


**Gráfico 16 – Comparação entre o reporte de casos de destruição e de salvaguarda envolvendo o PISAL**

A Polícia Municipal surge apenas três vezes, e apenas uma nos últimos cinco anos analisados. Na maioria das vezes intervém em situações de destruição de património azulejar (em 2007 e 2009) e, em comparação, tem apenas uma intervenção em casos de salvaguarda (em 2017).

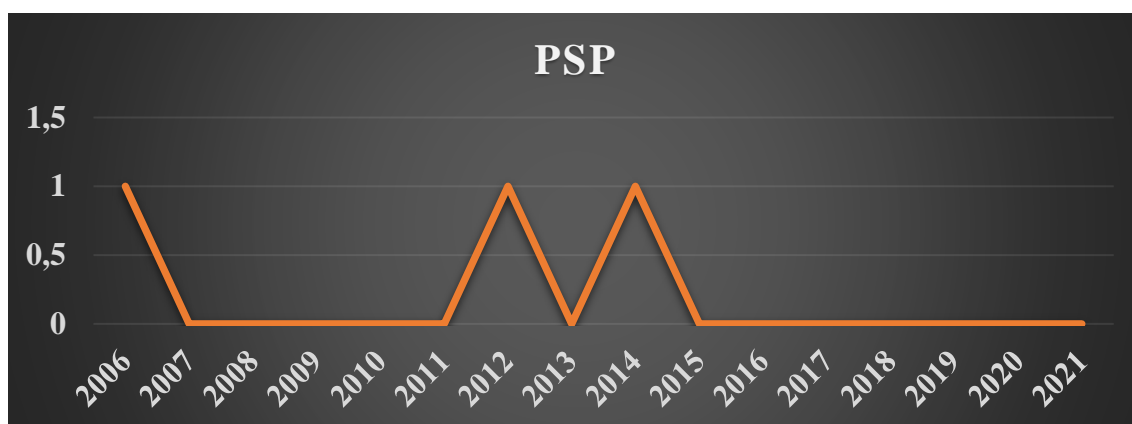


**Gráfico 17 – Menções à Polícia Municipal na totalidade de casos reportados**



**Gráfico 18 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda reportados envolvendo a da Polícia Municipal**

A força polícia seguinte, a PSP, intervém também apenas três vezes, na sua maioria entre 2012 e 2014, e apenas em casos de destruição de património azulejar o que, devida à sua área de intervenção, é facilmente compreensível. Desde 2014 não volta a surgir no levantamento, o que também vai de acordo com a tendência de descida de casos de perda de azulejos.

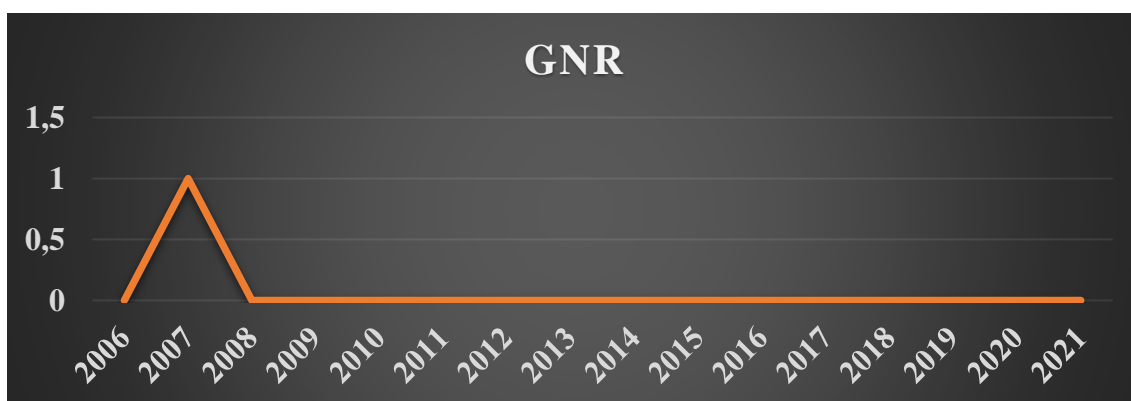


**Gráfico 19 – Referências à PSP na totalidade de casos reportados**



**Gráfico 20 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda que mencionam a PSP**

Por razões semelhantes, a GNR surge também apenas em situações de destruição de património azulejar, contando com apenas uma intervenção em 2007, ano de criação do projeto SOS Azulejo.

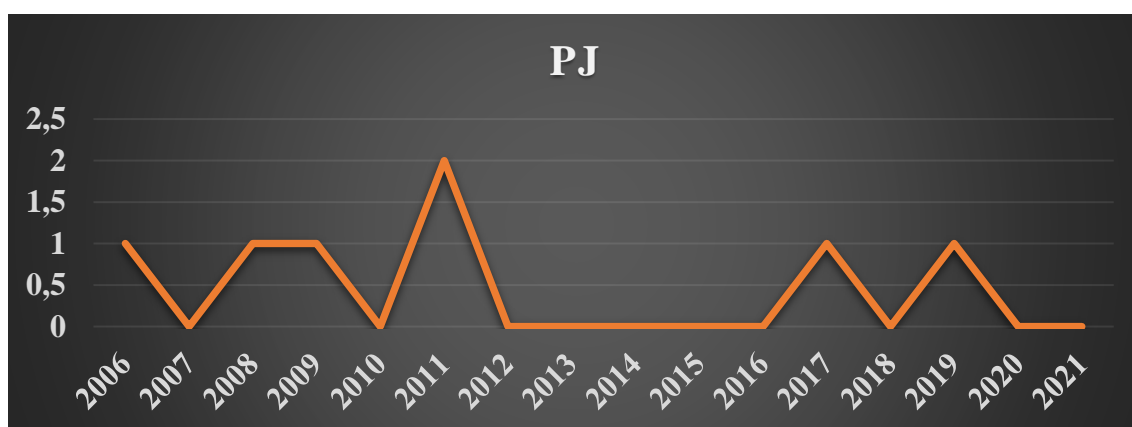


**Gráfico 21 – Menções à GNR na totalidade dos casos reportados**



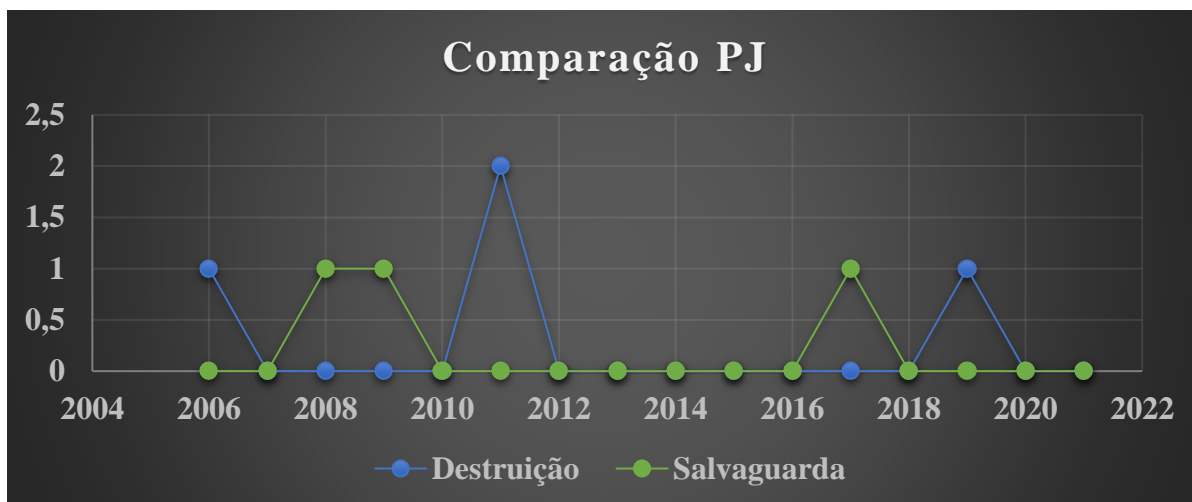
**Gráfico 22 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda que mencionam a GNR**

A PJ é a última das forças policiais interveniente nas notícias levantadas, surgindo em 4 casos de destruição de património e 4 casos de salvaguarda azulejar.



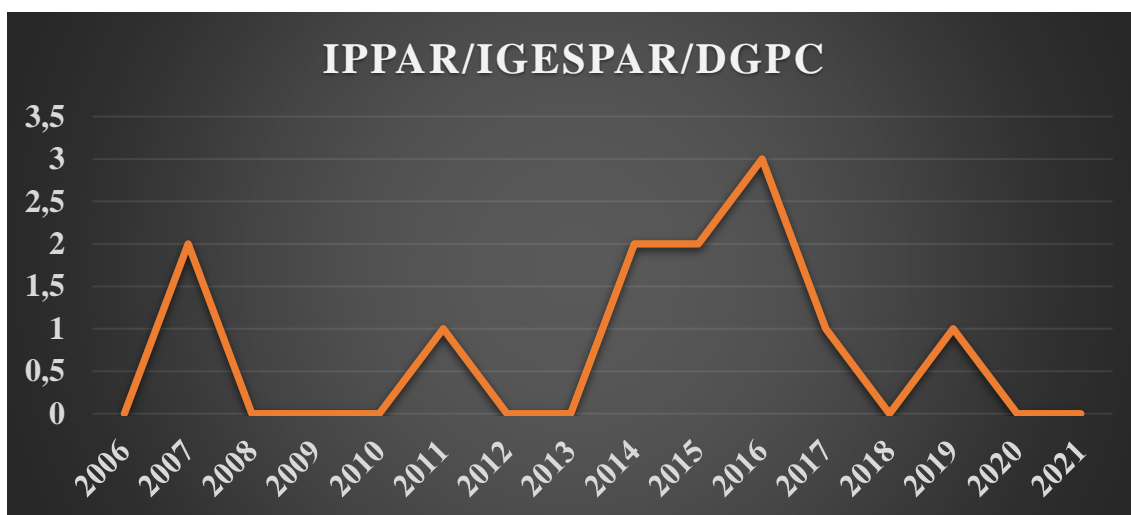
**Gráfico 23 – Menções à PJ na totalidade dos casos reportados**

A PJ surge recorrentemente ao longo dos 15 anos, com a exceção do período entre 2012 e 2016, e as intervenções indiciam a presença em casos de reporte de destruição azulejar de forma a identificar e responsabilizar os responsáveis, e a recuperar os azulejos em casos de roubo. Por outro lado, a participação em casos de salvaguarda dever-se-á à intervenção em ações de sensibilização junto da população.

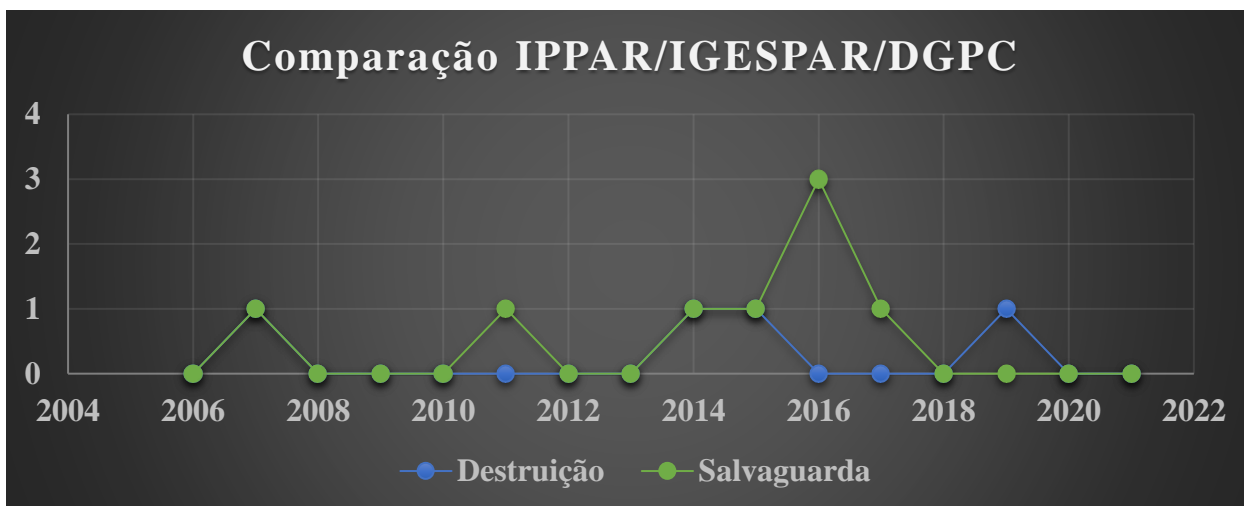


**Gráfico 24 – Comparação entre casos de intervenção da PJ em ações de destruição e de salvaguarda**

Os organismos estatais (sejam enquanto direções do IPPAR, IGESPAR ou da atual DGPC) têm sido um interveniente recorrente, particularmente entre 2014 e 2018, e especialmente em casos de salvaguarda patrimonial (8), em contraste com 4 intervenções em situações de destruição.

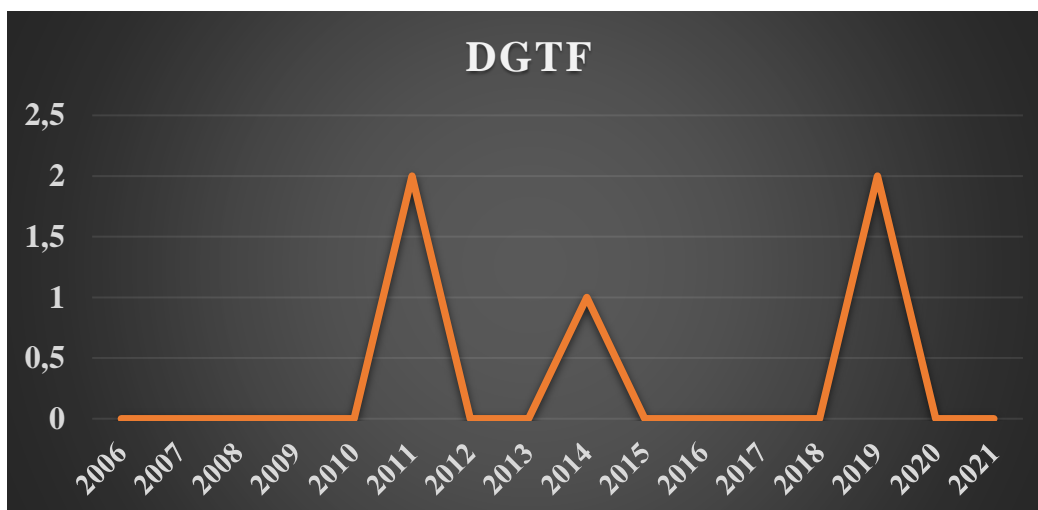


**Gráfico 25 – Menções ao IPPAR/IGESPAR/DGPC na totalidade de casos reportados no Público**



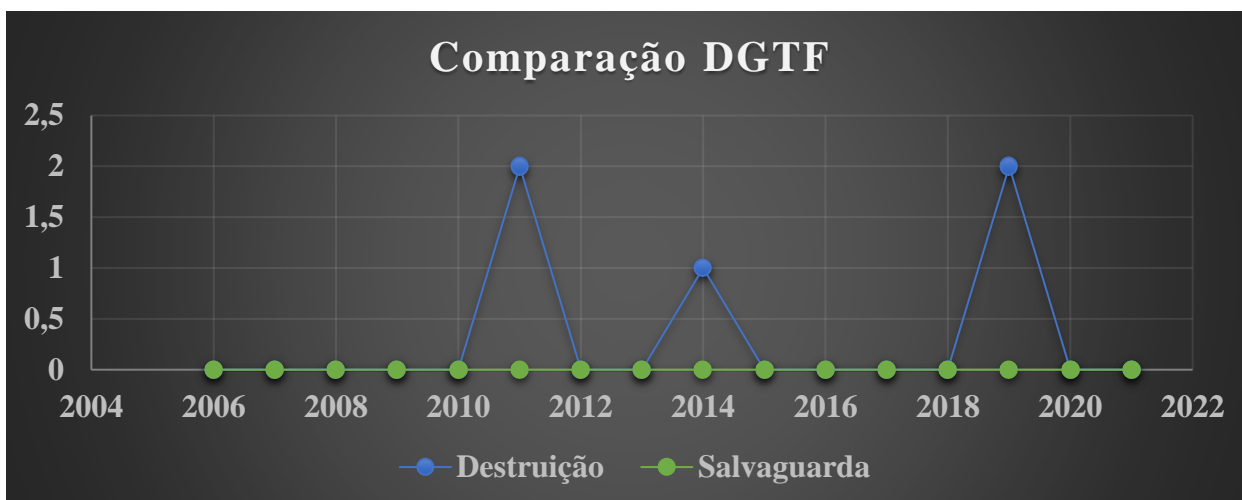
**Gráfico 26 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda mencionando o IPPAR/IGESPAR/DGPC**

No caso da DGTF, esta surge apenas 5 vezes em três anos, e todas as intervenções são em casos de destruição de património azulejar, sendo que todas coincidem com o reporte dos três picos de casos deste tipo ao longo dos 15 anos após a criação do SOS Azulejo em 2007.



**Gráfico 27 – Notícias mencionando a DGTF na totalidade de casos**

Enquanto órgão que gere o património do Estado, e que nesse se encontra bens sujeitos a medidas de salvaguarda patrimonial, como a inventariação, ou que poderiam ser qualificados para tal, é pena que a DGTF não surja como interveniente em casos de salvaguarda de azulejos.

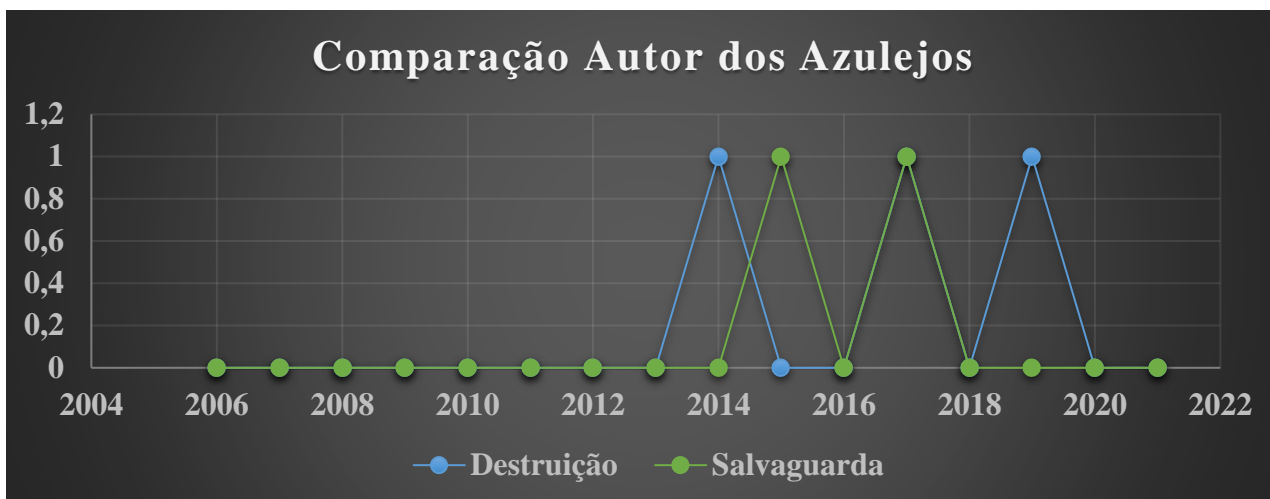


**Gráfico 28 – Comparação entre notícias que implicam casos de destruição e de salvaguarda envolvendo a DGTF**

O interveniente seguinte, Autor dos Azulejos, surge com regularidade a partir de 2014, o que sugere uma maior preocupação em envolver os criadores (ou em os autores se envolverem), tanto em questões de salvaguarda de azulejos como em situação da destruição deles. Regista-se que autores de azulejos se envolveram em três casos de reporte de destruição e em dois de salvaguarda.



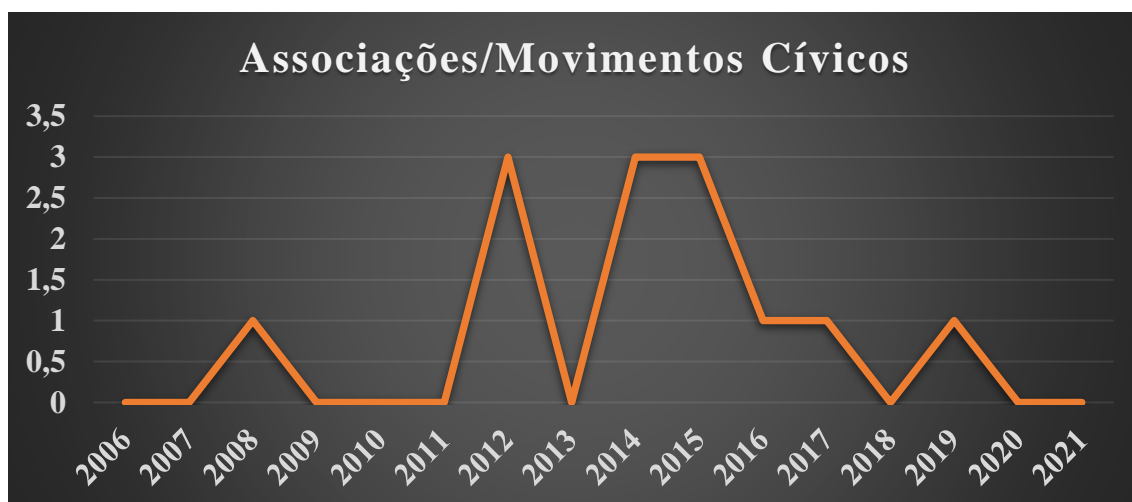
**Gráfico 29 – Envolvimento dos autores dos azulejos na totalidade de casos reportados no Público**



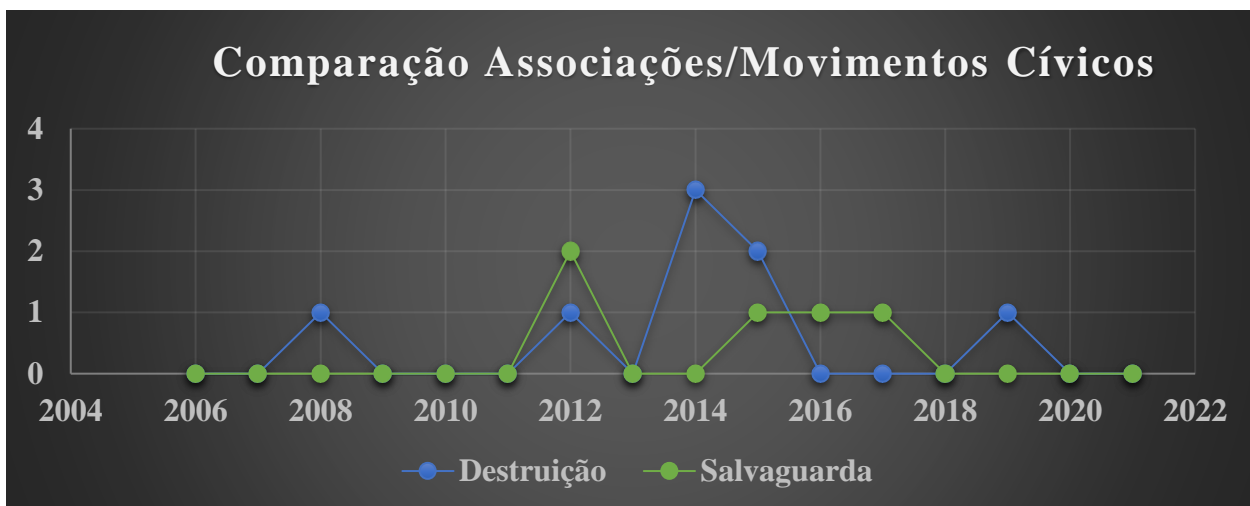
**Gráfico 30 – Comparação entre divulgação de casos de destruição e de salvaguarda envolvendo os autores dos azulejos**

As Associações/Movimentos Cívicos fazem uma breve aparição em 2008, mas só a partir de 2012 se tornaram um interveniente constante, com o seu expoente máximo (dentro dos anos analisados) em 2014 e 2015, estando envolvidos sobretudo na chamada de atenção para a destruição de património azulejar (8) em comparação com 5 intervenções em situações de salvaguarda.

Tal pode sugerir um maior interesse da população para o azulejo português, seja para importância de salvaguarda este património, seja para a necessidade de reportar situações em que é destruído (seja por furto, vandalismo ou incúria), agindo também com intuito de prevenção em ações futuras.

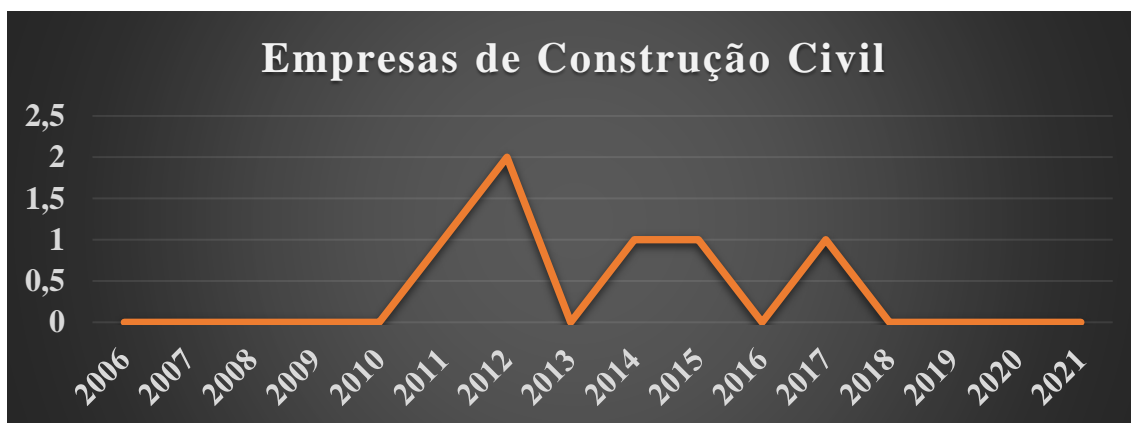


**Gráfico 31 – Menção a Associações/Movimentos Cívicos na totalidade de casos reportados no Público**

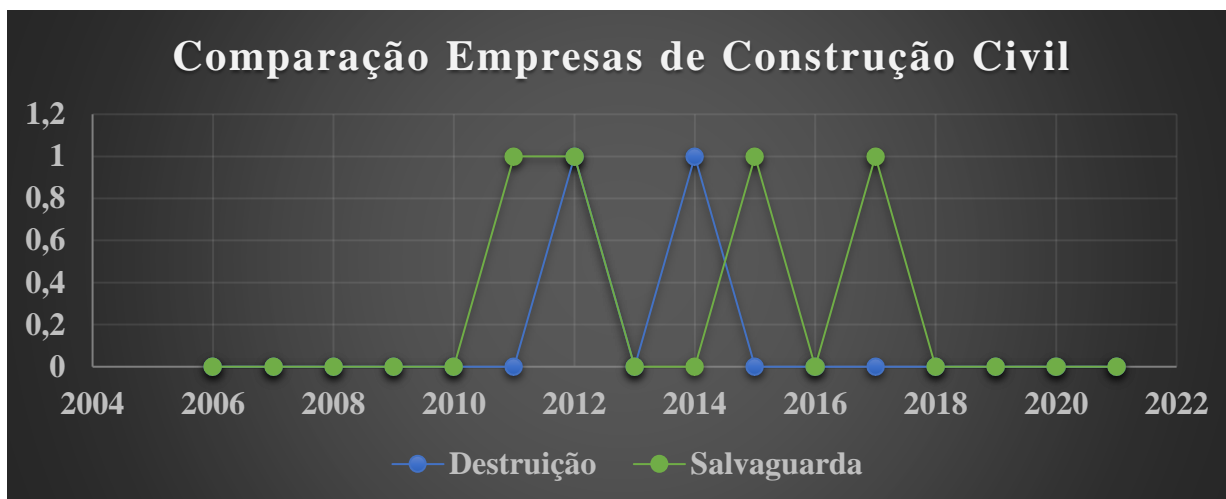


**Gráfico 32 – Comparação entre alerta para casos de destruição e de salvaguarda preconizados pelas Associações/Movimentos Cívicos**

Em relação às Empresas de Construção Civil, são intervenientes constantes entre 2011 e 2017, e participam em casos de salvaguarda patrimonial o dobro das vezes (4) quando comparado com os casos de destruição (2). Isto pode sugerir que estas podem ser um parceiro ativo na salvaguarda do património azulejar.

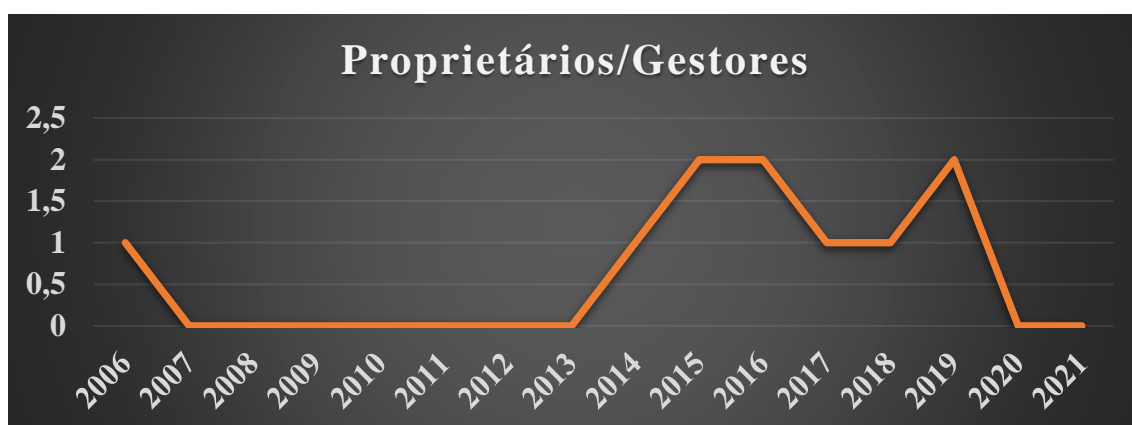


**Gráfico 33 – Menções a Empresas de Construção Civil na totalidade de casos referidos no Público**

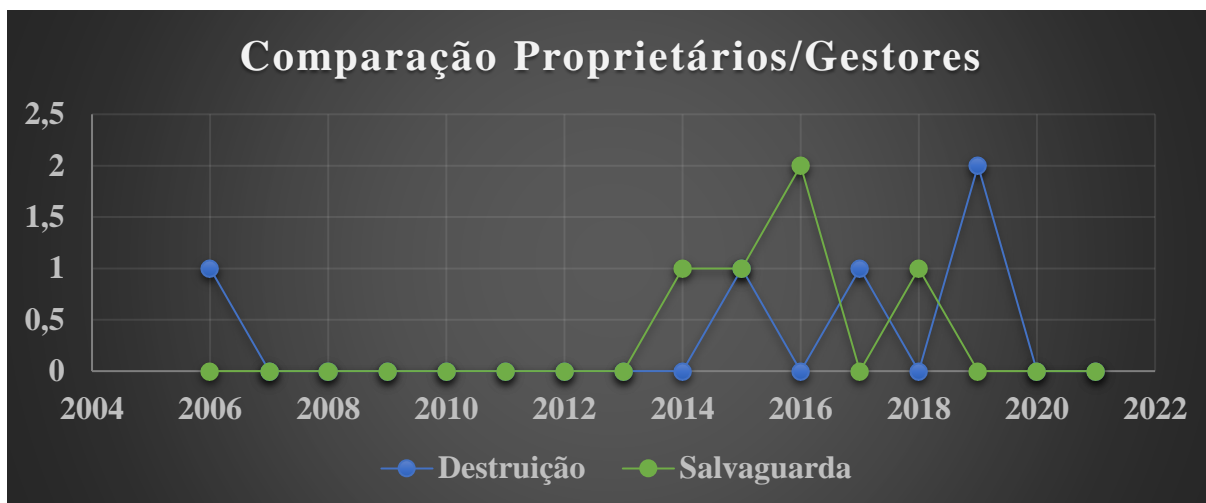


**Gráfico 34 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda que mencionam Empresas de Construção Civil**

Os Proprietários/Gestores são um interveniente constante entre 2014 e 2019, e participam em igual número de casos de destruição e salvaguarda do património azulejar (5), podendo-se aferir que, enquanto proprietários e gestores deste tipo de património, possuem o potencial para serem tanto agentes de salvaguarda como de destruição, conforme o tipo de conhecimento e atuação patrimonial que desejam e querem assumir.

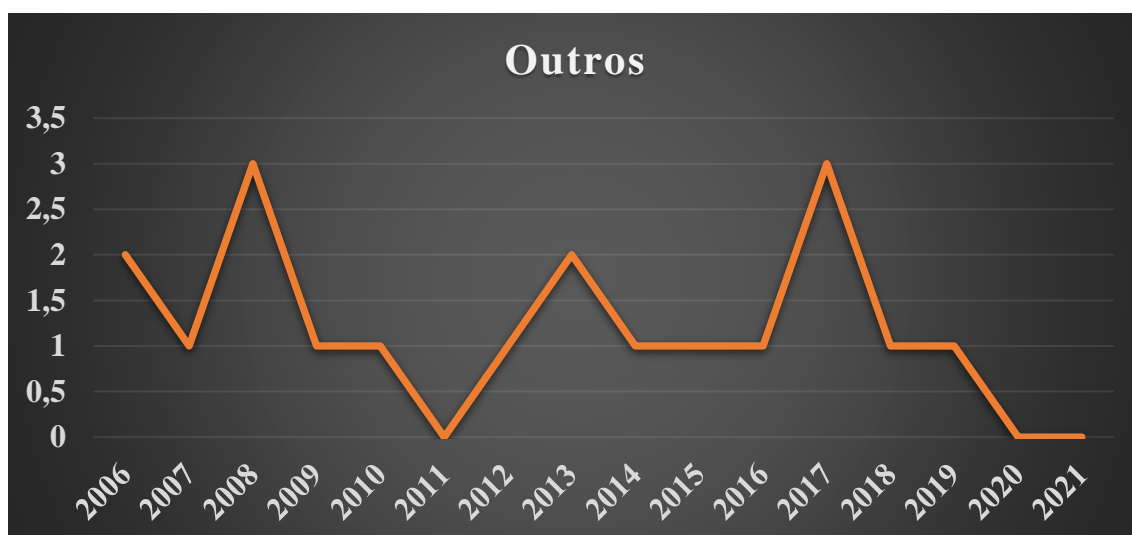


**Gráfico 35 – Menção a Proprietários/Gestores na totalidade de casos noticiados no Público**

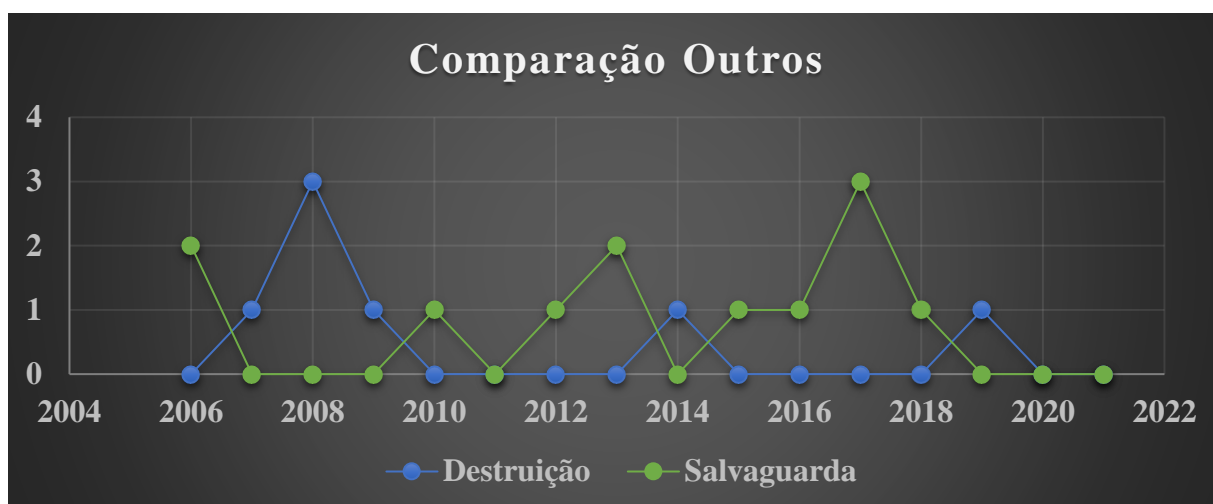


**Gráfico 36 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda que mencionam Proprietários/Gestores**

Por fim, o último dos intervenientes, Outros, é uma presença constante desde 2006, não intervindo nos dados apenas em 2011, uma vez que neste parâmetro estão reunidas dezenas de entidades que surgiram apenas uma vez no levantamento do total das notícias. Por essa razão, o parâmetro de análise Outros surge mais vezes em situações de salvaguarda patrimonial (12) do que em casos de destruição azulejar (7).

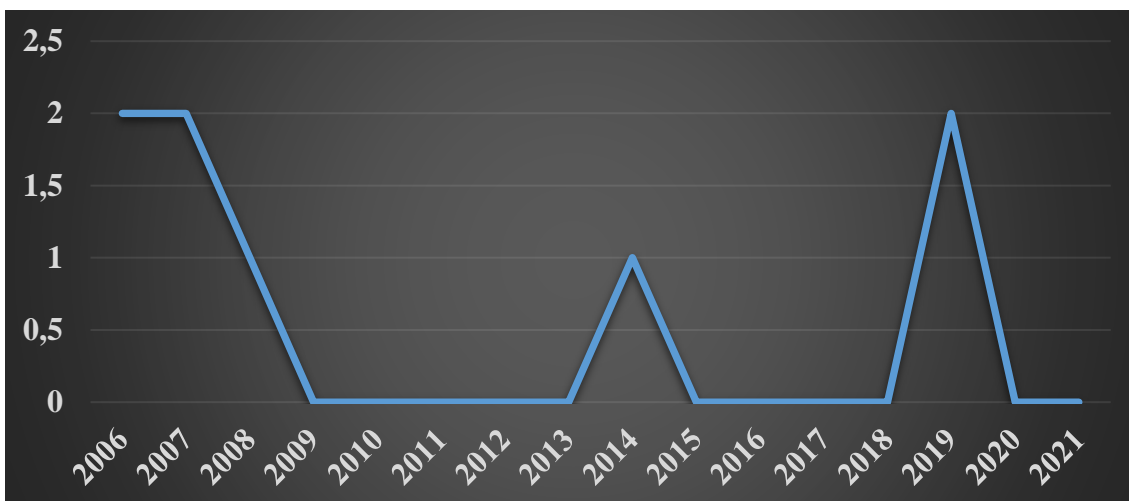


**Gráfico 37 – Outros na totalidade de casos mencionados no Público**



**Gráfico 38 – Comparação entre casos de destruição e de salvaguarda envolvendo o parâmetro Outros**

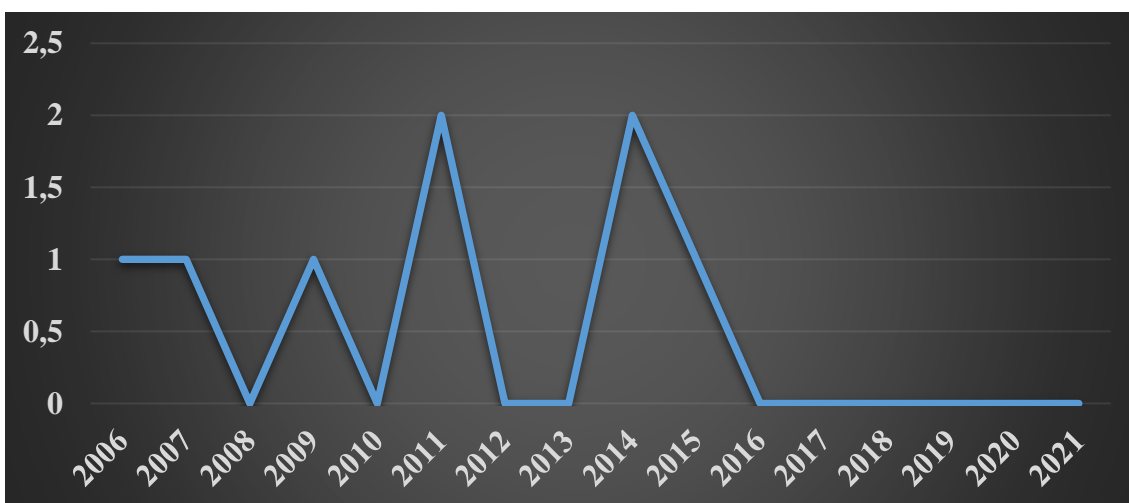
Por fim, em relação aos agentes de alerta de situações de destruição de património azulejar mais comum, ou seja, as Câmaras Municipais da AML, surgiam recorrentemente nos primeiros anos analisados, mas a partir de 2008 quase que deixam de o fazer, o que está em linha com a diminuição de notícias de destruição de azulejos no jornal Público ao longo dos 15 anos analisados. Ora, existindo menos notícias sobre este assunto, consequentemente existe um menor reporte (real ou não) de intervenções por parte das câmaras municipais no alerta para a destruição de património azulejar. O que não obsta, portanto, a que tendo sido dos agentes mais frequentemente intervenientes nos quadros atrás mostrados não mantenham o interesse e ação na salvaguarda do azulejo dos seus concelhos.



**Gráfico 39 – Alertas das Câmaras Municipais da AM sobre casos de destruição de património azulejar**

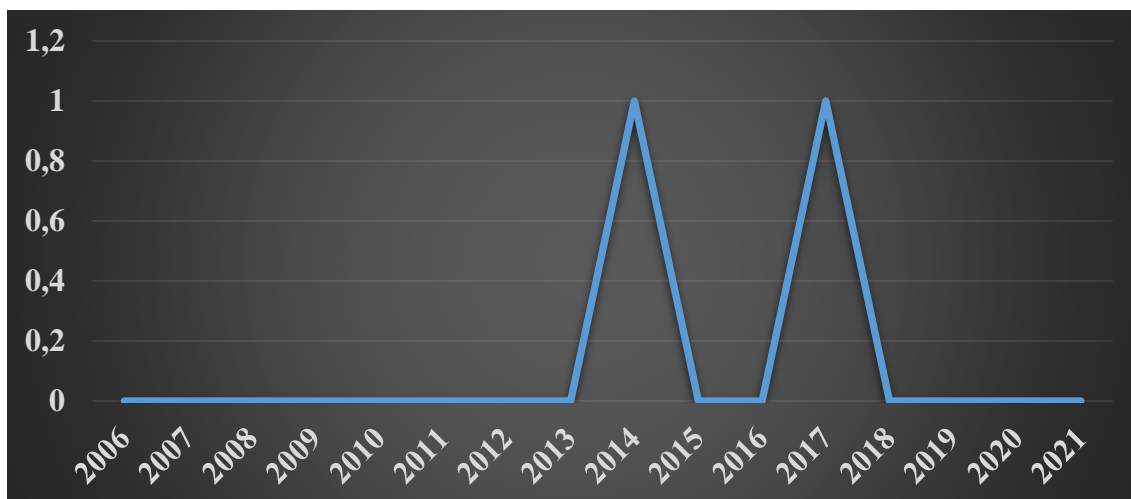
O outro interveniente mais frequente são os Cidadãos, fazendo este apelo de forma recorrente até 2016, altura em surgem pela última vez, apesar que tal pode ser explicado pelo reduzido número de notícias (ou mesmo inexistente) nos últimos anos de artigos analisados que relatam a destruição de património azulejar.

A frequência do alerta realizado por Cidadãos pode indicar um interesse no património azulejar e na sua proteção, pois através da denúncia, e como já foi referido em relação ao interveniente Associações/Movimentos Cívicos, pode-se dissuadir futuros criminosos de praticarem crimes que levem à destruição de azulejos.



**Gráfico 40 – Alertas de Cidadãos em casos de destruição do património azulejar**

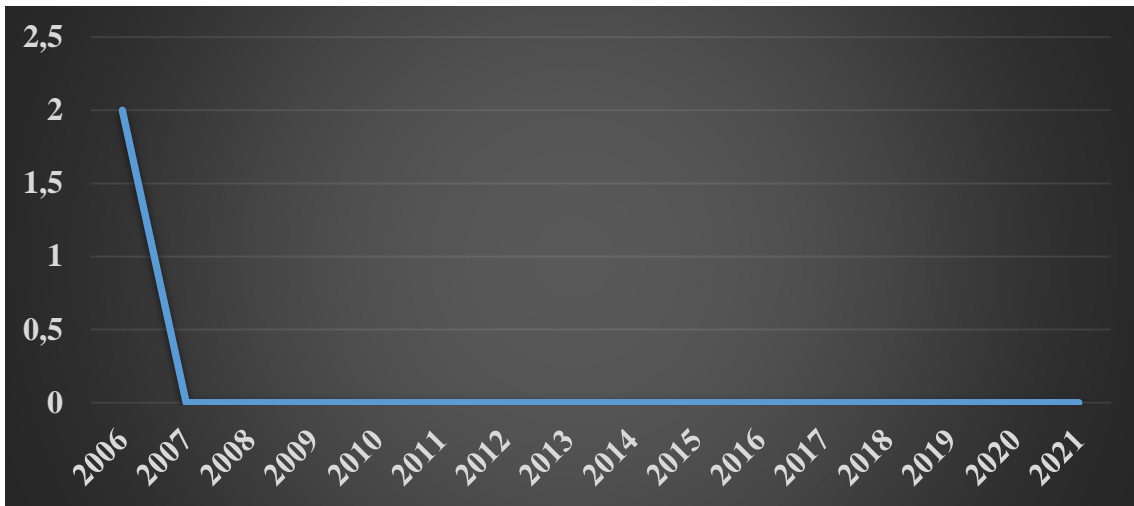
Em relação a Autor dos Azulejos, este surge apenas duas vezes, em 2014 e 2017, enquanto interveniente no alerta para situações de destruição de azulejos, também como testemunho do ato de criação e de proteção do seu trabalho, já património ou potencialmente patrimonializável.



**Gráfico 41 – Alertas de Autor de Azulejos em casos de destruição do património azulejar**

Por fim, os Proprietários dos Azulejos, surgem apenas duas vezes (ambas antes da criação do projeto SOS Azulejo) enquanto intervenientes no alerta de situações de destruição.

Apesar de ser difícil tirar ilações, os dois alertas podem sugerir um interesse na proteção dos azulejos em sua posse, e sua respetiva valorização, sendo possível que a diminuição de casos de destruição de património azulejar ao longo dos 15 anos seguintes se explique pela atuação e existência de diferentes parceiros intervenientes no Projeto SOS Azulejo aos quais os Proprietários recorrem, assim, com mais organização e eficácia.



**Gráfico 42 – Alertas de Proprietários dos Azulejos em casos de destruição do património azulejar**

### 3.2. – Análise dos resultados

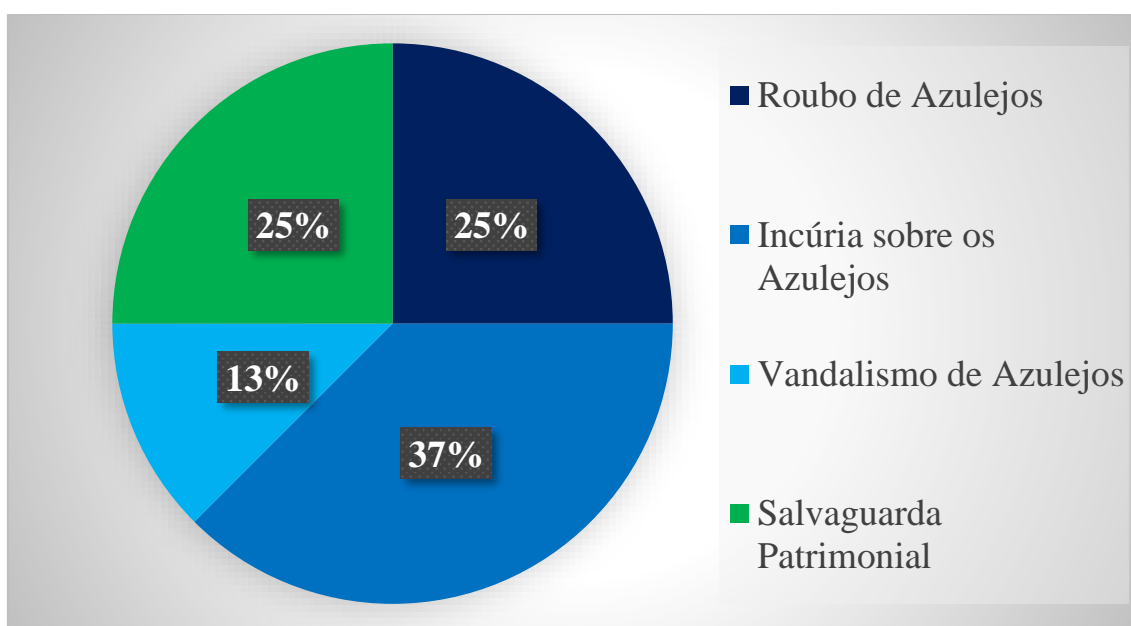
#### 3.2.1. – Um ano antes do projeto SOS azulejo (2006)

Conforme se pode verificar na Tabela 4 e Gráfico 43, durante o ano de 2006 (com início a 28 de fevereiro) foram tidas em conta um total de 8 notícias, sendo que a maioria destas são de situações de destruição de património azulejar, e apenas duas de casos de salvaguarda patrimonial.

As categorias mais frequentes são a incúria sobre os azulejos (com 3 notícias que equivalem a 37 %), o roubo de azulejos e a salvaguarda patrimonial, ambas com 2 notícias, correspondendo a 25% do total das mesmas.

2006	Quantidade
Roubo de Azulejos	2
Incúria sobre os Azulejos	3
Vandalismo de Azulejos	1
Salvaguarda Patrimonial	2
<b>Total</b>	<b>8</b>

**Tabela 4 – Categorias em 2006**

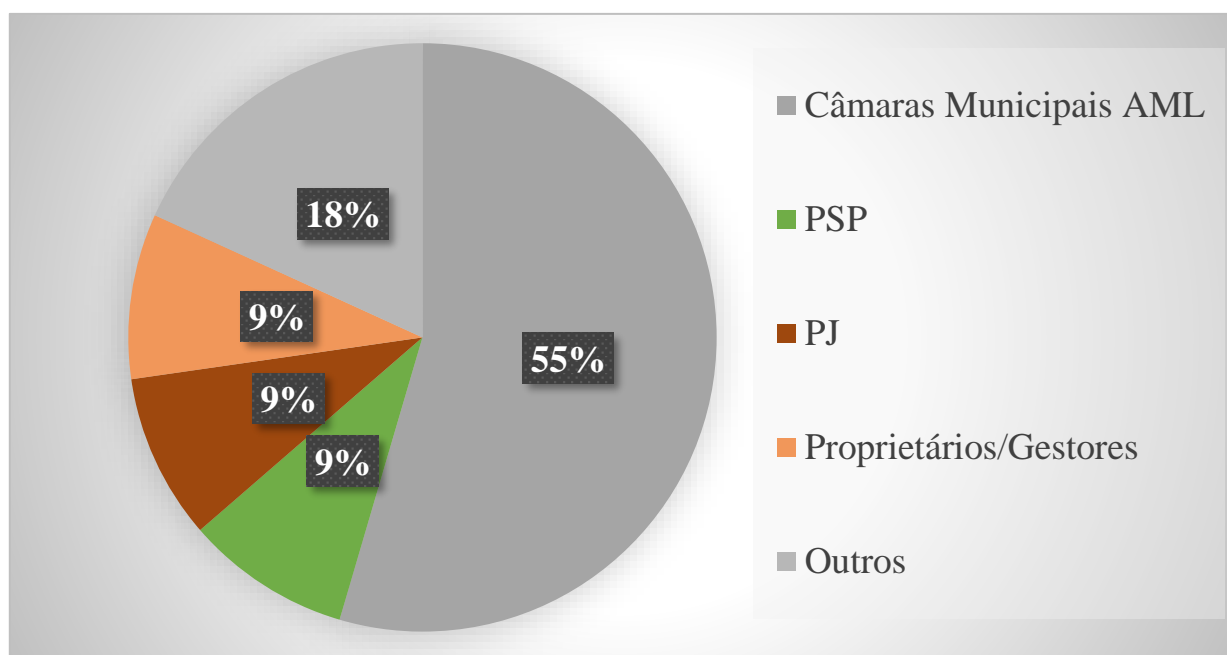


**Gráfico 43 – Percentagens de categorias em 2006**

Nas oito notícias reportadas pelo jornal Público em 2006 foram identificados cinco intervenientes de salvaguarda e destruição, em onze ocorrências, sendo as Câmaras Municipais da AML a entidade mais vezes mencionada, com seis intervenções que correspondem a 55% do total reportado nesse ano (ver Tabela 5 e Gráfico 44).

2006	Quantidade
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	6
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	2
<b>Total</b>	<b>11</b>

**Tabela 5 – Totalidade de intervenções em 2006**



**Gráfico 44 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2006**

Conforme se pode verificar na tabela em baixo (Tabela 6), nos dois casos de salvaguarda os únicos intervenientes mencionados foram as Câmaras Municipais da AML e Outros, com duas intervenções cada um. Por outro lado, nos casos de destruição de património azulejar (Tabela 7) as Câmaras Municipais da AML são a entidade que mais intervém, com mais de metade das participações, registando-se ainda a presença da PSP, da PJ e dos Proprietários/Gestores.

Nestes dois casos, e como os resultados eram pouco expressivos, optou-se por não construir um gráfico para os dados da Tabela 6 e por não colocar o gráfico em texto dos dados da Tabela 7 (consultar Anexo 1, Gráficos 1).

<b>2006</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	2
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela 6 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2006**

<b>2006</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	0
<b>Total</b>	<b>7</b>

**Tabela 7 – Intervenções em casos de destruição no ano 2006**

Dos seis casos de destruição verificados neste ano, cinco deles conheceram-se através de alerta dos Proprietários dos Azulejos, Câmaras Municipais da AML, ambos com dois alertas, e Cidadãos, com uma, conforme se pode verificar na Tabela 8.

Devido à pouca expressividade dos resultados, optou-se por também não colocar o gráfico dos dados da Tabela 8 em texto (consultar Anexo 1, Gráfico 2).

<b>2006</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	2
Câmaras Municipais AML	2
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 8 – Alertas em 2006**

Pode-se então caracterizar o ano de 2006, segundo o levantamento realizado no jornal Público, como um ano marcado por notícias de destruição de património azulejar, especialmente através do roubo e da incúria, que foram na sua maioria alvo de alerta, geralmente pelos Proprietários dos Azulejos e pelas Câmaras Municipais da AML.

Das 11 intervenções na totalidade de casos desse ano, são as Câmaras Municipais da AML quem mais intervém, sendo igualmente o mais frequente participante em situações de destruição de azulejos, seguida pelas autoridades policiais, a PSP e a PJ.

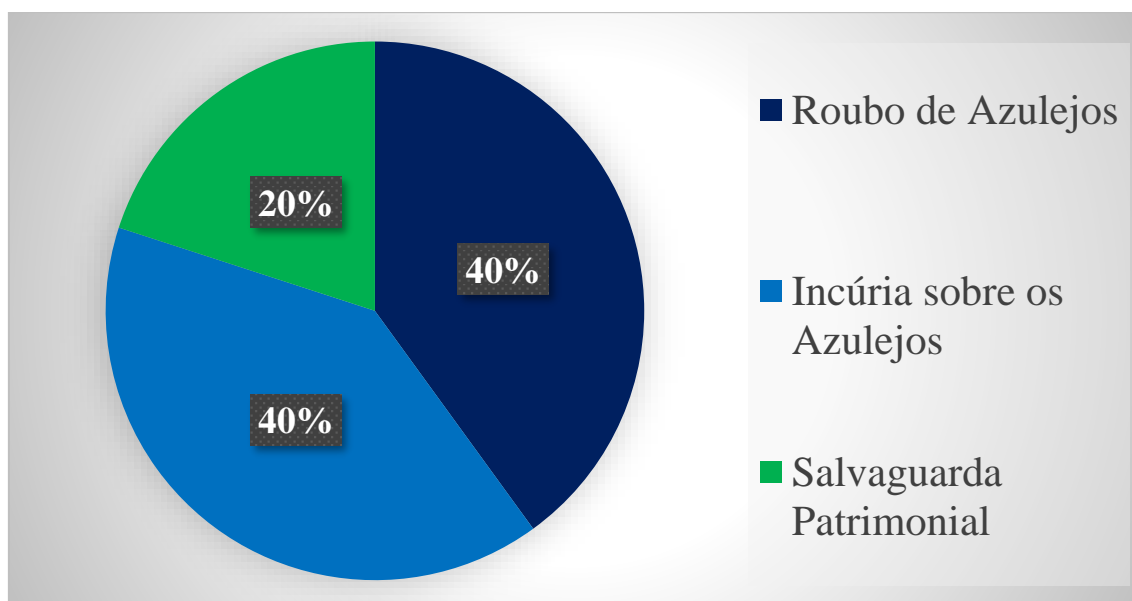
Conclui-se ainda que os cidadãos (na forma do interveniente Associações/Movimentos Cívicos) são pouco interventivos, seja em casos de alerta para a salvaguarda ou destruição do património azulejar.

### 3.2.2. – 14 anos do projeto SOS Azulejo (2007-2021)

Durante o ano de 2007 a maioria das notícias continuou a reportar sobretudo situações de destruição de património azulejar, com quatro das cinco notícias a mencionarem roubo e incúria a azulejos (ou seja, 80% do total das notícias), e uma de salvaguarda destes (ver Tabela 9 e Gráfico 45).

2007	Quantidade
Roubo de Azulejos	2
Incúria sobre os Azulejos	2
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 9 – Categorias em 2007**

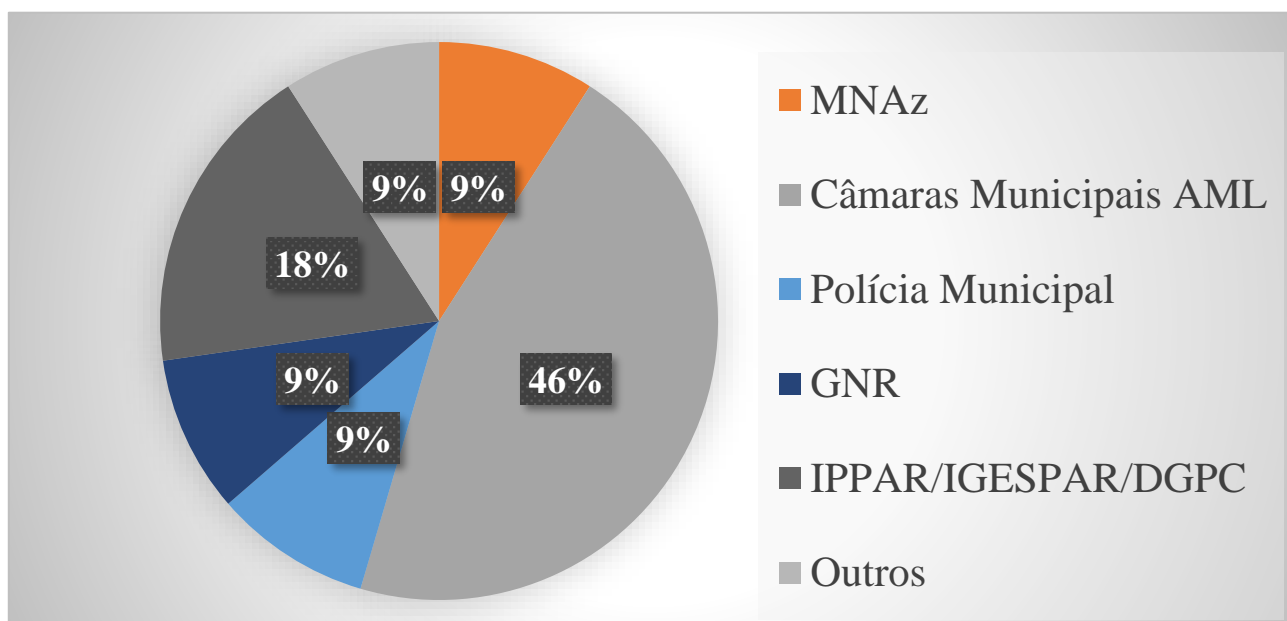


**Gráfico 45 – Percentagens de categorias em 2007**

Conforme se pode ver na Tabela 10 e Gráfico 46, nesse ano existiram igualmente 11 intervenções na totalidade de casos (por parte do MNAz, das Câmaras Municipais da AML, da Polícia Municipal, da GNR, do IPPAR/IGESPAR/DGPC e de Outros), sendo novamente as Câmaras Municipais da AML as entidades que mais intervieram, com 46%, seguidas do IPPAR/IGESPAR/DGPC, com 18%, e das forças policiais (neste caso, a Polícia Municipal e a GNR, ambas com 9%).

2007	Quantidade
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	5
PISAL	0
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	1
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	2
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

**Tabela 10 – Totalidade de intervenções em 2007**



**Gráfico 46 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2007**

No caso de salvaguarda patrimonial em 2007, intervieram as Câmaras Municipais da AML e o IPPAR/IGESPAR/DGPC (ver Tabela 11). Por outro lado, nas situações de registo de alertas para a destruição, surgem as Câmaras Municipais da AML, o MNAz, a Polícia Municipal, a GNR, o IPPAR/IGESPAR/DGPC e os Outros; sendo as Câmaras Municipais da AML e as forças policiais (Polícia Municipal e GNR) os organismos mais interventivos neste tipo de situações (ver Tabela 12).

Optou-se devida à pouca expressividade de resultados, por não construir um gráfico com os dados da Tabela 11, e por não colocar em texto o gráfico referente aos dados da Tabela 12 (ver Anexo 1, Gráfico 3).

<b>2007</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>2</b>

**Tabela 11 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2007**

<b>2007</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	0
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	1
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>9</b>

**Tabela 12 – Intervenções em casos de destruição no ano 2007**

Das quatro notícias que reportam destruição de património azulejar, três delas foram alvo de alerta, através das Câmaras Municipais da AML e dos Cidadãos, conforme se pode verificar na Tabela 13.

Optou-se ainda por não colocar o gráfico referente aos dados da Tabela 13 em texto devido à sua pouca expressividade (ver Anexo 1, Gráfico 4).

<b>2007</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	2
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 13 – Alertas em 2007**

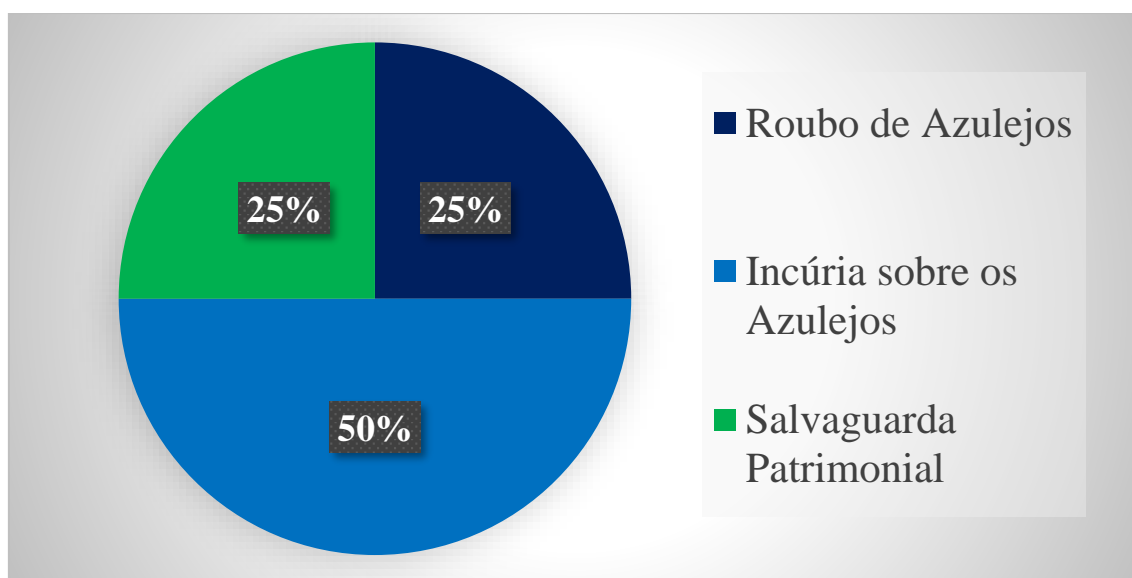
O ano de 2007 pode então ser caracterizado como um ano marcado por notícias de destruição de património azulejar, à semelhança do que ocorreu em 2006, nomeadamente de situações de roubo e da incúria sobre os azulejos, situações essas que foram quase todas reportadas pelas Câmaras Municipais da AML e Cidadãos.

Das 9 intervenções identificadas neste ano, foram as Câmaras Municipais da AML e as forças policiais em conjunto (Polícia Municipal e GNR) os organismos mais interventivos, para além do IPPAR/IGESPAR/DGPC e do MNAz, com uma intervenção noticiada cada. Os dados apresentados pela tabela 12 permitem também concluir que os Cidadãos continuam pouco interventivos e que, apesar de o projeto SOS Azulejo ter sido criado nesse ano, não existem menções diretas ao nas notícias do Público.

Conforme se pode verificar na Tabela 14 e no Gráfico 47, durante o ano 2008 verifica-se uma constância de maioria das notícias a mencionar a destruição de património azulejar, sendo que a incúria (2 notícias) atinge 50% dos casos relatados pelo “Local” na edição lisboeta do Público, e 1 para o roubo. Igualmente, surge apenas 1 notícia de registo de atuação de salvaguarda azulejar.

2008	Quantidade
Roubo de Azulejos	1
Incúria sobre os Azulejos	2
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	1
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela 14 – Categorias em 2008**

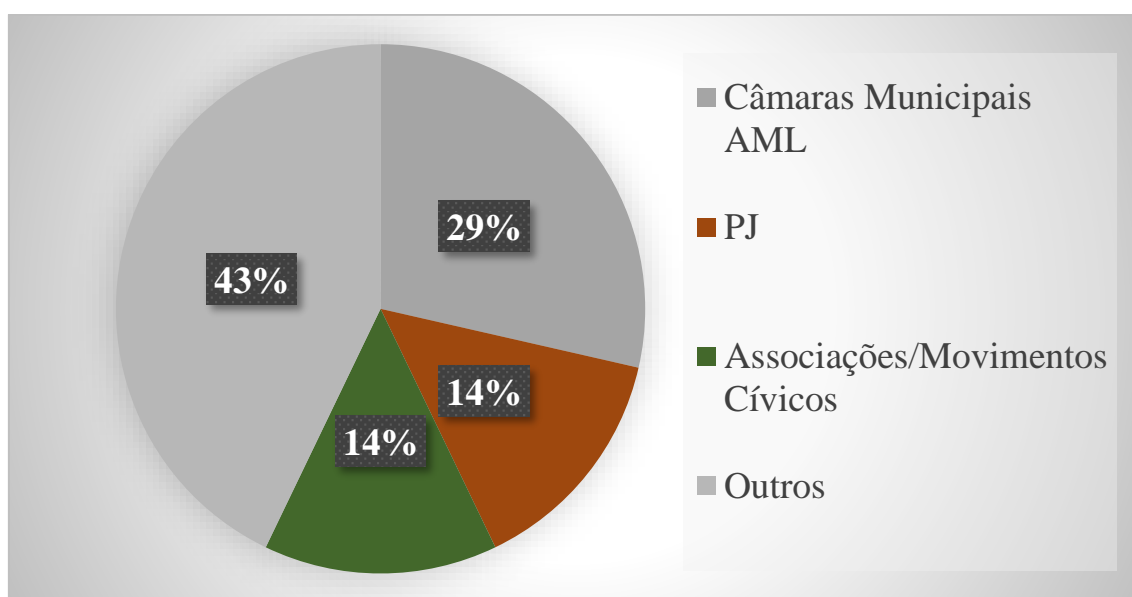


**Gráfico 47 – Percentagens de categorias em 2008**

Nesse ano de 2008 surgem como intervenientes na totalidade de casos, apenas 2, as Câmaras Municipais da AML; a PJ, com 1 caso; as Associações/Movimentos Cívicos e os Outros, também com 1 cada, somando-se 4 menções. Ao contrário do que aconteceu nos outros dois anos analisados, foi o parâmetro Outros que verificou um número mais expressivo de intervenções (3) representando 43% dos valores totais (ver Tabela 15 e Gráfico 48).

2008	Quantidade
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	3
<b>Total</b>	<b>7</b>

**Tabela 15 – Totalidade de intervenções em 2008**



**Gráfico 48 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2008**

No caso de salvaguarda de património azulejar, a PJ foi a única entidade interveniente no ano de 2008 (ver Tabela 16), enquanto nos casos de notícias sobre a destruição azulejar é o parâmetro Outros que tem mais menções (3), seguido das Câmaras Municipais da AML (2) (ver Tabela 17).

No caso dos dados da Tabela 16, optou-se por não construir um gráfico com estes, uma vez que teria pouca expressividade, e pelo mesmo motivo escolheu-se não incluir no texto o Gráfico referente aos dados da Tabela 17 (ver Anexo 1, Gráfico 5).

<b>2008</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	0
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 16 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2008**

<b>2008</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	3
<b>Total</b>	<b>6</b>

**Tabela 17 – Intervenções em casos de destruição no ano 2008**

Conforme se pode verificar na Tabela 18, das três notícias de destruição levantadas nesse ano, apenas uma foi alvo de alerta, tendo este sido realizado pelas Câmaras Municipais da AML.

Devido à pouca expressividade dos dados da Tabela 18, optou-se por não construir um gráfico.

<b>2008</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	1
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 18 – Alertas em 2008**

Assim, o ano de 2008 pode-se caracterizar por ser marcado por notícias de destruição de património azulejar, à semelhança do que ocorreu nos dois anos analisados anteriormente, nomeadamente, devido a roubo e a incúria sobre os azulejos. No entanto, apenas uma destas situações de destruição foi alvo de alerta, verificando-se, portanto, um decréscimo face a 2006 e 2007.

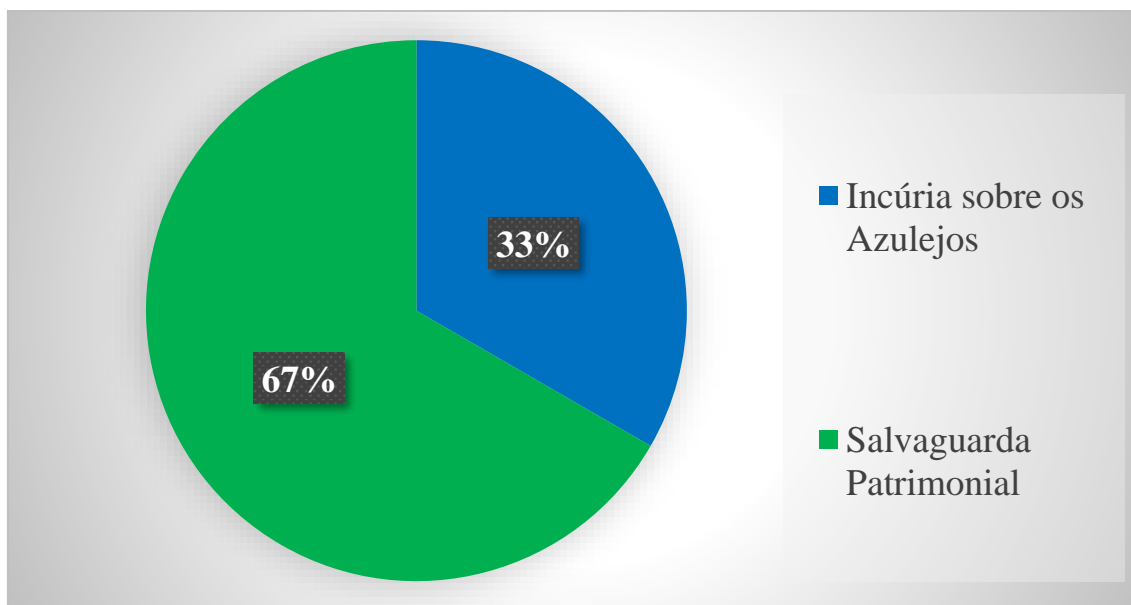
Do total de intervenções desse ano é o parâmetro Outros, com 43%, e as Câmaras Municipais da AML, com 29 %, as entidades que mais surgem nas notícias. Igualmente, são estes os intervenientes mais registados em casos de destruição em 2008.

Conclui-se também que os Cidadãos continuam genericamente pouco interventivos, mas surge pela primeira vez o parâmetro Associações/Movimentos Cívicos no registo das notícias correspondentes a esse ano.

No ano 2009, maioria das notícias foram pela primeira vez referentes a salvaguarda de património azulejar, duas, num total das três existentes. Assim, nesse ano houve apenas uma notícia de destruição de azulejos, concretamente, de incúria, conforme se pode verificar na Tabela 19 e Gráfico 49).

2009	Quantidade
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	2
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 19 – Categorias em 2009**

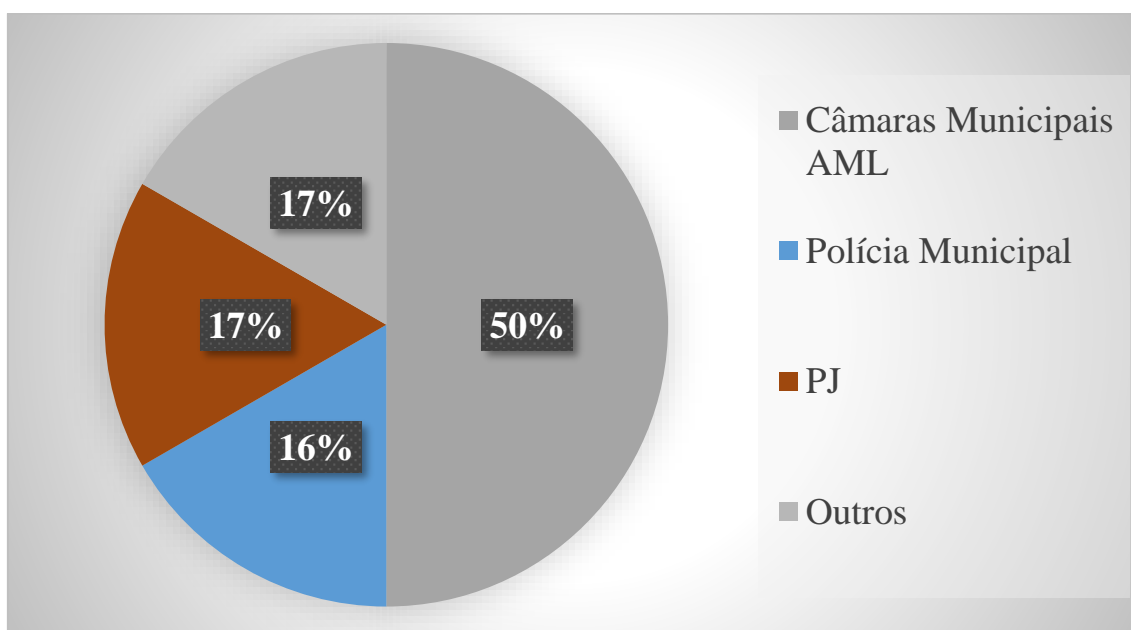


**Gráfico 49 – Percentagens de Categorias em 2009**

Nesse ano surgem quatro intervenientes na totalidade de situações reportadas: as Câmaras Municipais da AML, a Polícia Municipal, a PJ e Outros. À semelhança do que tinha acontecido em anos anteriores, são as Câmaras Municipais da AML que mais participa, com 50%, seguida de forças policiais (neste ano a Polícia Municipal e a PJ) (ver Tabela 20 e Gráfico 50).

<b>2009</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	3
PISAL	0
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

**Tabela 20 – Totalidade de intervenções em 2009**



**Gráfico 50 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2009**

Nos casos de salvaguarda de património azulejar são as Câmaras Municipais da AML que mais intervêm (ver Tabela 21). Já quanto à destruição noticiada esse ano, os três intervenientes identificados (Câmaras Municipais da AML, Polícia Municipal e Outros) surgem como o mesmo número (1) de menções (ver Tabela 22).

Optou-se por não construir gráficos para os dados referentes às Tabelas 21 e 22, devido à sua pouca expressividade.

<b>2009</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 21 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2009**

<b>2009</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 22 – Intervenções em casos de destruição no ano 2009**

A única notícia de foi alvo de alerta de 2009 foi reportada pelos Cidadãos (ver Tabela 23), e uma vez que, um gráfico com estes dados não teria grande expressividade, optou-se por não construir um gráfico com os dados da Tabela 23.

<b>2009</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	0
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 23 – Alertas em 2009**

O ano de 2009 pode assim ser caracterizado como um ano marcado por notícias de salvaguarda de património azulejar, com apenas uma notícia de destruição de património (que foi alvo de alerta), sendo o primeiro ano que não é caracterizado por notícias de destruição de azulejos. Precisamente pela continuada diminuição do reporte de situações deste tipo, pode-se concluir que o trabalho de valorização, prevenção de dano e roubo e sensibilização desenvolvido pelo Projeto SOS Azulejo criado em 2007 está a ter impacto positivo no consolidar do património azulejar nacional.

As Câmaras Municipais da AML são novamente o interveniente mais identificado, seja na totalidade de casos seja especificamente nos casos de salvaguarda.

Os Cidadãos continuam a ter uma atuação muito baixo, mas regista-se que a única situação de destruição identificada foi reportada por estes, o que pode sugerir uma atenção redobrada a estas situações.

No ano de 2010 surge apenas uma notícia de salvaguarda de património azulejar, com dois intervenientes envolvidos, o MNAz e Outros (ver Tabela 24 e 25).

Devido à pouca expressividade dos dados das Tabelas 24 e 25, escolheu-se não construir gráficos com esses dados.

<b>2010</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	0
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 24 – Categorias em 2010**

<b>2010</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	0
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>2</b>

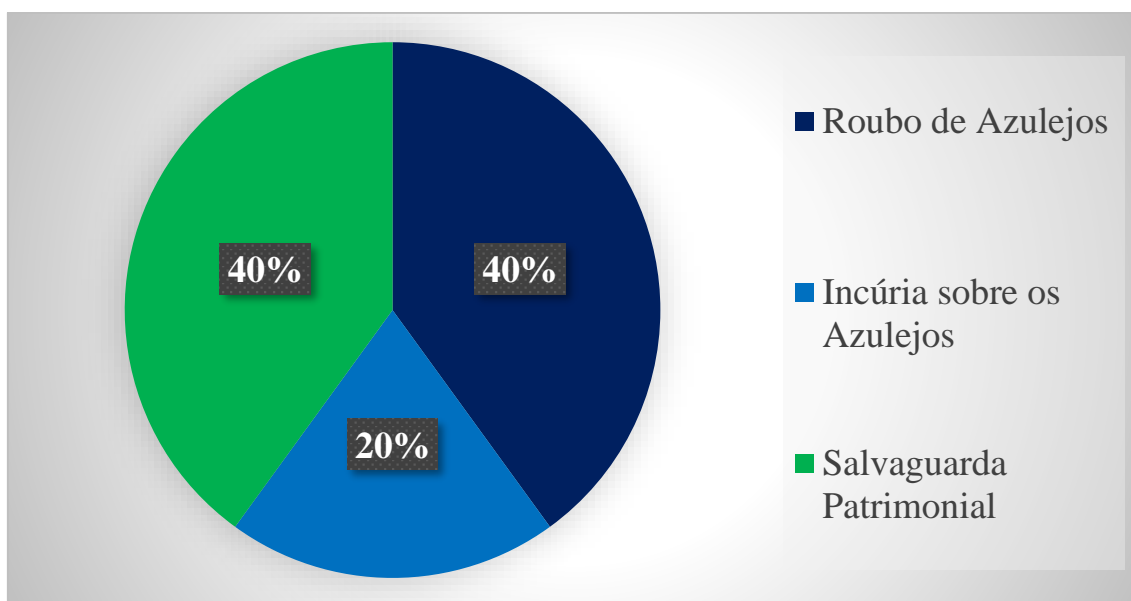
**Tabela 25 – Totalidade de intervenções em 2010**

Ainda que neste ano exista apenas uma notícia identificada, está é de salvaguarda, atestando a continuação de uma tendência para a notícia de um maior número deste tipo de situações.

Conforme se pode verificar na Tabela 26 e Gráfico 51, durante o ano 2011 as notícias de destruição de património azulejar foram em maior número: 2 de roubo de azulejos e 1 de incúria sobre azulejos. Foram levantadas ainda duas notícias de salvaguarda patrimonial.

2011	Quantidade
Roubo de Azulejos	2
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	2
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Gráfico 26 – Categorias em 2011**

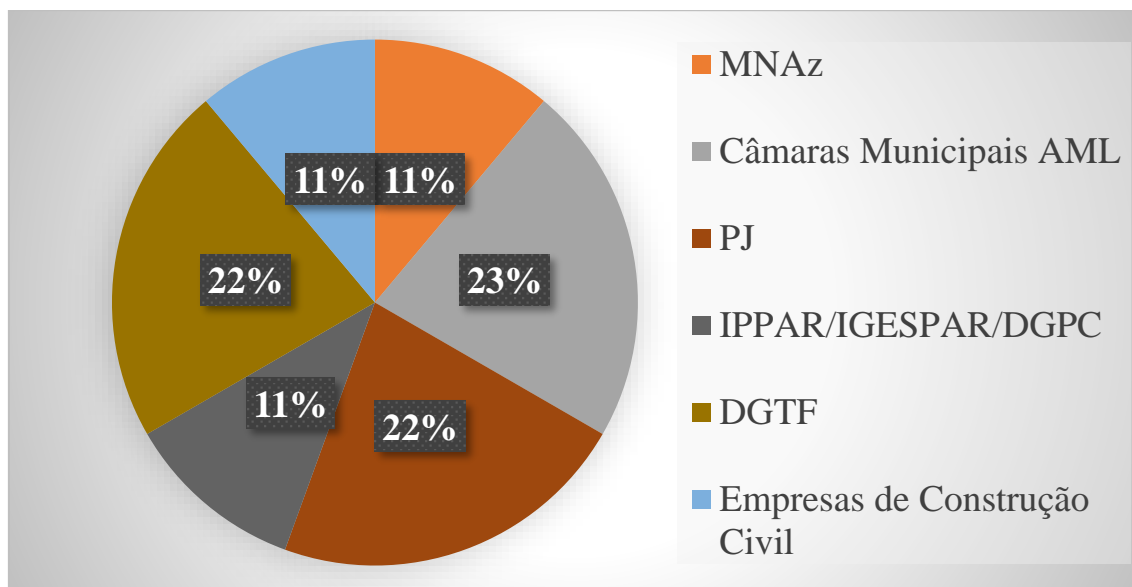


**Gráfico 51 – Percentagens de Categorias em 2011**

Nesse ano surgem como intervenientes no total de situações (9), o MNAz, as Câmaras Municipais da AML (2 menções), a PJ (2), o IPPAR/IGESPAR/DGPC, a DGTF (2) e as Empresas de Construção Civil (ver Tabela 27 e Gráfico 52).

2011	Quantidade
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	2
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	2
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>9</b>

**Tabela 27 – Totalidade de intervenções em 2011**



**Gráfico 52 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2011**

Nos casos de salvaguarda de património azulejar intervêm igualmente o MNAz, o IPPAR/IGESPAR/DGPC e as Empresas de Construção Civil (ver Tabela 28). Por outro lado, nos casos de destruição intervêm, 2 vezes cada, as Câmaras Municipais da AML, a PJ e a DGTF (ver Tabela 29).

Optou-se por não construir gráficos com os dados das Tabela 28 e 29 devido à sua fraca expressividade.

<b>2011</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	0
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 28 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2011**

<b>2011</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	2
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	2
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>6</b>

**Tabela 29 – Intervenções em casos de destruição no ano 2011**

Das três notícias de destruição identificadas em 2011, duas delas foram alvo de alerta, e em ambos os casos foi feita por Cidadãos (ver Tabela 30).

Optou-se por não construir um gráfico com estes dados, uma vez que este teria pouca expressividade.

<b>2011</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	0
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	2
<b>Total</b>	<b>2</b>

**Tabela 30 – Alertas em 2011**

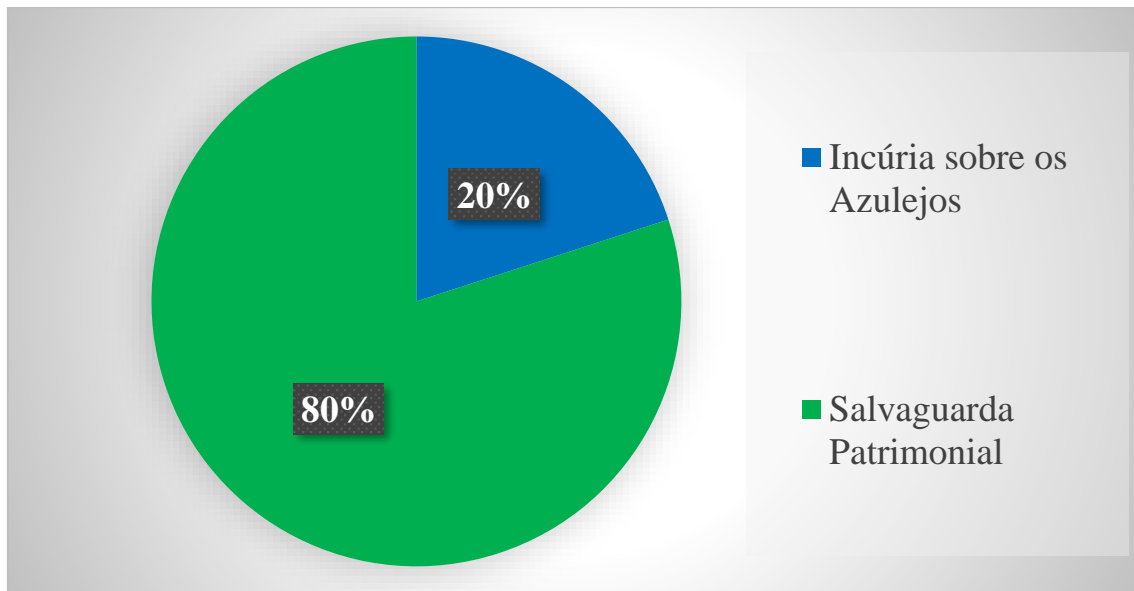
O ano de 2011 pode então ser caracterizado como um ano marcado por notícias de destruição de património azulejar, sobretudo casos de roubo, que foram na sua maioria denunciadas, contrariando uma aparente tendência para uma maioria de situações de salvaguarda, apesar de as situações deste tipo neste ano quase igualarem as de destruição. As Câmaras Municipais da AML são novamente o interveniente privilegiado, juntamente com a PJ e a DGTF.

Conclui-se ainda que os Cidadãos continuam a intervir pouco. No entanto, são eles que dão o alerta em duas das três notícias de destruição de azulejos, o que fortalece a ideia que estão atentos para este tipo de situações e a beneficiar do trabalho de proteção e salvaguarda azulejar encabeçado pelo SOS Azulejo.

Durante o ano 2012 volta-se a verificar a notícia de uma maioria de casos noticiados sobre salvaguarda de azulejos, com quatro das cinco notícias registadas, e existindo apenas uma de destruição (neste ano, de incúria), conforme se pode verificar na Tabela 31 e Gráfico 53.

2012	Quantidade
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguada Patrimonial	4
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 31 – Categorias em 2012**

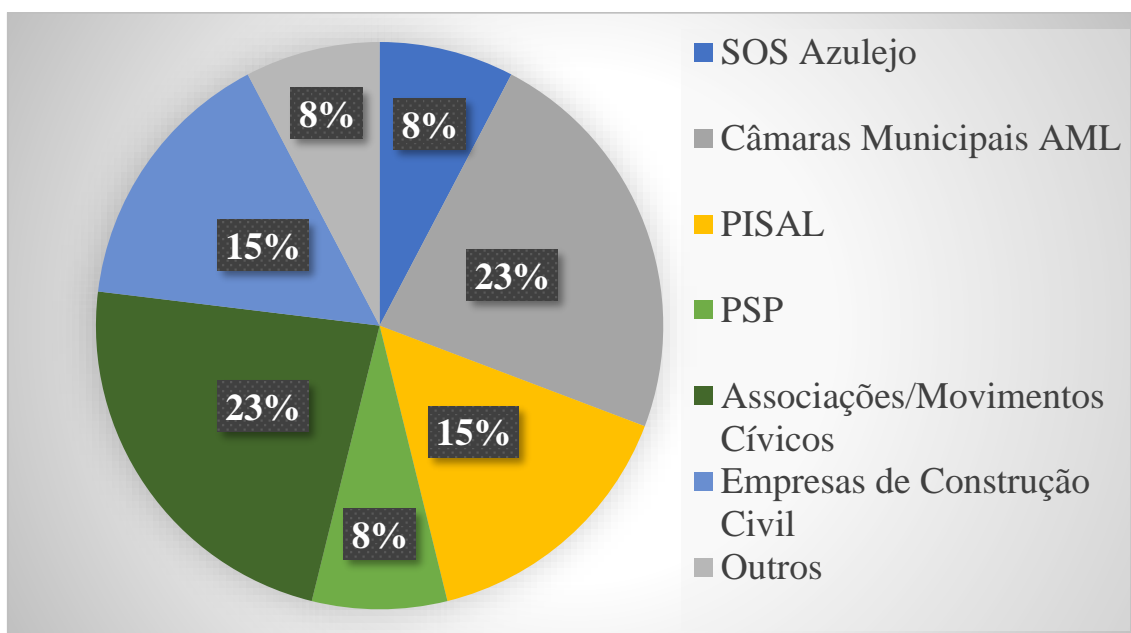


**Gráfico 53 – Percentagens de categorias em 2012**

Nesse ano surgem enquanto intervenientes o SOS Azulejo, as Câmaras Municipais da AML, o PISAL, a PSP, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil e os Outros. Quem regista mais número de menções são as Câmaras Municipais da AML e as Associações/Movimentos Cívicos, com 23% cada, seguidas pelo PISAL e as Empresas de Construção Civil, as duas com 15%, do total dos dados recolhidos e analisados (ver Tabela 32 e Gráfico 54).

2012	Quantidade
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	3
PISAL	2
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	3
Empresas de Construção Civil	2
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

**Tabela 32 – Totalidade de intervenções em 2012**



**Gráfico 54 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2012**

Nos casos de salvaguarda de património azulejar os agentes mais referidos são as Câmaras Municipais da AML, o PISAL e as Associações/Movimentos Cívicos (ver Tabela 33). No único caso de menção a destruição de azulejos intervêm as Câmaras Municipais da AML, a PSP, as Associações/Movimentos Cívicos e as Empresas de Construção Civil (ver Tabela 34).

Devido à pouca expressividade dos dados, optou-se por não colocar em texto o gráfico referente aos dados da Tabela 33 (ver Anexo 1, Gráfico 6), e por construir um gráfico com os dados da Tabela 34.

<b>2012</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	2
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	2
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>9</b>

**Tabela 33 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2012**

<b>2012</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela 34 – Intervenções em casos de destruição no ano 2012**

A única notícia de destruição de património azulejar identificada neste ano não foi alvo de alerta. Esta tabela regista igualmente a primeira menção ao PISAL, criado apenas no final do ano anterior.

O ano de 2012 pode então ser caracterizado como um ano marcado por notícias de salvaguarda de património azulejar, continuando a sugerir uma tendência para o crescimento da atenção dada a este tipo de situação por parte da redação do jornal Público, preterindo assim as situações de destruição. Esta circunstância será também justificada pela ação do Projeto SOS Azulejo, cinco anos corridos após a sua criação.

As Câmaras Municipais da AML mantêm-se como os intervenientes mais constantes na totalidade dos casos, acompanhada pelas Associações/Movimentos Cívicos. Conclui-se também que apesar dos cidadãos continuarem a ser pouco interventivos surgem, pela primeira vez, como dos mais expressivos nas ações de salvaguarda e comunicação de destruição de património azulejar neste ano.

Conforme se pode verificar na Tabela 35, o ano 2013 é também ele marcado por notícias de salvaguarda, com a totalidade das notícias identificadas nesse ano (4) a relatarem essa situação.

Devido à pouca expressividade dos dados da Tabela 35, escolheu-se não construir um gráfico com estes.

<b>2013</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	0
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	4
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela 35 – Categorias em 2013**

Nesse ano surgem três intervenientes na totalidade de situações, que, neste caso, são também os intervenientes em situações de salvaguarda, uma vez que não foram identificados casos de destruição, nomeadamente, o SOS Azulejo, as Câmaras Municipais da AML e Outros, sendo Outros o parâmetro com maior incidência, com metade das intervenções, seguido pelo SOS Azulejo e as Câmaras Municipais da AML com uma menção cada (ver Tabela 36).

Novamente, devido à pouca expressividade dos dados da Tabela 36, optou-se por não colocar em texto o gráfico referente a estes (ver Anexo 1, Gráfico 7).

<b>2013</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	0
Outros	2
<b>Total</b>	<b>4</b>

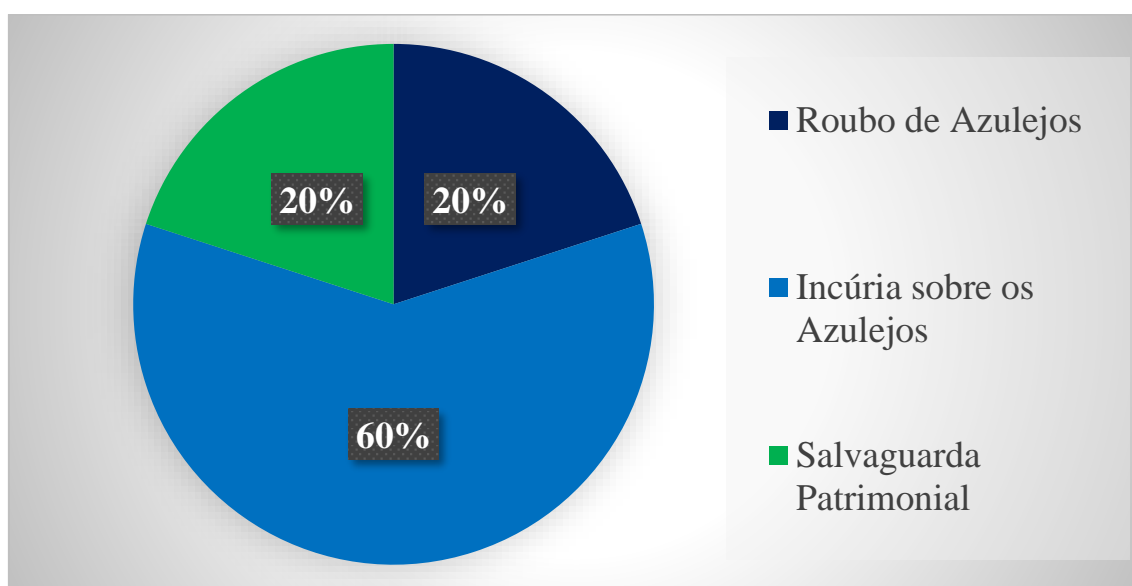
**Tabela 36 – Totalidade de intervenções em 2013**

2013 caracteriza-se por ser um ano marcado por notícias de salvaguarda de património azulejar, fortalecendo a tendência para este tipo de situações após a criação do SOS Azulejo.

Durante o ano 2014 verificou-se uma maioria de notícias de casos de destruição de património azulejar, à semelhança do que ocorria nos primeiros anos após a criação do SOS Azulejo, com quatro das cinco notícias identificadas, nomeadamente, a incúria (com 60% das situações) e o roubo; surgindo apenas uma notícia de salvaguarda patrimonial (ver Tabela 37 e Gráfico 55).

<b>2014</b>	<b>5</b>
Roubo de Azulejos	1
Incúria sobre os Azulejos	3
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 37 – Categorias em 2014**



**Gráfico 55 – Percentagens de categorias em 2014**

Conforme se pode verificar na Tabela 38 e Gráfico 56, neste ano surgem como intervenientes na totalidade dos casos o MNAz, as Câmaras Municipais da AML, o PISAL, a PSP, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, a DGTF, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil, os Proprietários/Gestores e os Outros; sendo as Câmaras Municipais da AML com 23% da totalidade de registos a entidade que mais intervém, seguida pelas Associações/Movimentos Cívicos (com 17%) e o IPPAR/IGESPAR/DGPC (com 12%).

2014	Quantidade
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	1
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	2
DGTF	1
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	3
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	1
Outros	1
<b>Total</b>	<b>17</b>

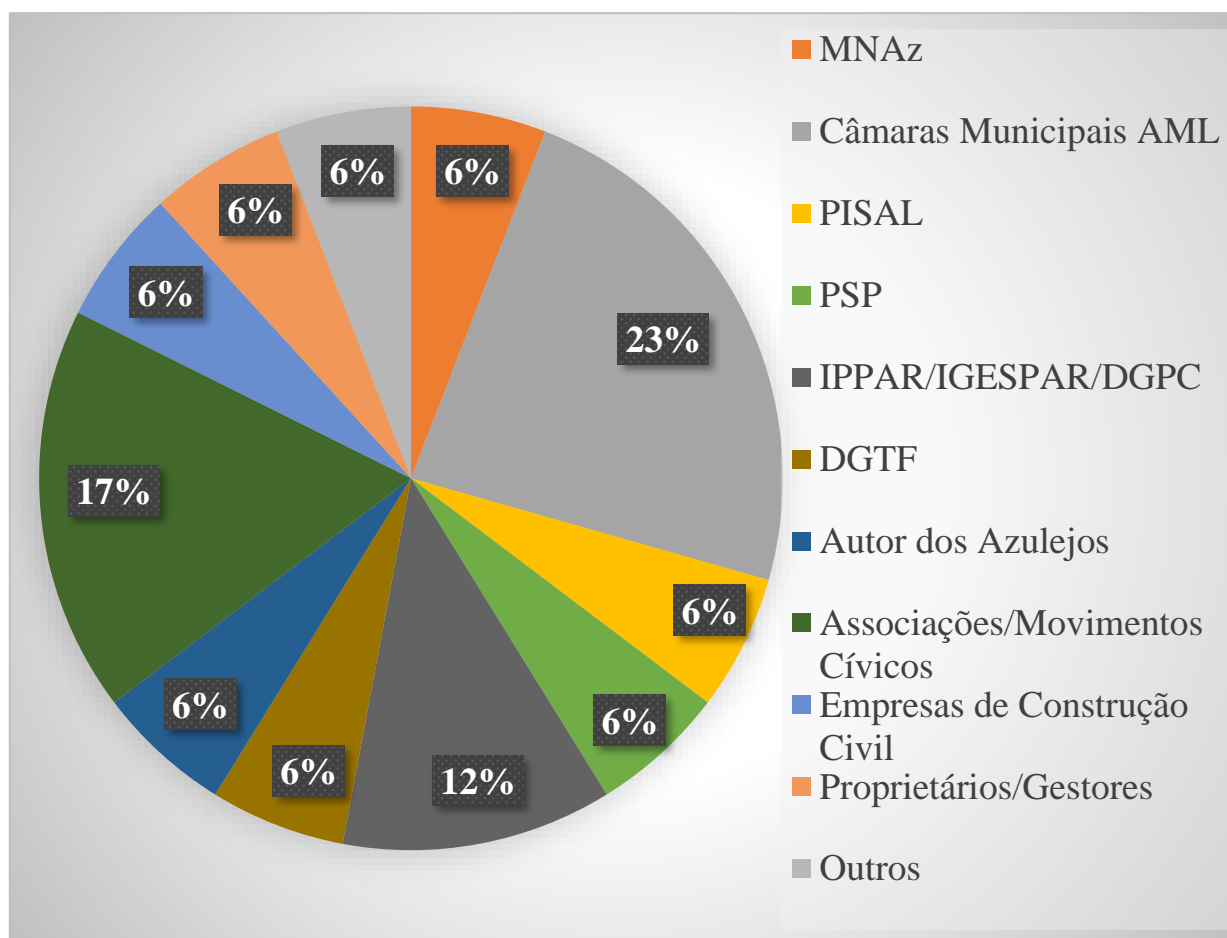


Gráfico 56 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2014

No único caso de salvaguarda de património azulejar é o MNAz, o IPPAR/IGESPAR/DGPC e os Proprietários/Gestores a intervirem (ver Tabela 39). Já quanto aos casos de destruição, intervêm as Câmaras Municipais da AML, o PISAL, a PSP, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, a DGTF, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil e os Outros, registando-se que as Câmaras Municipais da AML e as Associações/Movimentos Cívicos são os agentes que registam uma maior percentagem de atuação (ver Tabela 40).

Devido à pouca expressividade dos dados da Tabela 39, optou-se por não construir um gráfico com estes, pelo mesmo motivo, escolheu-se também não colocar em texto o gráfico referente aos dados da Tabela 40 (ver Anexo 1, Gráfico 8).

<b>2014</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	1
Câmaras Municipais AML	0
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	0
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 39 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2014**

<b>2014</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	1
Polícia Municipal	0
PSP	1
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	1
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	3
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

**Tabela 40 – Intervenções em casos de destruição no ano 2014**

As quatro notícias de destruição de património azulejar levantadas nesse ano foram alvo de alerta, a maioria por Cidadãos, mas também pelas Câmaras Municipais da AML e pelo Autor dos Azulejos (ver Tabela 41).

Devido à pouca expressividade dos dados da Tabela 41, escolheu-se ainda não colocar em texto o gráfico referente a estes (ver Anexo 1, Gráfico 9).

<b>2014</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	1
Autor dos Azulejos	1
Cidadãos	2
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela 41 – Alerta em 2014**

O ano de 2014 pode assim ser caracterizado como um ano marcado por notícias de destruição de património azulejar (incúria, sobretudo), sendo que todas as notícias de destruição foram alvo de alerta, na sua maioria por parte dos Cidadãos.

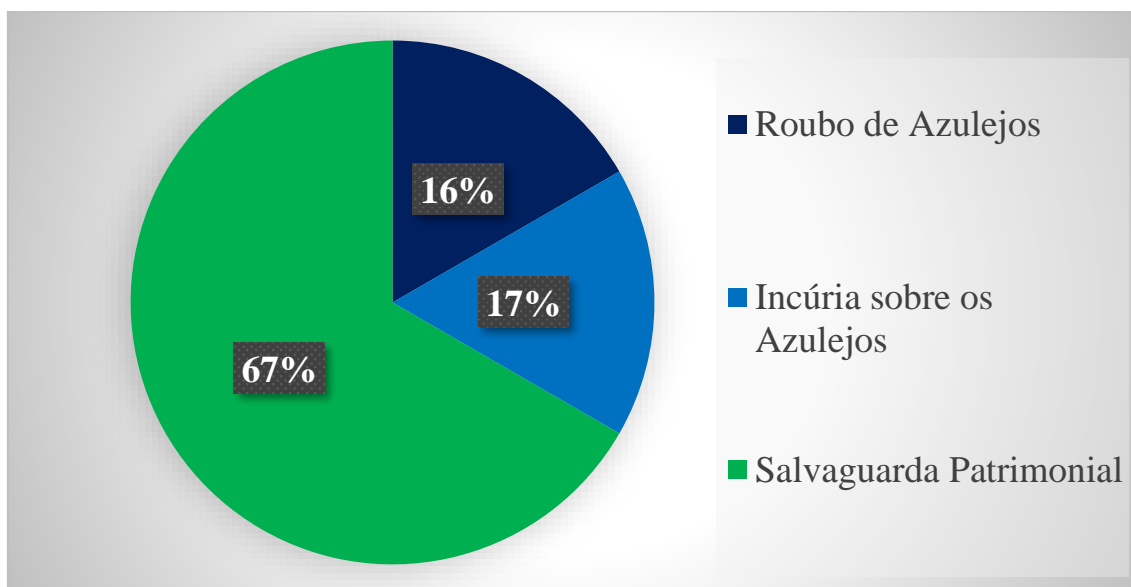
São as Câmaras Municipais da AML e as Associações/Movimentos Cívicos quem mais intervêm, seja na totalidade de situações seja especificamente nos casos de destruição de património.

Conclui-se ainda que, apesar de 2014 interromper uma aparente tendência para anos marcados por um aumento de notícias sobre salvaguarda, tal como em 2011, verificou-se uma participação ativa dos Cidadãos, designadamente enquanto agentes de alerta de deste tipo de situações, apontando para o interesse da população na defesa e proteção do património azulejar e que o trabalho do SOS Azulejo está a ter efeitos positivos.

Conforme se pode verificar na Tabela 42 e Gráfico 57, o ano 2015 mantém o que se tem vindo a constatar, verificando a existência de uma maioria de notícias referindo situações de salvaguarda do património azulejar (4 em 6), o que equivale a 67% do total das notícias compiladas e analisadas. Foram ainda levantadas duas notícias de destruição de azulejos, uma de roubo e outra de incúria.

<b>2015</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	1
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	4
<b>Total</b>	<b>6</b>

**Tabela 42 – Categorias em 2015**

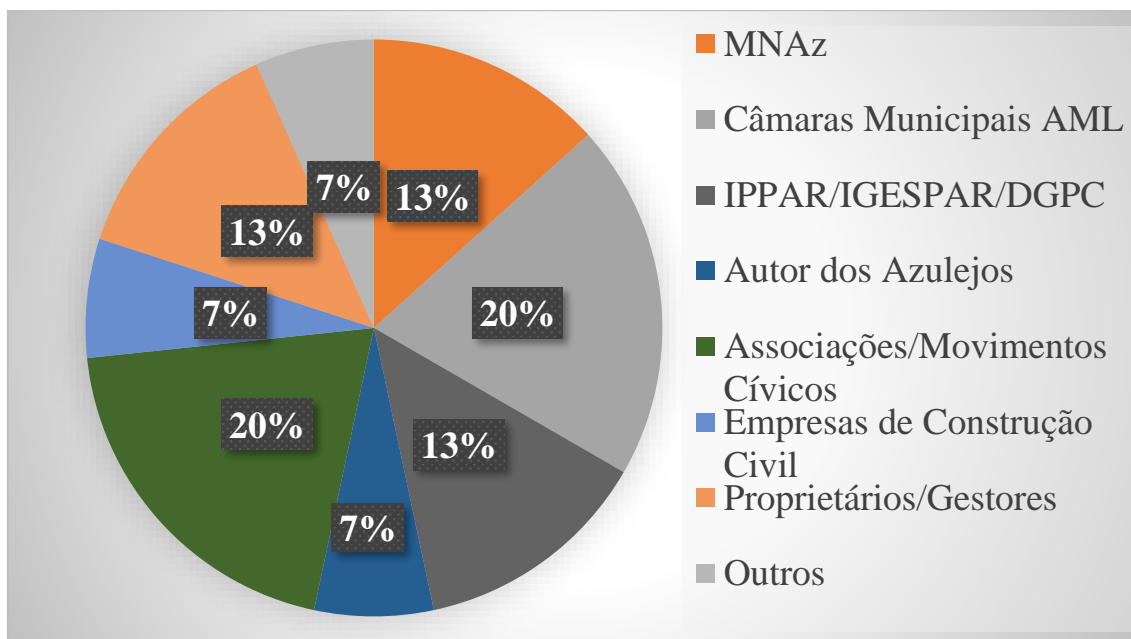


**Gráfico 57 – Percentagens de categorias em 2015**

Nesse ano surgem enquanto intervenientes na totalidade dos casos o MNAz, as Câmaras Municipais da AML, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil, os Proprietários/Gestores e os Outros, sendo as Câmaras Municipais da AML e as Associações/Movimentos Cívicos quem mais intervêm, ambas com 20%, seguidas pelo MNAz, o IPPAR/IGESPAR/DGPC e Proprietários/Gestores, cada um com 13% do total (ver Tabela 43 e Gráfico 58).

<b>2015</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	2
Câmaras Municipais AML	3
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	2
DGTF	0
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	3
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	2
Outros	1
<b>Total</b>	<b>15</b>

**Tabela 43 – Totalidade de intervenções em 2015**



**Gráfico 58 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2015**

Nos casos de salvaguarda são as Câmaras Municipais da AML e o MNAz, as instituições que mais intervêm, seguidos de forma igual pelo IPPAR/IGESPAR/DGPC, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil, os Proprietários/Gestores e os Outros (ver Tabela 44).

Por outro lado, nos casos de destruição são as Associações/Movimentos Cívicos quem mais intervêm, seguidas pelas Câmaras Municipais da AML, o IPPAR/IGESPAR/DGPC e os Proprietários/Gestores, com igual representatividade (1 menção cada) (ver Tabela 45).

Devido à pouca expressividade dos dados das Tabelas 44 e 45, escolheu-se não incluir em texto os gráficos referentes a estas (ver Anexo 1, Gráfico 10 e 11).

<b>2015</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	2
Câmaras Municipais AML	2
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	1
Outros	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Tabela 44 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2015**

<b>2015</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	2
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	0
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 45 – Intervenções em casos de destruição no ano 2015**

Das duas situações de destruição apenas uma foi alvo de alerta, dada pelos Cidadãos (ver Tabela 46).

Optou-se por não construir um gráfico para os dados da Tabela 46, devido à sua diminuta expressividade.

<b>2015</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	0
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 46 – Alertas em 2015**

O ano de 2015 foi marcado por notícias de salvaguarda de património azulejar, recuperando a tendência já referida para anos anteriores. As Câmaras Municipais da AML são quem mais intervêm em casos de salvaguarda, enquanto o MNAz e as Associações/Movimentos Cívicos são os interlocutores privilegiados em situações de destruição de azulejos.

Os Cidadãos continuam a manter um registo de atividade, seja enquanto intervenientes através das Associações/Movimentos Cívicos seja enquanto agentes de alerta de situações de destruição.

Durante o ano 2016 compilaram-se apenas notícias de casos de salvaguarda de património azulejar, à semelhança dos anos 2010 e 2013, com um total de seis artigos (ver Tabela 47).

Devido à fraca expressividade dos dados da Tabela 47, escolheu-se não construir um gráfico com esses dados.

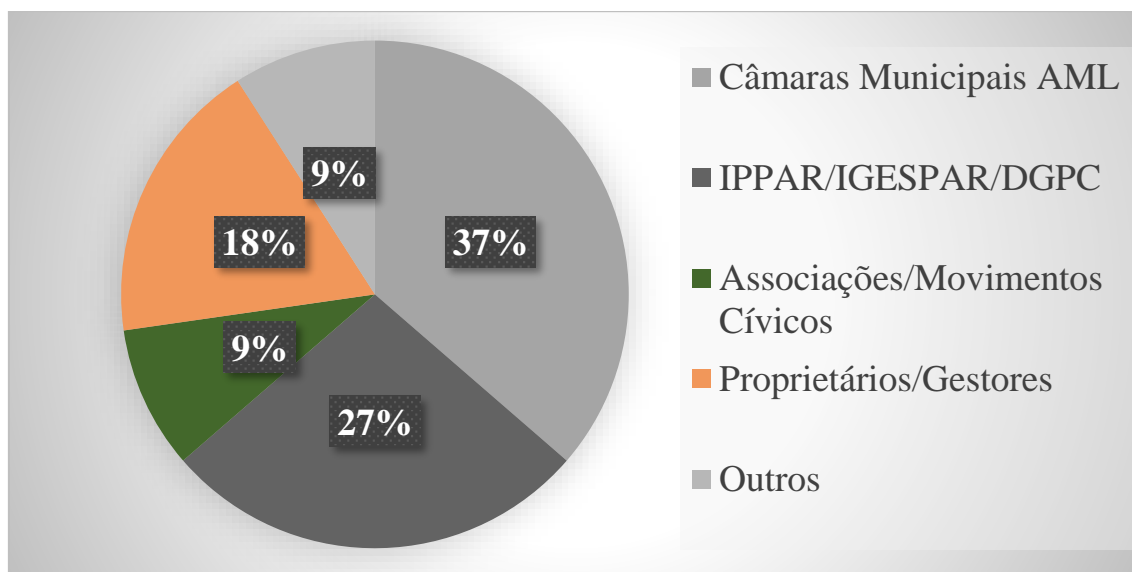
<b>2016</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	0
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	6
<b>Total</b>	<b>6</b>

**Tabela 47 – Categorias em 2016**

Nesse ano surgem como intervenientes na totalidade de casos as Câmaras Municipais da AML, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, as Associações/Movimentos Cívicos, os Proprietários/Gestores e os Outros. As Câmaras Municipais AML voltam a ser quem mais intervém (com 37%), seguidas do IPPAR/IGESPAR/DGPC (com 27%) e dos Proprietários/Gestores (com 18%), conforme se pode verificar na Tabela 48 e Gráfico 59.

<b>2016</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	3
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	2
Outros	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

**Tabela 48 – Totalidade de intervenções em 2016**



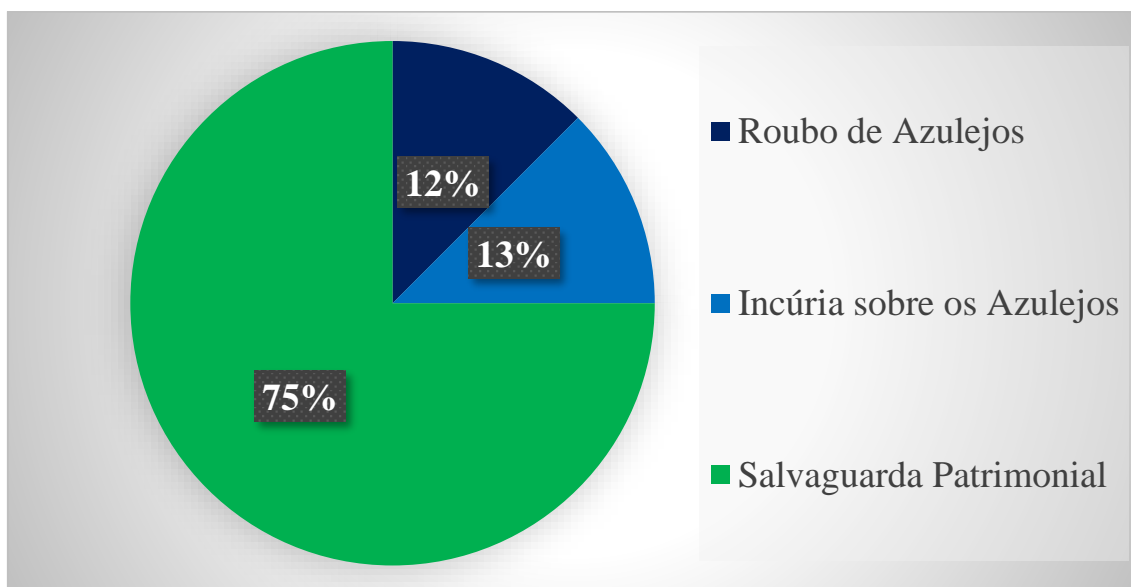
**Gráfico 59 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2016**

O ano de 2016 pode então ser caracterizado por ter exclusivamente notícias de salvaguarda de património azulejar, sendo novamente as Câmaras Municipais da AML os agentes mais intervenientes. Num tom dissonante, conclui-se que os Cidadãos voltam a registar um decréscimo de atuação nesse ano.

Conforme se pode verificar na Tabela 49 e Gráfico 60, durante o ano de 2017 verificou-se, mais uma vez, uma maioria de casos de salvaguarda, com apenas duas situações de destruição de azulejos (roubo e incúria), alcançado aquela uma percentagem de 75 no total das notícias analisadas.

2017	Quantidade
Roubo de Azulejos	1
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	6
<b>Total</b>	<b>8</b>

**Tabela 49 – Categorias em 2017**

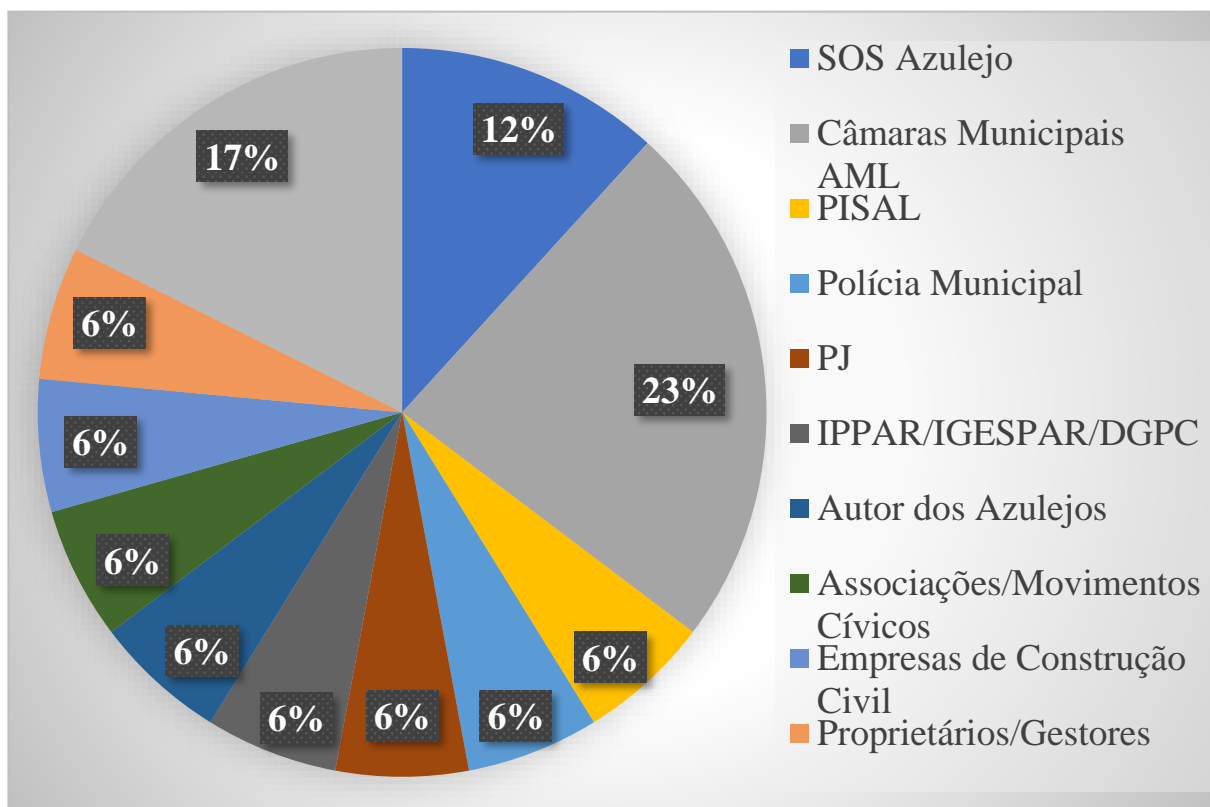


**Gráfico 60 – Percentagens de categorias em 2017**

Nesse ano aparecem como intervenientes na totalidade dos casos o SOS Azulejo, as Câmaras Municipais da AML, o PISAL, a Polícia Municipal, a PJ, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, as Empresas de Construção Civil, os Proprietários/Gestores e os Outros, sendo que novamente as Câmaras Municipais da AML as instituições mais mencionados nas notícias com 23% da totalidade de intervenções; seguidas de Outros, com 17%, e do SOS Azulejo, com 12% (ver Tabela 50 e Gráfico 61).

<b>2017</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	2
MNAz	0
Câmara Municipal	4
PISAL	1
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	1
Outros	3
<b>Total</b>	<b>17</b>

**Tabela 50 – Totalidade de intervenções em 2017**



**Gráfico 61 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2017**

Em relação às situações de salvaguarda do património azulejar são as Câmaras Municipais da AML e Outros que mais intervêm (ver Tabela 51). Por outro lado, nos casos de destruição surgem o SOS Azulejo, as Câmaras Municipais da AML e os Proprietários/Gestores, todos com igual número de menções (ver Tabela 52).

Em relação ao gráfico referente aos dados da Tabela 51, devido à sua pouca expressividade optou-se por não o colocar em texto (ver Anexo 1, Gráfico 12). Pelo mesmo motivo escolheu-se também não construir um gráfico para os dados da Tabela 52.

<b>2017</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	3
PISAL	1
Polícia Municipal	1
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	0
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	1
Proprietários/Gestores	0
Outros	3
<b>Total</b>	<b>14</b>

**Tabela 51 – Intervenções em casos de salvaguarda no ano 2017**

<b>2017</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	1
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	0
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Tabela 52 – Intervenções em casos de destruição no ano 2017**

Das duas notícias de destruição identificadas nesse ano, apenas uma foi alvo de alerta, nomeadamente, pelo Autor dos Azulejos (ver Tabela 53). Devido à fraca expressividade dos dados da Tabela 53, escolheu-se não construir um gráfico com estes.

<b>2017</b>	<b>Quantidade</b>
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	0
Autor dos Azulejos	1
Cidadãos	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Tabela 53 – Alertas em 2017**

O ano de 2017 vem reforçar os dados já mencionados para os anos anteriores: maior ênfase e reporte de ações de salvaguarda e importância das Câmaras Municipais da AML como agentes interventores. Conclui-se igualmente que os Cidadãos continuam a ser pouco interventivos neste ano.

Durante o ano de 2018 surgem apenas duas notícias de salvaguarda de património azulejar (ver Tabela 54).

Optou-se ainda por não construir um gráfico com os dados da Tabela 54, uma vez que estes têm pouca expressividade.

<b>2018</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	0
Incúria sobre os Azulejos	0
Vandalismo de Azulejos	0
Salvaguarda Patrimonial	2
<b>Total</b>	<b>2</b>

**Tabela 54 – Categorias em 2018**

Neste ano surgem apenas dois intervenientes: Proprietários/Gestores e Outros, a registarem situações de salvaguarda (ver Tabela 55).

Pelo mesmo motivo já apontado em cima, escolheu-se não construir um gráfico referente aos dados da Tabela 55.

<b>2018</b>	<b>Quantidade</b>
SOS Azulejo	0
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	0
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	0
IPPAR/IGESPAR/DGPC	0
DGTF	0
Autor dos Azulejos	0
Associações/Movimentos Cívicos	0
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	1
Outros	1
<b>Total</b>	<b>2</b>

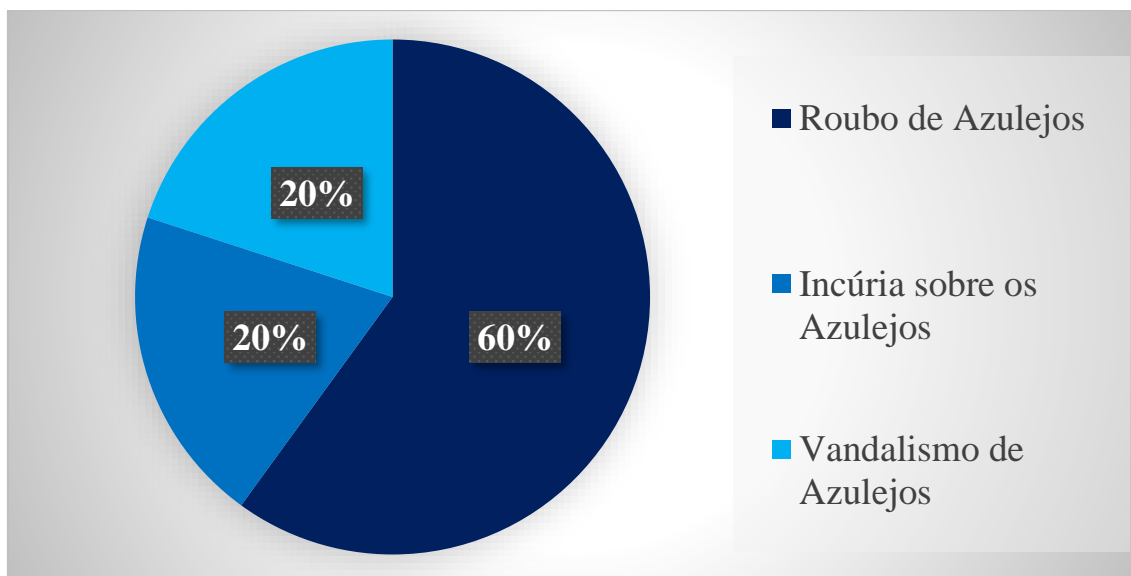
**Tabela 55 – Totalidade de intervenções em 2018**

Pode-se então caracterizar o ano de 2018 como um ano marcado na sua totalidade por notícias de salvaguarda de património azulejar, consolidando uma tendência para uma maioria de casos de salvaguarda após a criação do projeto SOS Azulejo, que sugere este está a ter um impacto positivo no aumento deste tipo de situações e na diminuição de casos de destruição de azulejos. Conclui-se ainda que os Cidadãos continuam a ser pouco interventivos neste ano.

Conforme se pode verificar na Tabela 56 e Gráfico 62, durante o ano de 2019 verifica-se apenas casos de destruição de património azulejar, o que já não acontecia desde 2007, surgindo o roubo de azulejos como a categoria mais frequente (com 60%), seguido pelo vandalismo e a incúria, ambos com 20% da totalidade.

<b>2019</b>	<b>Quantidade</b>
Roubo de Azulejos	3
Incúria sobre os Azulejos	1
Vandalismo de Azulejos	1
Salvaguarda Patrimonial	0
<b>Total</b>	<b>5</b>

**Gráfico 56 – Categorias em 2019**



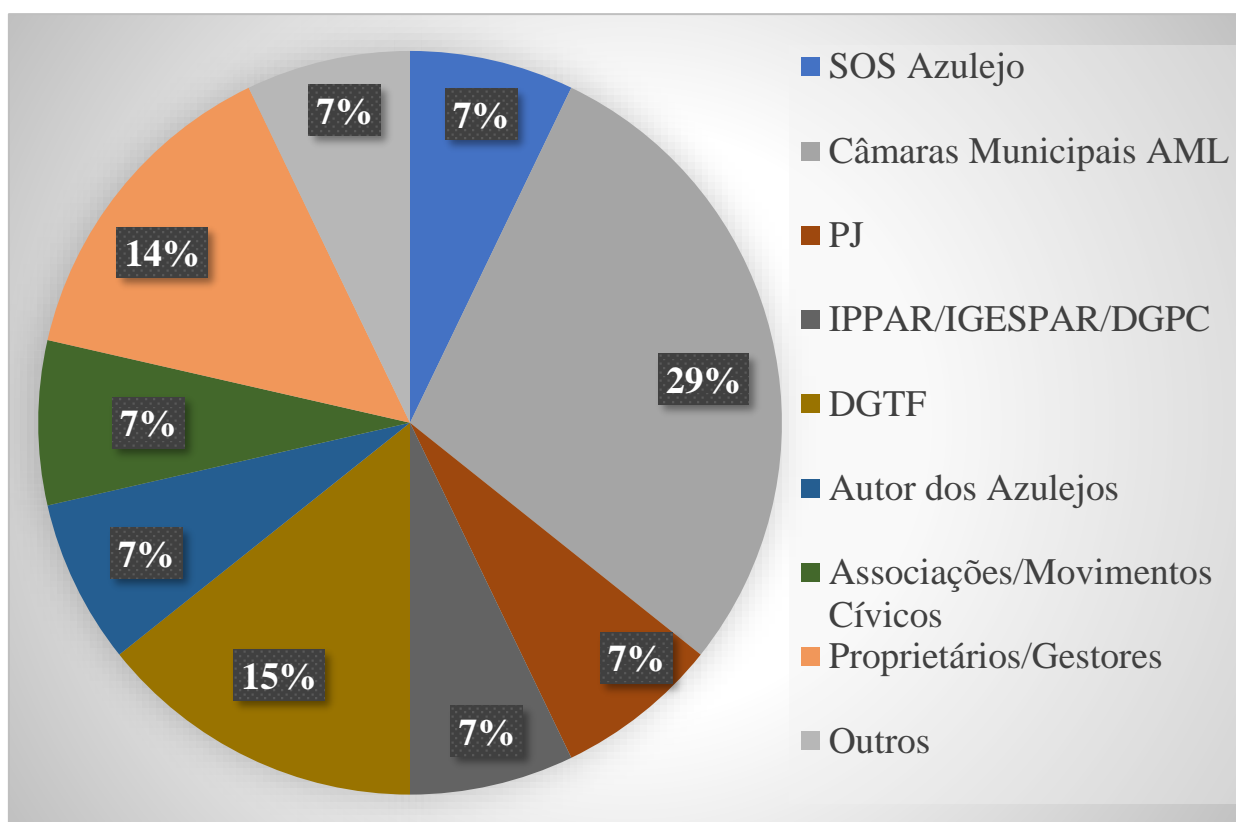
**Gráfico 62 – Percentagens de categorias em 2019**

Nesse ano noticiam-se como intervenientes na totalidade dos casos de reporte de destruição o SOS Azulejo, as Câmaras Municipais da AML, a PJ, o IPPAR/IGESPAR/DGPC, a DGTF, o Autor dos Azulejos, as Associações/Movimentos Cívicos, os Proprietários/Gestores e os Outros (ver Tabela 57).

2019	Quantidade
SOS Azulejo	1
MNAz	0
Câmaras Municipais AML	4
PISAL	0
Polícia Municipal	0
PSP	0
GNR	0
PJ	1
IPPAR/IGESPAR/DGPC	1
DGTF	2
Autor dos Azulejos	1
Associações/Movimentos Cívicos	1
Empresas de Construção Civil	0
Proprietários/Gestores	2
Outros	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

**Tabela 57 – Totalidade de intervenções em 2019**

Novamente, e não obstante a diversidade de agentes identificados, são as Câmaras Municipais da AML, com 29% das menções, seguidas pelo Proprietários/Gestores com 14% da totalidade (ver Gráfico 63).



**Gráfico 63 – Percentagens da totalidade de intervenções em 2019**

Das cinco notícias de destruição de património azulejar, duas delas foram alvo de alerta, ambas por parte das Câmaras Municipais da AML (ver Tabela 38).

Escolheu-se não construir um gráfico com os dados da Tabela 38, devido à sua fraca expressividade.

2019	Quantidade
Proprietários dos Azulejos	0
Câmaras Municipais AML	2
Autor dos Azulejos	0
Cidadãos	0
<b>Total</b>	<b>2</b>

**Tabela 58 – Alertas em 2019**

Pode-se assim caracterizar o ano de 2019 como um ano marcado na sua totalidade por notícias de destruição de património azulejar, correspondendo 60% a atos de roubo de azulejos quebrando, por um lado, uma aparente tendência para uma maioria de situações de salvaguarda e, por outro, indiciando um possível recrudescimento do mercado paralelo e ilegal de contra e venda de azulejos portugueses.

Ainda assim, registre-se a tendência verificada nos últimos anos analisados para uma maior participação, seja nos casos de salvaguarda, seja nos de destruição, dos Proprietários/Gestores.

Por fim, nos anos de 2020 e 2021 (até ao dia 28 de fevereiro desse ano) não surgiu nenhuma notícia de salvaguarda ou de destruição de património azulejar, o que pode ser uma consequência das opções editoriais face às notícias necessárias em tempo de pandemia, uma vez que o espaço disponível no jornal Público para relatar a salvaguarda patrimonial, azulejar ou outra, diminuiu. Por outro lado, com os cidadãos confinados em casa e sujeitos a restrições de movimentos fora da sua residência, existiram menos possibilidade de, a um tempo, destruir azulejos e, a outro, denunciar tais situações ou de agir, pelo contrário, para a sua salvaguarda.

## Conclusão

Das 67 notícias de casos de destruição e salvaguarda de património azulejar identificadas durante o levantamento realizado no jornal Público, para a área metropolitana de Lisboa, entre 28 de fevereiro de 2006 e 28 de fevereiro de 2021, a categoria mais frequente é a salvaguarda patrimonial, com 54%, seguida da incúria sobre os azulejos com 24% e do roubo de azulejos com 19%.

É difícil saber com precisão, mas é possível que os baixos números de casos de vandalismo se devam a escolhas editoriais do jornal Público que foi utilizado como corpus documental nesta dissertação, e que por diversas razões, como a falta de espaço disponível, podem ter levado a que este tipo de notícias de destruição não fossem publicadas, e que, portanto, não pudessem ser alvo de levantamento realizado.

Que mais de metade das notícias analisadas na amostra sejam de salvaguarda patrimonial, prende-se certamente com o trabalho desenvolvido pelo Projeto SOS Azulejo, uma vez que esta dissertação acaba por analisar maioritariamente a situação após criação deste.

É possível ainda constatar que das categorias afetas à destruição de património azulejar as que mais surgem na amostra são a incúria sobre os azulejos e o roubo de azulejos, sendo que o projeto apresenta várias iniciativas afetas especificamente a estas, seja na área da sensibilização para o património azulejar seja na divulgação efetiva e eficaz de medidas para dificultar o roubo, entre as quais se inclui a circulação nos seus meios da informação de imagens de azulejos furtados de modo a dificultar a sua venda.

Nas situações de destruição de azulejos constantes na amostra, verificou-se que na maioria destas pode-se identificar quem alertou para o caso, sendo as Câmaras Municipais da AML e os Cidadãos quem mais o faz, responsáveis por 80% dos alertas, demonstrando uma sensibilização por parte destes para a destruição deste património e a necessidade de reportar estas situações de forma a valorizá-lo e a evitar outras situações de perda. Esta consciencialização surge também no âmbito das consequências do trabalho do projeto SOS Azulejo, uma vez que este tem iniciativas de sensibilização especificamente dirigidas à população e às câmaras municipais.

A categoria de roubo de azulejos encontrava-se em tendência de descida após a criação do projeto SOS Azulejo em 2007 (sugerindo que este está a ter um impacto

positivo na diminuição deste tipo de situações) mas teve um pico em 2019 que, segundo a coordenadora do projeto SOS Azulejo não passou disso, já que o número de roubos tem vindo a sempre a diminuir, apesar de não ser de modo linear e apresentar altos e baixos.

Durante os anos de 2020 e 2021 houve uma ausência total de artigos sobre destruição e salvaguarda de património azulejar que fossem ilegíveis para este levantamento, e tal espelha também um reduzido número de casos de roubo, incúria e vandalismo, de acordo com a coordenadora do projeto, assim como é o resultado da pandemia, das mudanças nas direções da PJ e das suas estratégias em relação ao SOS Azulejo, que resultaram neste ter durante esses anos as suas atividades muito diminuídas (ver Anexo 2).

Em relação aos intervenientes, na totalidade dos casos, são as Câmaras Municipais da AML quem mais surge, com 29% das intervenções, seguida pelos Outros com 14% e pelas Associações/Movimentos Cívicos com 9%.

Não é assim de se estranhar que o projeto tenha iniciativas junto das câmaras municipais para a salvaguarda patrimonial do azulejo, nomeadamente os seminários bianuais SOS Azulejo, desde de 2008, contando com parcerias com as mesmas, que têm como temas diversas problemáticas ligadas aos diferentes e variados aspetos da proteção e valorização do património azulejar português. Estas ações contam com a participação de prestigiadas personalidade e instituições portuguesas que contribuem com conhecimento e prática para a inventariação dos patrimónios azulejares camarários e para a criação de “bancos de azulejo”.

Sobre o SOS Azulejo é possível verificar que apenas surge cinco vezes enquanto interveniente ao longo dos quinze anos analisados, três em casos de salvaguarda e dois em casos de destruição. Pelo que é pela sua ausência nas notícias que verificamos o impacto da implementação dos seus objetivos e áreas de atuação, intervindo em situações de salvaguarda, através das suas diversas iniciativas, e em situações de destruição, nas quais pode ajudar através de uma potencial recuperação de azulejos roubados (ou pelo menos dificultar a sua circulação e venda, através da circulação de imagens destes nos seus meios de comunicação), mas também dissuadir futuras situações de vandalismo e incúria.

Esta constatação é reforçada pela opinião conhecedora de Leonor Sá, coordenadora do projeto e diretora do Museu de Polícia Judiciária que, embora realce não

poder tem certezas, considera que a delapidação do património azulejar português foi durante muitos anos “um não assunto”, tendo acontecido uma verdadeira “sangria” azulejar diária, sem que alguém notasse ou interviesse, e ter demorado a sensibilizar a sociedade no geral para este problema (ver Anexo 2). Pelo que durante muito tempo, os azulejos portugueses só eram de interesse para uma “meia dúzia de intelectuais, antiquários e «amigos do alheio», que conheciam o seu real valor – e só na perspetiva do seu estudo, ou venda, e não da dramática falta de salvaguarda” (ver Anexo 2) enquanto os portugueses no geral, por sempre viverem rodeados deles, os consideravam banais e sem valor, e daí, na sua opinião, só em 2012 terem surgido as primeiras notícias com menção ao SOS Azulejo.

A falta de reconhecimento da população local e a maneira como dão por garantida o património que têm diante dos olhos todos os dias, a que refere a Coordenadora, já tinha sido identificado por esta num artigo para o boletim europeu de pesquisa e ciência policial em 2016 (Sá 2016) e sido tema de um capítulo no dossier de consciencialização patrimonial no âmbito da Europa Nostra (Kisić e Tomka 2018), tendo sido considerado como o maior problema relacionado com o património azulejar com que o projeto se deparou à época da sua criação, uma vez que, o azulejo é utilizado desde há séculos em Portugal, resultando numa falta de valorização e proteção.

Por isso o Projeto SOS Azulejo se focou em três áreas de trabalho: a prevenção criminal, a conservação preventiva e a sensibilização para a valorização do azulejo, de modo a combater a destruição do património azulejar.

Tendo em conta a análise realizada neste trabalho das notícias do Público durante quinze anos, é possível considerar que o SOS Azulejo conseguiu consciencializar a população em geral para o seu património azulejar. Se atendermos ao interveniente Associações/Movimentos Cívicos, verifica-se que desde 2012 surge constantemente em notícias de destruição e salvaguarda do azulejo português e que é o terceiro interveniente que mais surge no total de notícias. Igualmente, o parâmetro Cidadãos surge responsável por 40% do total de alertas em casos de destruição até 2016. Este facto pode ser explicado pelo diminuto número de casos de destruição a surgirem na amostra desde essa data, sugerindo ainda assim, um interesse por parte destes no património azulejar e na sua proteção, pois através da denúncia, pode-se dissuadir futuros criminosos de praticarem crimes que levem à destruição de azulejos. Esta circunstância tem, portanto, impacto na

diminuição dos casos de destruição de azulejos e no aumento dos de salvaguarda, conforme verificado na análise da amostra.

Também por isto o papel interventor das polícias (Polícia Municipal, PSP, GNR ou PJ) não deve extravasar as suas competências, já que a tarefa de salvaguarda e proteção do azulejo, ou de qualquer outro tipo de património, deve caber aos cidadãos e ao conjunto de entidades parceiras do Projeto SOS Azulejo.

Ainda sobre os intervenientes na totalidade de notícias, é possível constatar que, apesar das Empresas de Construção Civil terem uma participação mínima na totalidade de casos, 4%, que equivale a seis intervenções em seis artigos, a maioria destas (quatro), são em casos de salvaguarda, o que leva a crer que estas têm potencial para se colocarem do lado da salvaguarda invés do da destruição, mesmo que essa circunstância se possa dever, sobretudo, à criação de leis a serem respeitadas por todos. Leis estas profundamente devedoras do empenho e da atuação do Projeto SOS Azulejo.

Não existindo nenhum protocolo de sensibilização e/ou registo patrimonial com empresas de reabilitação imobiliária, e verificando-se que estas têm um potencial para serem parte de uma solução para a salvaguarda do azulejo português, embora se concorde inteiramente que as leis para a proteção deste têm de ser cumpridas por todos, sugere-se a criação de um kit que permitisse a essas empresas a retirada apropriada de uma amostra de azulejos de fachada para que fosse realizado um registo patrimonial e inventariada a amostra.

Comparando os números tanto dos casos de salvaguarda como dos de destruição ao longo dos quinze anos analisados, é possível verificar que o primeiro parâmetro aparenta estar numa tendência de subida, enquanto o segundo parece estar numa tendência de descida, o que faz crer que o projeto SOS Azulejo está a ter um impacto positivo. Opinião partilhada por Leonor Sá, salientando esta a “diminuição de mais de 80% de furtos registados de azulejos históricos e artísticos em relação ao que ocorria antes da criação do projeto em 2007” (ver Anexo 2); assim como o diminuição da destruição de azulejos e fachadas de azulejos graças às leis e resoluções criados para a salvaguarda específica do património azulejar português; e a sensibilização da população para a importância do património azulejar português, através das diversas iniciativas já referidas ao longo desta dissertação. Acreditando a coordenadora ainda que «a opinião pública, a sensibilização e o gosto (ou mesmo paixão) pelo azulejo hoje no público português em

geral, na moda e design, na preocupação da sua salvaguarda e em mil outros domínios é hoje felizmente uma realidade vibrante e gostamos de pensar que o SOS Azulejo contribuiu em grande parte para a mesma. Não há hoje qualquer comparação com o que se passava antes de 2007, quando o projeto começou. De ‘não assunto’, a salvaguarda da azulejaria portuguesa passou para assunto de 1ª página nos media e nas redes sociais» (ver Anexo 2).

O que igualmente comprova o impacto positivo do projeto SOS Azulejo é a comparação dos dados obtidos em 2006, um ano antes da criação deste, e os dados dos quatorze anos seguintes, sendo que 2006 caracterizou-se como um ano marcado por notícias de destruição de património azulejar, especialmente através do roubo e da incúria, na sua quase totalidade alvo de alertas, geralmente pelos Proprietários dos Azulejos e pelas Câmaras Municipais da AML. Por outro lado, o que se observa nos quatorze anos seguintes é uma realidade diferente, com uma tendência de diminuição de casos de roubo e incúria de azulejos, com os Cidadãos a tornarem-se um dos mais comuns agentes de alerta dessas situações. Comprova-se assim uma maior intervenção destes na salvaguarda patrimonial do azulejo português, assim como a maior consciencialização para a chamada de atenção para casos de destruição, surgindo, após a criação do Projeto, o interveniente Associações/Movimentos Cívicos no levantamento.

A equipa do SOS Azulejo é reduzida e não conta com um orçamento próprio, como foi reconhecido já pelo júri do grande prémio da European Heritage /Europa Nostra, na categoria da Educação, Formação e Sensibilização. Também por isso, este prémio surge como uma oportunidade de valorizar a equipa e o seu trabalho, sendo que a própria Coordenadora reconhece que com “mais recursos e meios (económicos, humanos e de interesse institucional), muito mais se poderia ter feito” em todos os domínios de atuação do SOS Azulejo (ver entrevista em Anexo 2). Neste sentido, a Coordenadora enfatiza o papel e as diferentes competências dos parceiros do Projeto.

No que diz respeito às consequências da pandemia na intervenção da equipa do SOS Azulejo, questão que não podia deixar de ser equacionada, Leonor Sá considera que estas foram bastante negativas, uma vez que a equipa é muito diminuta e parte dela esteve sem acesso às instalações e poder trabalhar mais de meio ano.

Por fim, não queríamos deixar de mencionar que o impacto positivo na salvaguarda do património azulejar português do projeto SOS Azulejo pode, e deve, servir de exemplo para a criação de mais projetos de salvaguarda para outros tipos de património(s) nacional(ais).

## Bibliografia

### Obras de Referência:

ARTIS. s.d. (<http://www.artis.letras.ulisboa.pt/default.aspx>; consultado em 14 de outubro de 2022).

AZ Rede de Investigação em Azulejo. 2022. (<https://redeazulejo.letras.ulisboa.pt/default.aspx?lang=pt>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Barranha, Helena, ed. 2016. *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal.

[Carvalho *et al.* 2021] Carvalho, Rosário Salema de; Alexandra Curvelo e Alexandre Pais. 2021. “L’azulejo português: patrimoine, mémoire et identité”. *Perspective* 1: 41-60 (<https://journals.openedition.org/perspective/22400>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Choay, Françoise. 2014 [1992]. *Alegoria do Património*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.

[Custódio *et al.* 1993] Custódio, Jorge; Nuno Vassalo e Silva; Miguel Soromenho. 1993. “Salvaguarda do Património, Antecedentes Históricos”. *Dar Futuro ao Passado*, coord. Maria Eduarda Leal Coelho, 21-71. Lisboa: SEC/IPPAR.

Custódio, Jorge (coord.). 2010. *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR.

Escola de Polícia Judiciária. 2010. “Primeira Adenda ao Protocolo SOS Azulejo de Março de 2007”. *Projecto SOS Azulejo* (<http://www.sosazulejo.com/wp-content/uploads/2013/05/adenda.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Escola de Polícia Judiciária. 2014. “Segunda Adenda ao Protocolo SOS Azulejo de março de 2007”. *Projecto SOS Azulejo* (<http://www.sosazulejo.com/wp-content/uploads/2014/08/Segunda-adenda-PROTOCOLO-SOS-Azulejo.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Escola de Polícia Judiciária. 2016. “Documento-súmula da proposta do ‘Projeto SOS Azulejo’ ao Parlamento Português a 10.02.2016”. *Projecto SOS Azulejo* (<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765130394e4c7a457951304e44536b51765247396a6457316c626e52766330466a64476c32615752685a4756446232317063334e68627938785a444e6a4f574d3559693030596a526c4c545178596d49744f5449335969303359544e6b59545578593259304f4749756347526d&fich=1d3c9c9b-4b4e-41bb-927b-7a3da51cf48b.pdf&Inline=true>; consultado em 14 de outubro de 2022).

European Heritage Awards / Europa Nostra Awards. s.d. (<https://www.europeanheritageawards.eu/>; consultado em 14 de outubro de 2022).

FCT-AzuRe, ed. 2019. “On the origin of majólica azulejos production in Portugal”. 1ª ed. *Studies in Heritage Glazed Ceramics 1*. Lisboa: LNEC. ([http://glazedceramics.lnec.pt/SHGC\\_n01\\_.pdf](http://glazedceramics.lnec.pt/SHGC_n01_.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

FCT-AzuRe, ed. 2019b. “On the origin of majólica azulejos production in Portugal”. 1ª ed. *Studies in Heritage Glazed Ceramics 2*. Lisboa: LNEC. ([http://glazedceramics.lnec.pt/SHGC\\_n02\\_.pdf](http://glazedceramics.lnec.pt/SHGC_n02_.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022)

FCT-AzuRe, ed. 2021. “The majolica azulejo heritage of Quinta da Bacalhôa”. 1ª ed. *Studies in Heritage Glazed Ceramics 3*. Lisboa: LNEC. ([http://livraria.lnec.pt/fichs/p\\_shgc03\\_1eda\\_linha.pdf](http://livraria.lnec.pt/fichs/p_shgc03_1eda_linha.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

FCT-AzuRe, ed. 2022. “The majolica azulejo heritage of Quinta da Bacalhôa”. 1ª ed. *Studies in Heritage Glazed Ceramics 4*. Lisboa: LNEC. ([http://livraria.lnec.pt/fichs/p\\_shgc04\\_1eda\\_linha.pdf](http://livraria.lnec.pt/fichs/p_shgc04_1eda_linha.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

[Filipe *et al.* 2018] Filipe, Graça; José Vale; e Inês Castaño. eds. 2018. *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*. Lisboa: IHC-NOVA FCSH.

Glazed Ceramics. s.d. (<http://glazedceramics.lnec.pt/>; consultado a 26 de abril de 2023).

Gonçalves, José Reginaldo Santos. 2007. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. Em *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios* 139-157. Rio de Janeiro: Coleção Museu, Memória e Cidadania.

ICOM. 2014. *The Siena Charter – “Museums and Cultural Landscapes* ([https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Carta\\_di\\_Siena\\_EN\\_final.pdf](https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Carta_di_Siena_EN_final.pdf)); consultado em 05 de abril de 2023).

Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais. 2007. “Protocolo”. *Projecto SOS Azulejo* (<http://www.sosazulejo.com/wp-content/uploads/2013/04/protocolo.pdf>); consultado em 14 de outubro de 2022).

Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais. 2008. “Programa SOS Azulejo”. *Projecto SOS Azulejo* (<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/PROGRAMASOSAZULEJO2008.pdf>); consultado em 14 de outubro de 2022).

IP Património. 2021. (<https://www.ippatrimonio.pt/>); consultado a 14 de outubro de 2022).

Jorge, Virgolino Ferreira. 2000. “Património e Identidade Nacional”. *Engenharia Civil* 9: 5-12. ([https://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/num9/pag\\_5-12.pdf](https://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/num9/pag_5-12.pdf)); consultado em 14 de outubro de 2022).

Kisić, Višnja; Goran Tomka. 2018. “United against illicit trafficking: SOS Azulejo”. In *Awareness raising & advocacy. Learning kit for heritage civil society organisations*, 44-46. A Haia: Europa Nostra.

Lisboa para Pessoas. 2021. (<https://lisboaparapessoas.pt/>); consultado a 01 de abril de 2023).

Lopes, Maria Torres. 2017. “Perspetivas sobre o Património e Educação Patrimonial no início do Período Democrático (1974-1985)”. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, especialização em Património e Projetos Culturais. ([https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15631/4/master\\_maria\\_torres\\_lopes.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15631/4/master_maria_torres_lopes.pdf)); consultado em 14 de outubro de 2022).

Magrinho, Sofia d'Almeida da Costa Macedo. 2016. "A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)". Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa–Instituto Universitário de Lisboa. (<http://hdl.handle.net/10071/14195>; consultado em 14 de outubro de 2022).

[Matos *et al.*] Matos, Maria Antónia Pinto de; João Manuel Mimoso; Alexandra Pais; Maria de Lurdes Esteves e Marluci Menezes. 2015. "Portuguese Azulejos, World Heritage". Comunicação apresentada à *Conferência Internacional de Cerâmica Vidrada no Património Arquitetónico*, Lisboa, Julho 2-3. (<http://azulejos.lnec.pt/AzuRe/links/02%20Portuguese%20Azulejos%20World%20Heritage.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Meco, José. 1986. *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Alfa.

Meco, José. 1989. *Azulejaria portuguesa*. Lisboa: Bertrand.

Menezes, Marluci. 2015. "Azulejo, culture, memory and society: study of the social meanings of the ceramic tile heritage". Comunicação apresentada à *Conferência Internacional de Cerâmica Vidrada no Património Arquitetónico*, Lisboa, Julho 2-3. ([http://azulejos.lnec.pt/AzuRe/Glazearch2015/Communications/33%20Azulejo\\_culture\\_memory\\_society.pdf](http://azulejos.lnec.pt/AzuRe/Glazearch2015/Communications/33%20Azulejo_culture_memory_society.pdf); consultada em 14 de outubro de 2022).

Menezes, Marluci e Eva Maria Blum. 2016. "Para além do azulejo: matérias outras da invenção contemporânea da cultura azulejar". *Livro de Resumos Congresso Ibero-Americano "Património, suas matérias e imatérias"*, 26-27. Lisboa: LNEC. ([http://repositorio.lnec.pt:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1008782/PATRIMA\\_2016\\_MMENEZES\\_EBLUM.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://repositorio.lnec.pt:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1008782/PATRIMA_2016_MMENEZES_EBLUM.pdf?sequence=2&isAllowed=y); consultada em 14 de outubro de 2022).

Menezes, Marluci. 2017a. "O azulejo saiu da parede". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 57: 211-225. (<http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/bitstream/123456789/1009611/2/marluCIMENEZES.pdf>; consultada em 14 de outubro de 2022).

Menezes, Marluci. 2017b. "Apropriações contemporâneas da cultura azulejar". *Livro de Atas I Congresso Internacional Lusófono Todas as Artes, Todos os Nomes*, 95-103. Porto: Universidade do Porto.

Menezes, Marluci, 2021. “O azulejo como oportunidade cocriativa para (re)invenção do espaço público”. *CIDADES, Comunidades e Territórios* 42: 73-97. ([https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22857/3/other\\_hdl22857.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22857/3/other_hdl22857.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

Monteiro, João Pedro. 2018. “Santões Simões and the azulejo identity in Portugal”. *Art is On* 8: 45-54. (<https://pdfs.semanticscholar.org/d986/17f5b7283ef06b240bb1c828c6739e4fc6c0.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

[Museu Nacional do Azulejo *et al*] Museu Nacional do Azulejo; Ana Anjos Mântua; Paulo Henriques e Teresa Campos (coord.). 2007. *Normas de inventário: Cerâmica. Artes plásticas e artes decorativas*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

Peralta, Elsa e Marta Anico (coord.). 2005. *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

Pereira, Patrícia Nóbrega. 2013. “O azulejo enquanto objecto museológico”. Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. (<http://hdl.handle.net/10362/10653>; consultado no dia 14 de outubro de 2022).

Projeto SOS Azulejo. s.d. (<http://www.sosazulejo.com/>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Sá, Leonor Maria de Amorim e. 2016. “Turning a Social Problem into a Cultural Opportunity: the Crime Prevention Project ‘SOS Azulejo’”. *European Law Enforcement Research Bulletin* 14: 69-77. (<https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/159/150>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Sá, Leonor Maria de Amorim e. 2018. “Projeto SOS Azulejo 2007-2018: um projeto interdisciplinar que transformou a proteção e a valorização do património azulejar português”. *ARTIS* 6: 96-101.

Sá, Leonor Maria de Amorim e. 2022. “Crimes and Museums, but no Fiction: Portuguese Judiciary Police Museum’s Projects for the Protection of Cultural Heritage

1996-2022”. *Culture. Society. Economy. Politics* 2(2): 40-62. (<https://sciendo.com/article/10.2478/csep-2022-0010>; consultado em 05 de abril de 2023).

Sarrico, Patrícia. 2009. “Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: Dinâmicas para a sua salvaguarda”. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (<https://eg.uc.pt/handle/10316/13493>; consultada em 14 de outubro de 2022).

UNESCO. 1976. *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea* (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Universidade de Aveiro. 2022. *UA na génese da criação do Dia Nacional do Azulejo*. (<https://www.ua.pt/pt/noticias/1/75181>; consultado em 14 de outubro de 2022).

### **Legislação:**

Assembleia Constituinte. 1976. “Constituição da República Portuguesa”. (<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Assembleia da República. 1985. “Lei n.º 13/85”. *Diário da República* 1ª série, 153 (julho): 1865-74. (<https://files.dre.pt/1s/1985/07/15300/18651874.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Assembleia da República. 2001. “Lei n.º 107/2001”. *Diário da República* 1ª série, 209 (setembro): 5808-29. (<https://dre.pt/application/conteudo/629790>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Assembleia da República. 2017a. “Resolução da Assembleia da República n.º 144/2017”. *Diário da República* 1ª série, 129 (julho): 3387. (<https://files.dre.pt/1s/2017/07/12900/0338703387.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Assembleia da República. 2017b. “Resolução da Assembleia da República n.º 145/2017”. *Diário da República* 1ª série, 129 (julho): 3387. (<https://files.dre.pt/1s/2017/07/12900/0338703387.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Assembleia da República. 2017c. “Lei n.º 79/2017”. *Diário da República* 1ª série, 159 (agosto): 4781. (<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/79-2017-108016474>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Ministério da Cultura. 2009. “Decreto-Lei n.º 138/2009”. *Diário da República* 1ª série, 113 (junho): 3646-60. (<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2009/06/11300.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Ministério da Educação Nacional. 1965. “Decreto-Lei n.º 46758”. *Diário da República* 1ª série, 286 (dezembro): 1696-1705. (<https://files.dre.pt/1s/1965/12/28600/16961705.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Município de Lisboa. 2013. “Aviso n.º 5147/2013”. *Diário da República* 2ª série, 74 (abril): 12489-12557. ([https://informacoeservicos.lisboa.pt/fileadmin/download\\_center/normativas/regulamentos/urbanismo/RMUEL\\_DR74\\_2s\\_avisos5147\\_2013.pdf](https://informacoeservicos.lisboa.pt/fileadmin/download_center/normativas/regulamentos/urbanismo/RMUEL_DR74_2s_avisos5147_2013.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

Presidência do Conselho de Ministros. 1980a. “Decreto-Lei n.º 404/80”. *Diário da República* 1ª série, 223 (setembro): 2924-26. (<https://files.dre.pt/1s/1980/09/22300/29242926.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Presidência do Conselho de Ministros. 1980b. “Decreto-Lei n.º 59/80”. *Diário da República* 1ª série, 79 (abril): 638-42. (<https://files.dre.pt/1s/1980/04/07900/06380642.pdf>; consultado em 14 de outubro de 2022).

Presidência do Conselho de Ministros. 2012. “Decreto-Lei n.º 115/2012”. *Diário da República* 1ª série, 102 (maio): 2772-77. ([http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc\\_enquadramento\\_legal/115\\_2012\\_dgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/115_2012_dgpc.pdf); consultado em 14 de outubro de 2022).

**Periódicos:**

Jornal Público, edições de 28 de fevereiro de 2008 a 28 de fevereiro de 2021.

## Anexos

### Anexo 1 – Gráficos

Gráfico 1 – Percentagens das intervenções em casos de destruição em 2006

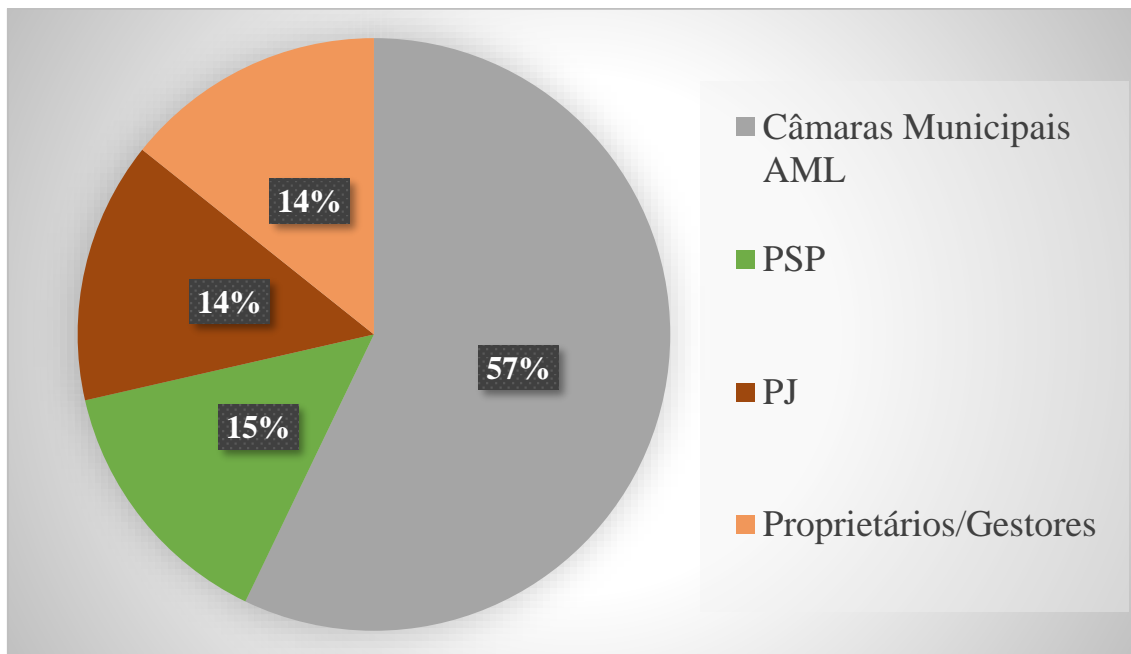
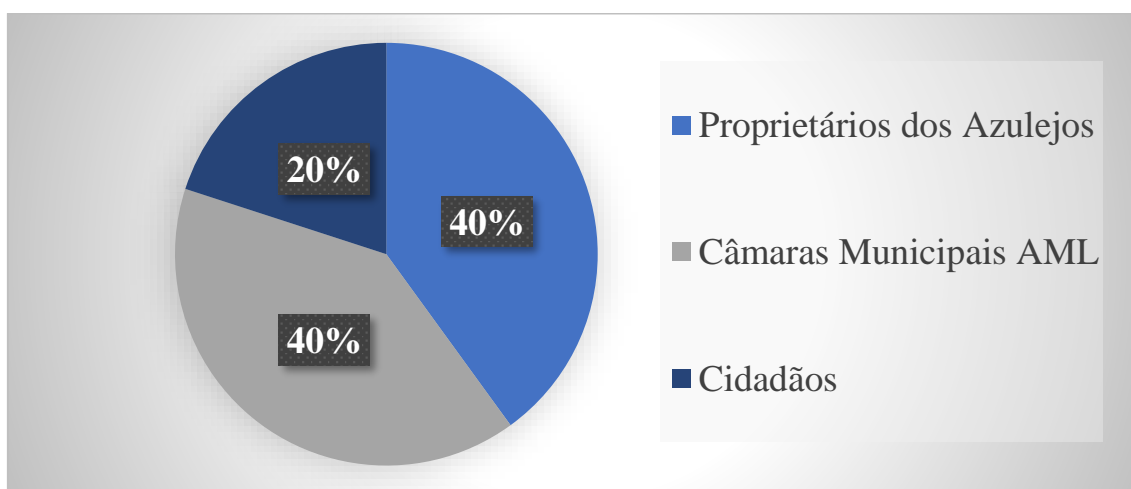
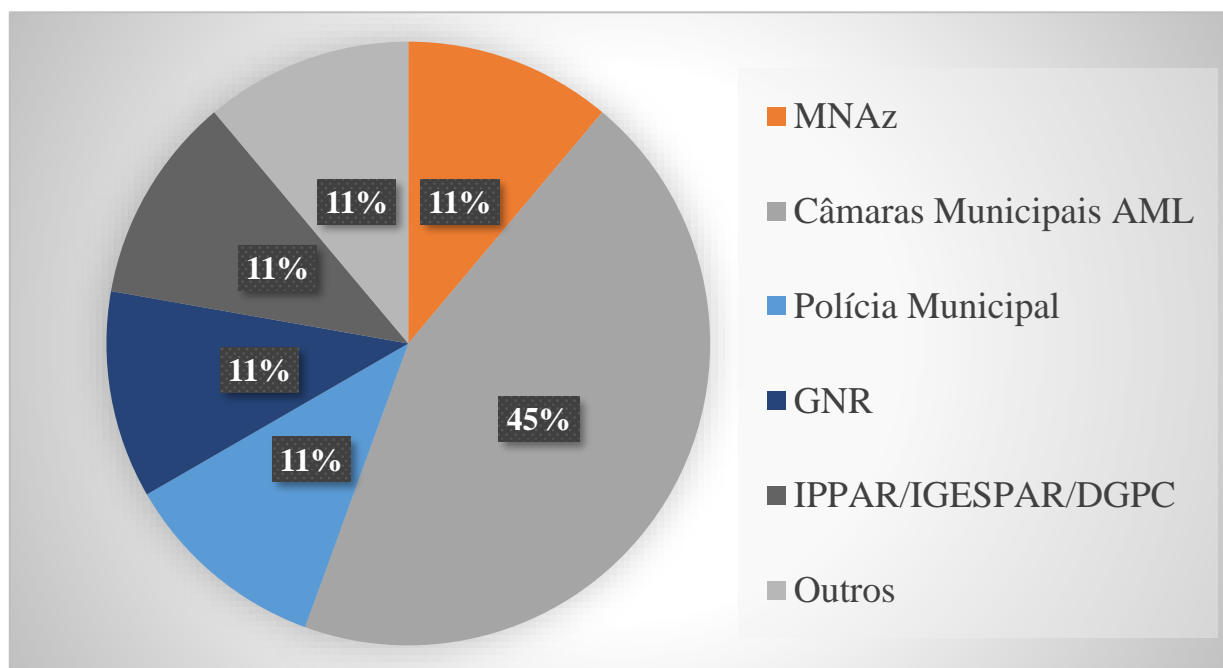


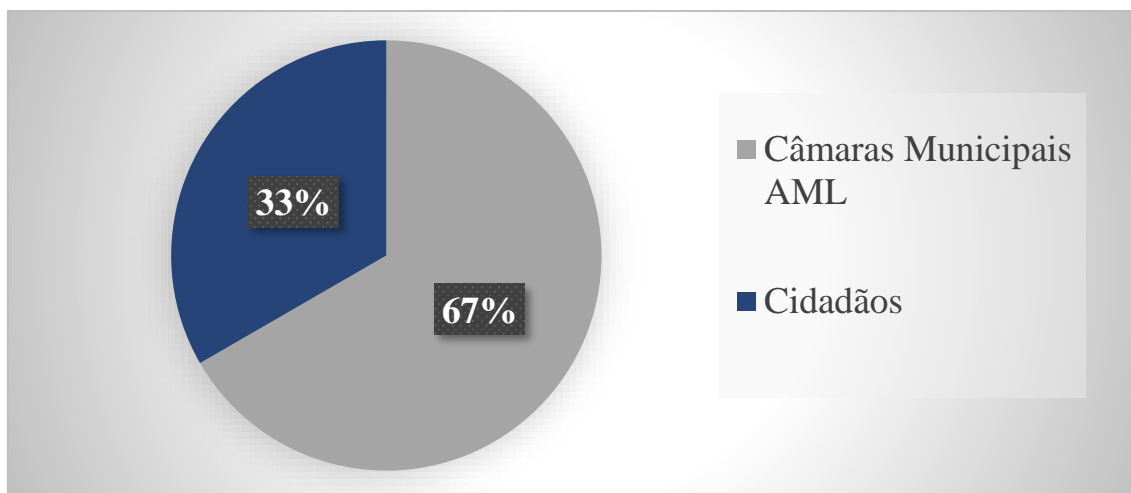
Gráfico 2 – Percentagens de alertas em 2006



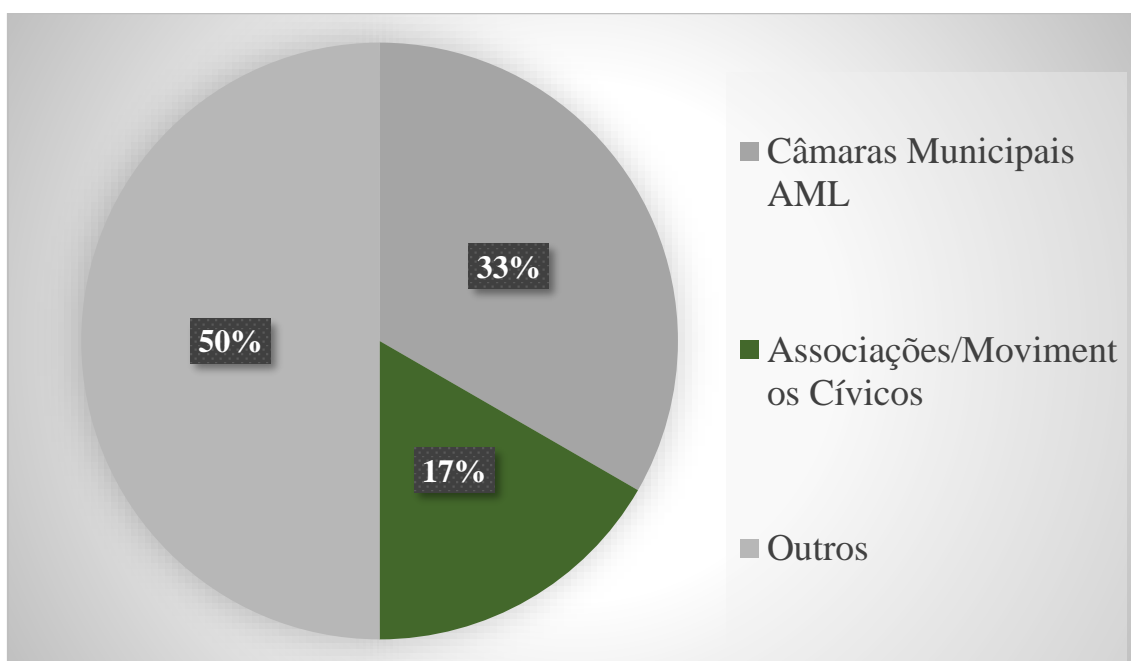
**Gráfico 3 – Percentagens de intervenções em casos de destruição em 2007**



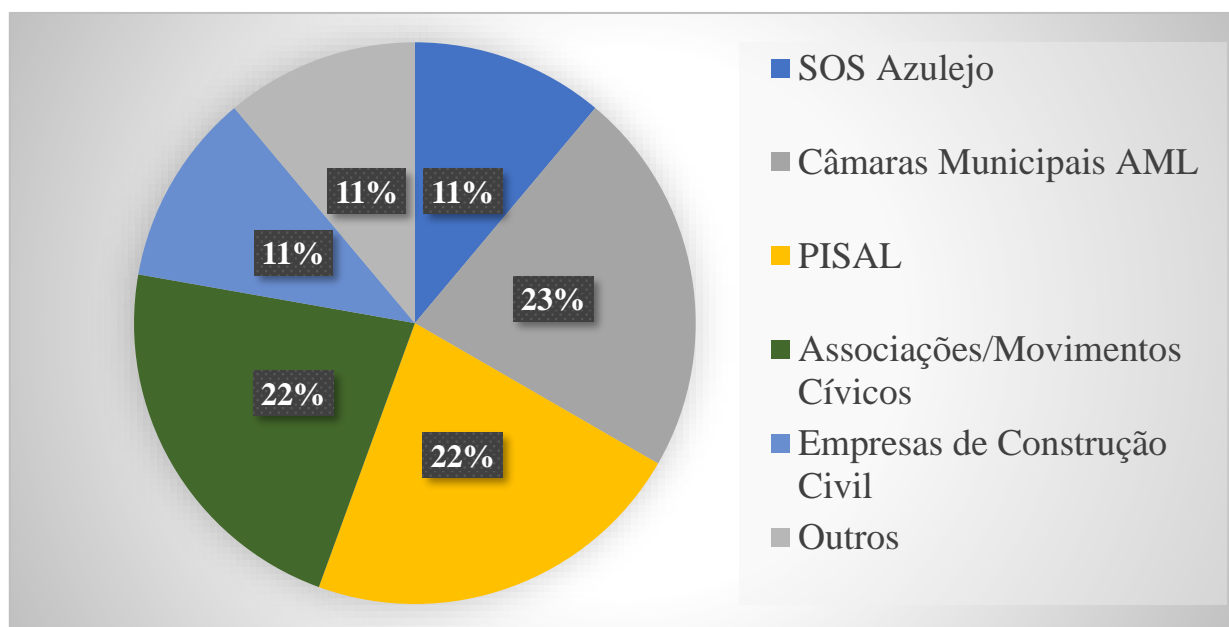
**Gráfico 4 – Percentagens de alertas em 2007**



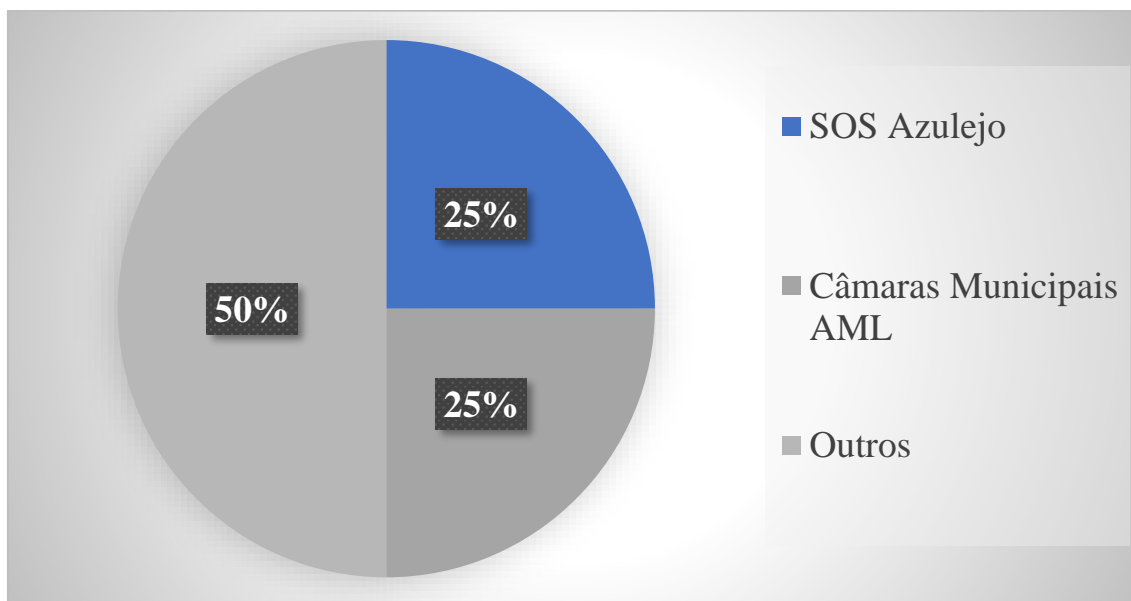
**Gráfico 5 – Percentagens de intervenções em casos de destruição em 2008**



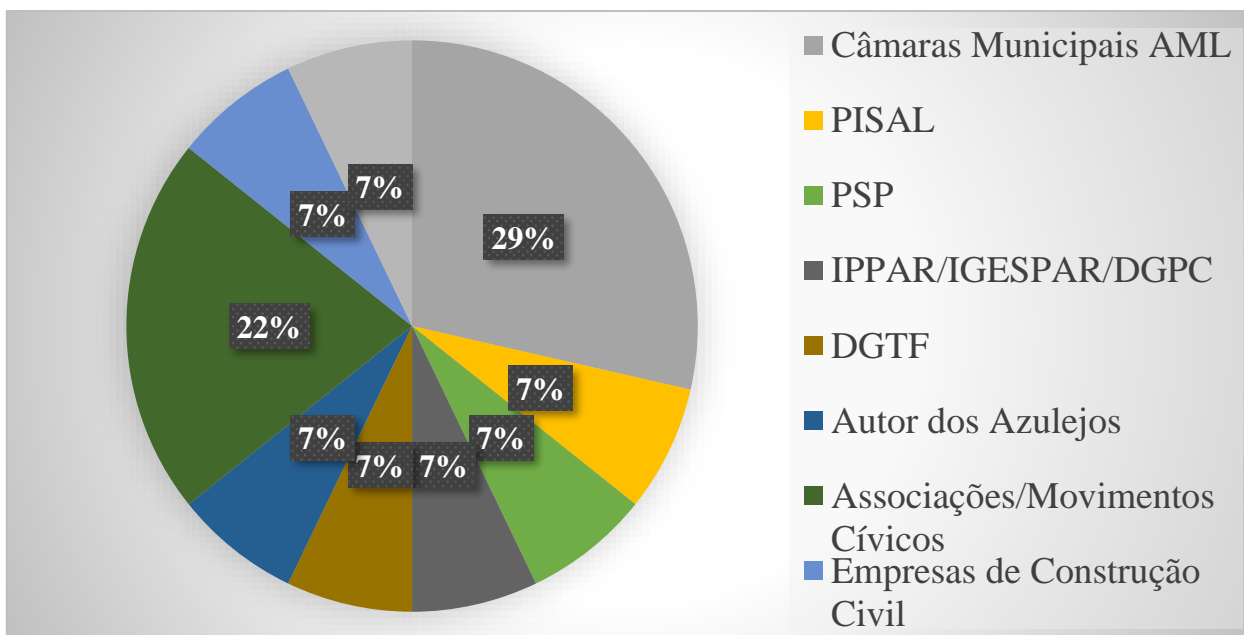
**Gráfico 6 – Percentagens de intervenções em casos de salvaguarda em 2012**



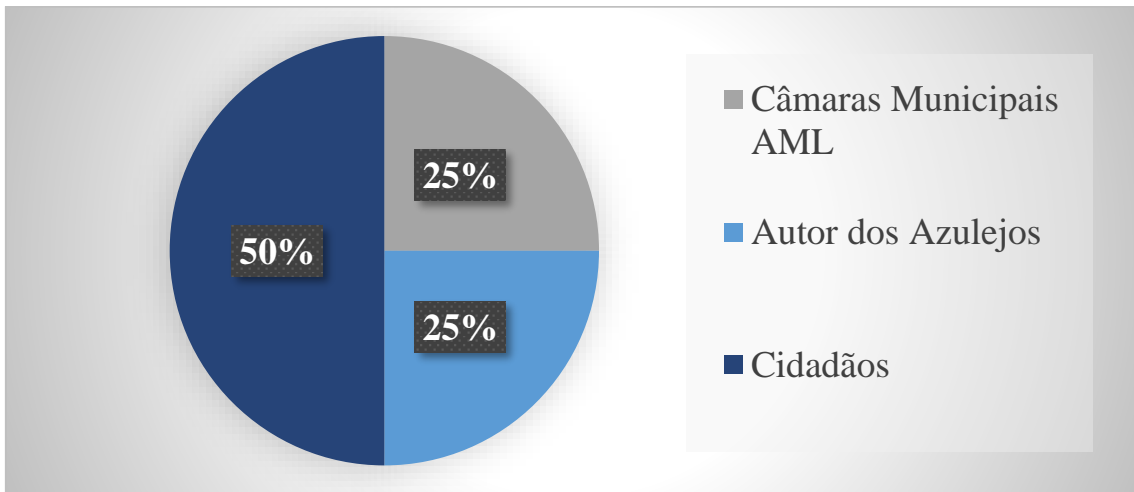
**Gráfico 7 – Totalidade de intervenções em 2013**



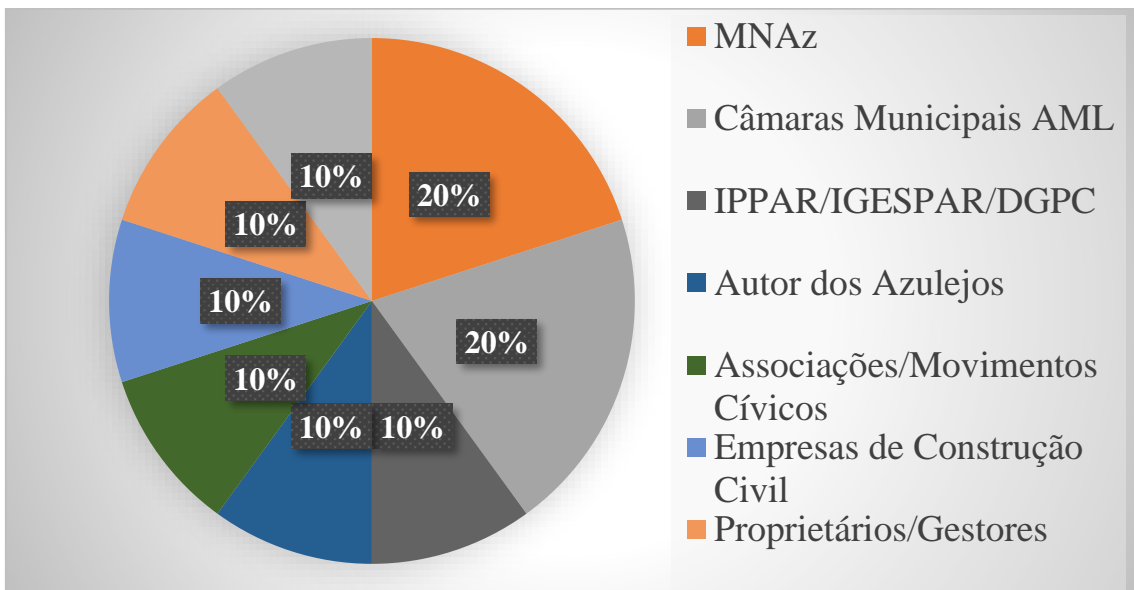
**Gráfico 8 – Percentagens de intervenções em casos de destruição em 2014**



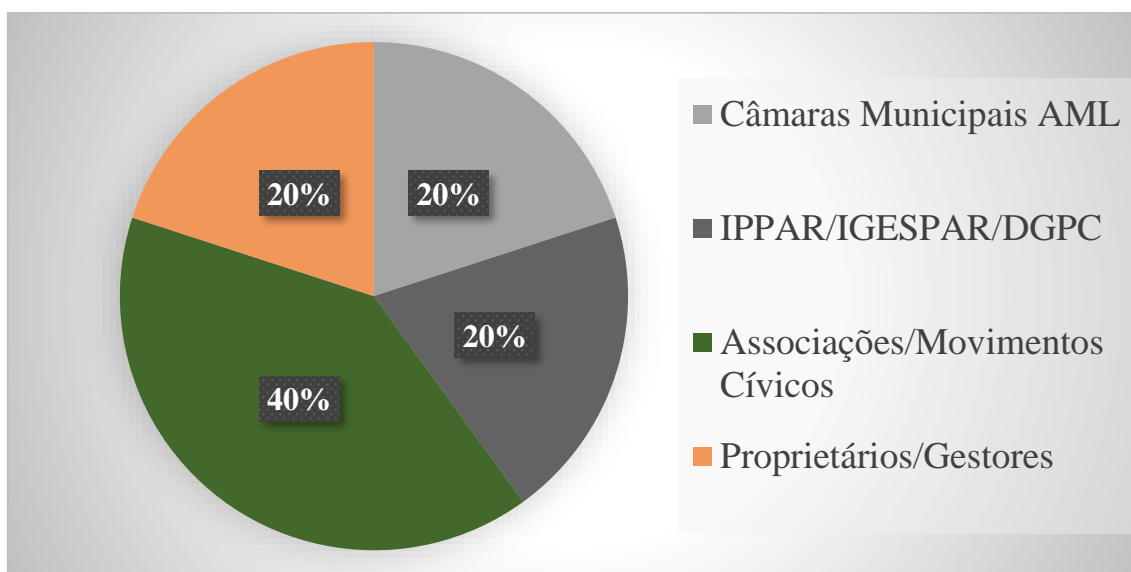
**Gráfico 9 – Percentagens de denúncias em 2014**



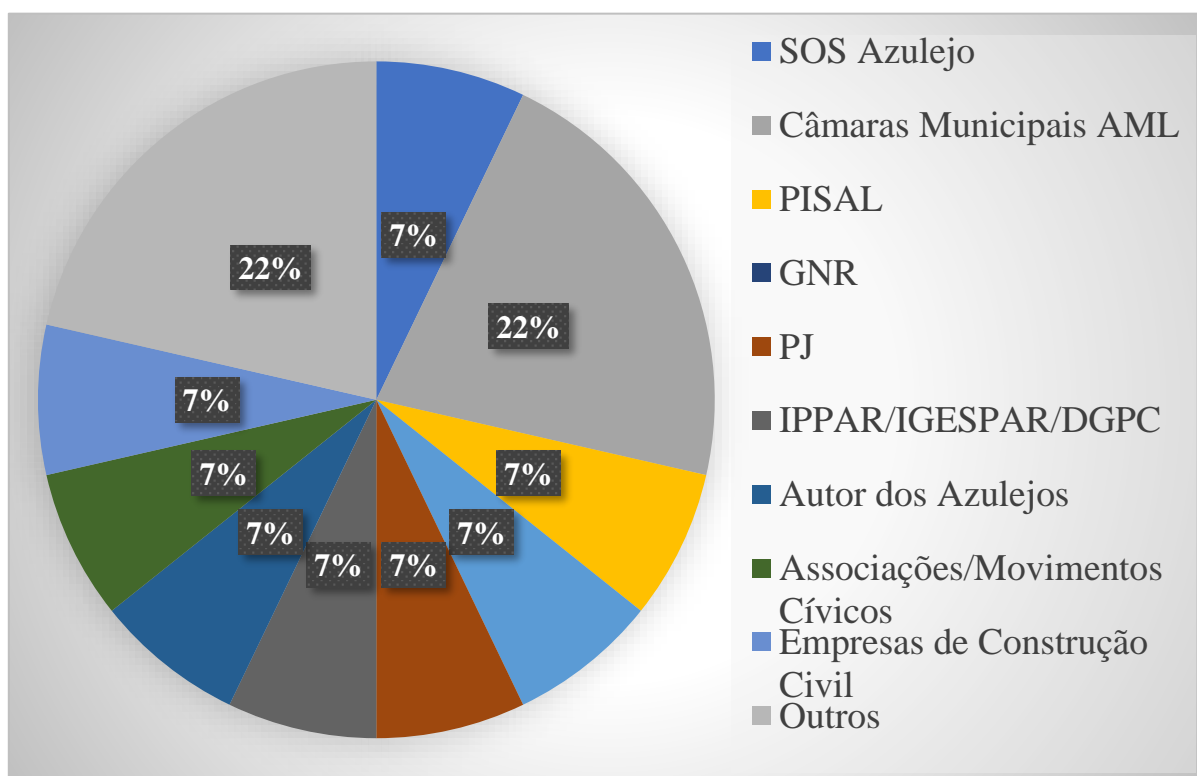
**Gráfico 10 – Percentagens de intervenções em casos de salvaguarda em 2015**



**Gráfico 11 – Percentagens de intervenções em casos de destruição em 2015**



**Gráfico 12 – Percentagens de intervenções em casos de salvaguarda em 2017**



## **Anexo 2 – Entrevista à coordenadora do projeto SOS Azulejo, Dr.<sup>a</sup> Leonor Sá**

**Helena Ferreira:** O projeto SOS Azulejo só começou a surgir nas notícias do jornal Público a partir de 2012, cinco anos após a sua criação. Que razões identifica para que tal tenha acontecido?

**Leonor Sá:** Embora não tendo certezas sobre o assunto e nunca tendo falado com ninguém do Público sobre o mesmo, uma coisa é certa: a delapidação do património azulejar português foi ‘um não assunto’ durante anos e anos, ou seja, não era uma questão que interessasse à opinião pública portuguesa. Com exceção de João Miguel Santos Simões nos anos 60 e Eduardo Nery já em 2007 (como referi em vários dos meus artigos), não se encontram praticamente menções ao problema em parte alguma, apesar da visibilidade do mesmo perante os olhos de todos, perante a deterioração dramática das fachadas azulejadas (esburacadas por todo o lado) nos centros históricos das cidades, e perante as constantes demolições de edifícios azulejados e remoções de azulejos das mesmas, aparentemente sobretudo em Lisboa. Tratava-se de um a ‘verdadeira sangria’ azulejar que ocorria quotidianamente perante os olhos de todos, sem que alguém ‘visse’ ou interviesse, uma delapidação que se tornara ‘normal’ e que, a continuar, poderia ter levado, com o tempo, à quase ‘extinção’ do património azulejar português. Demorou até que se conseguisse sensibilizar a sociedade no geral para este problema, e daí, na minha opinião, que só em 2012 tenham surgido as primeiras notícias sobre o assunto. De facto, até muito tarde os azulejos portugueses só interessavam a meia dúzia de intelectuais, antiquários e ‘amigos do alheio’, que conheciam o seu real valor – e só na perspectiva do seu estudo, ou venda, e não da dramática falta de salvaguarda. Os portugueses no geral sempre viveram rodeados de azulejos e, também por isso mesmo, consideravam-nos banais e sem valor, ao contrário dos estrangeiros, que compreendiam a sua raridade e riqueza no contexto arquitetónico, artístico e cultural mundial.

**Helena Ferreira:** Passada mais de uma década da criação do projeto SOS Azulejo considera que este teve efeitos positivos na salvaguarda do património azulejar? Se sim, quais?

**Leonor Sá:** Sim, teve muitíssimos efeitos positivos. Eis os mais importantes (ver também o site [www.sosazulejo.pt](http://www.sosazulejo.pt) e artigos meus mais recentes):

Diminuição de mais de 80% de furtos registados de azulejos históricos e artísticos em relação ao que ocorria antes da criação do projeto em 2007;

Estancamento das referidas ‘sangrias’ de demolições de fachadas azulejadas e remoções de azulejos das mesmas através sobretudo da Lei 79/2007, que as proíbe, na sequência do que já acontecia no RMUEL (também por sugestão do SOS Azulejo). Esta lei e os restantes diplomas legais que referirei de seguida foram propostos pelo projeto ao Parlamento por 2 vezes (2015 e 2016), e entraram em vigor em 2017, constituindo não só a 1ª legislação portuguesa de salvaguarda específica do património azulejar português, como 1 ferramenta concreta e absolutamente fundamental para, a partir dessas datas, salvar e salvaguardar efetivamente a azulejaria portuguesa até aí em destruição permanente – destruição em grande parte legal. Apesar de ainda hoje poder haver 1 ou outro caso de desrespeito pela lei, trata-se de casos esporádicos, como em todas as outras leis, que também por vezes são infringidas (tal como acontece com qualquer homicídio ou roubo).

Sensibilização geral para a importância do Património Azulejar português, sobretudo através das seguintes medidas (ver melhor no site do projeto e nos meus artigos):

Ações anuais SOS Azulejo como a ‘AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO’ (com a participação de centenas de escolas e milhares de alunos) e os ‘PRÉMIOS SOS AZULEJO’ (que dão visibilidade às boas práticas, encorajando-as cada vez mais);

Criação do DIA NACIONAL DO AZULEJO proposto ao Parlamento pelo projeto em 2015 e 2016 e decretado em 2017, muito importante em termos de sensibilização e divulgação, pois é cada vez mais festejado no geral, incluindo as escolas inscritas na AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO;

Recomendação ao governo para medidas de salvaguarda e valorização do património azulejar, publicada como diploma legal em 2017, na sequência da apresentação do projeto ao Parlamento em 2016;

Muitas outras ações de sensibilização como Seminários anuais e depois bi-anuais, campanhas de sensibilização, inúmeras conferências e artigos, encorajamento à elaboração de inventários azulejares municipais, etc, etc.

A opinião pública, a sensibilização e o gosto (ou mesmo paixão) pelo azulejo hoje no público português em geral, na moda e design, na preocupação da sua salvaguarda e em mil outros domínios é hoje felizmente uma realidade vibrante e gostamos de pensar que o SOS Azulejo contribuiu em grande parte para a mesma. Não há hoje qualquer comparação com o que se passava antes de 2007, quando o projeto começou. De ‘não assunto’, a salvaguarda da azulejaria portuguesa passou para assunto de 1ª página nos media e nas redes sociais.

**Helena Ferreira:** O projeto tem como áreas principais de intervenção a prevenção criminal, a conservação preventiva e a sensibilização para a valorização do azulejo. Quais acredita que sejam os limites da atuação do projeto nestas três áreas?

**Leonor Sá:** Para responder com toda a profundidade a esta pergunta, demoraria demasiado tempo.

Em termos gerais, é muito claro que com mais recursos e meios (económicos, humanos e de interesse institucional), muito mais se poderia ter feito em todos os 3 domínios. Recordo que o SOS Azulejo não tem qualquer orçamento próprio e que a sua equipa de coordenação é diminuta. Mesmo assim, conseguimos muito, e tal foi reconhecido a nível internacional, com a atribuição em 2013 do Grande Prémio da União Europeia para o Património Cultural 2013 (sensibilização, formação, educação), o prémio europeu mais importante desta área e nunca antes ou depois ganho por Portugal.

**Helena Ferreira:** De acordo com os dados obtidos pelo levantamento que efetuei, depois de um decréscimo de situações de roubo de azulejos reportadas no jornal Público após a criação do projeto, em 2019 o número voltou a aumentar. Quais são as razões que identifica para que tal tenha acontecido?

**Leonor Sá:** O número não voltou a aumentar, ao contrário do que foi noticiado. Tem vindo sempre a diminuir, embora de modo não linear, com pequenos altos e baixos. O que se passa é que as boas notícias não são ‘notícia’...

**Helena Ferreira:** Nos anos de 2020 e 2021, verifica-se uma quase ausência de notícias sobre o azulejo no jornal Público. Considera que tal espelha o reduzido número de casos de roubo, incúria e vandalismo?

**Leonor Sá:** Sim, mas também com a pandemia e mudanças de Direções na PJ e suas estratégias em relação ao SOS Azulejo, o projeto tem visto as suas atividades muito diminuídas.

**Helena Ferreira:** Que consequência considera que a pandemia teve na intervenção da equipa do SOS Azulejo?

**Leonor Sá:** Consequências bastante negativas, pois a equipa é muito diminuta e parte da mesma esteve de baixa mais de meio ano.

**Helena Ferreira:** A PSP, parceira do SOS Azulejo, desempenha um papel importante na salvaguarda do património azulejar, devido à sua proximidade com a população e por ser muitas vezes a primeira instituição a ter conhecimento/intervir nas situações de destruição/perda de património azulejar. Mas o projeto conta com vários outros parceiros da área patrimonial, qual é o papel desses na estrutura de gestão e na prossecução dos objetivos do projeto?

**Leonor Sá:** Todos os parceiros são importantes nas suas vertentes e competências específicas.

A coordenação do SOS Azulejo (Museu de Polícia Judiciária, sediado no IPJCC) está em constante contacto com todos os parceiros e organiza reuniões gerais de parceiros trimestrais no salão nobre do IPJCC em que todos os assuntos são discutidos e resolvidos.

À medida que vão surgindo novas tarefas (de divulgação, estudo, controlo, etc) e problemas, as mesmas tarefas são distribuídas pelos parceiros consoante as suas competências e valências.

**Helena Ferreira:** Considera que a polícia deveria ser mais interventiva no processo de salvaguarda do património azulejar da cidade? Se sim, porquê e como?

**Leonor Sá:** Penso que não se trata de 1 tarefa só da polícia, nem sequer principalmente da polícia, mas de 1 conjunto de entidades que deverão funcionar em conjunto, como se passa no SOS Azulejo.

**Helena Ferreira:** O SOS Azulejo tem algum protocolo de sensibilização e/ou registo patrimonial com empresas de reabilitação imobiliária?

**Leonor Sá:** Não. O que fizemos e já referi, foi criar leis que têm de ser naturalmente respeitadas por todos, incluindo essas empresas, e criámos também

guidelines para cumprimento da nova lei, na sequência de criação de 1 grupo de trabalho para esse efeito, guidelines e critérios esses que foram primeiro divulgadas por todos os municípios através do parceiro ANMP e depois publicadas online no site do projeto.